

CLAUDEMIR BASQUERA

OS COLONOS DO PAPEL: TRABALHADORES PLURIATIVOS  
NO OESTE DE SANTA CATARINA - O CASO DE FAXINAL DOS  
GUEDES-SC – 1990-2006

Passo Fundo, setembro de 2007.

OS COLONOS DO PAPEL: TRABALHADORES PLURIATIVOS  
NO OESTE DE SANTA CATARINA - O CASO DE FAXINAL DOS  
GUEDES-SC – 1990-2006

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final  
para obtenção do grau de mestre em História, sob a orientação  
do Prof. Dr. João Carlos Tedesco

Passo Fundo  
2007

Claudemir Basquera

OS COLONOS DO PAPEL: TRABALHADORES PLURIATIVOS  
NO OESTE DE SANTA CATARINA - O CASO DE FAXINAL DOS  
GUEDES-SC- 1990-2006

Banca Examinadora:

Prof. Dr. João Carlos Tedesco UPF - Orientador  
Prof. Dr. ....UPF - Examinador  
Prof. Dr. ....UPF - Examinador

Passo Fundo

2007

Dedico...

À minha esposa, Elisabete, pela compreensão, apoio e paciência.

À minha mãe Elza, meu pai Esgualdino e toda a família, pelo apoio nos momentos difíceis.

Ao Edson Vizzoli, por entender as minhas ausências e pelo apoio dispensado.

Ao meu orientador, João Carlos Tedesco, pela preocupação e apoio.

## RESUMO

O trabalho analisa a questão da pluriatividade no meio rural catarinense, tendo como estudo de caso o fenômeno dos colonos - operários do Oeste de Santa Catarina, usando-se como ponto de partida um exame da conjuntura da agricultura familiar no município de Faxinal dos Guedes e suas transformações recentes, mudando o sentido de compreensão do camponês e suas relações no meio rural. Especificamente, visa-se a investigar o histórico da pequena e média propriedade, no estado de Santa Catarina, discorrer sobre os problemas existentes nestas, bem como, as mudanças ocorridas nos últimos anos, descobrir o que leva o pequeno e médio proprietário a aliar o trabalho em suas terras ao trabalho assalariado e, na mesma linha de pensamento, perceber as mudanças na vida econômica e social dessas famílias e da comunidade envolvida.

Palavras-chave: Pluriatividade. Agricultura familiar. Colonos - operários.

## ABSTRACT

The work analyzes the question of the pluriatividade in the catarinense agricultural way, having as case study the phenomenon of the colonist-laborers in the West of Santa Catarina, using itself as starting point an examination of the conjuncture of familiar agriculture in the city of Faxinal dos Guedes and its transformations, changing the direction of understanding of the peasant and its relations in the agricultural way. Specifically, it is aimed at to investigate the description of the small average property in the state of Santa Catarina, to discourse on the existing problems in these, as well as the occurred changes in the last years, to discover what it takes the small average proprietor to unite the work in its lands to the wage-earning work and in the same line of thought, to perceive the changes in the economic and social life of these families and the involved community.

Key-words: Pluriatividade. Familiar agriculture. Colonist-laborers.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Uma das propriedades da Comunidade de Nova Sarandi - destaque para a extensão média da propriedade familiar - característica da região (propriedade de Augusto Zanaro) .....	18
Figura 2 - Mapa da Amai (2005) .....	22
Figura 3 - Mapa do território do antigo Chapecó .....	38
Figura 4 - Censo Populacional .....	52
Figura 5 - Pequena propriedade característica da região, (Comunidade de Nova Sarandi)	55
Figura 6 - Lavouras temporárias .....	56
Figura 7 - Lavouras permanentes .....	56
Figura 8 - Pecuária do leite em pequena propriedade .....	57
Figura 9 - Efetivo do rebanho .....	58
Figura 10 - Centro Comunitário e Igreja Católica da comunidade .....	60
Figura 11 - Vista da sede da empresa na localidade de Abrasa – distrito de Barra Grande	62
Figura 12 - Usina hidrelétrica própria ajudou no crescimento da empresa .....	64
Figura 13 - Fardos de papel para aproveitamento na reciclagem .....	66
Figura 14 - Vista parcial do distrito de Barra Grande em Faxinal dos Guedes .....	69
Figura 15 - Identificação de propriedade familiar no Oeste de Santa Catarina .....	78

## LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Início do povoado de Faxinal dos Guedes (atual trevo do Posto Jumbo).....	29
Foto 02 – Família tradicional de imigrantes gaúchos.....	33
Foto 03 – Procissão religiosa na Igreja Matriz em 1955.....	40
Foto 04 – Avenida São João, no centro de Faxinal dos Guedes em 1948.....	43
Foto 05 – Abertura da BR 282 na altura do município, saída para Xanxerê.....	45
Foto 06 – Criação de suínos em encerras em Faxinal dos Guedes.....	46
Foto 07 – Praça central de Faxinal dos Guedes em 1948.....	49
Foto 08 — Prefeitura Municipal em 1977.....	50
Foto 09 – Inauguração da Usina hidroelétrica na Abrasa em 1963.....	64



## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

Abrasa	- Avelino Bragagnolo S.A.
Amai	- Associação dos Municípios do Alto Irani
Ameosc	- Associação dos Municípios do Extremo-Oeste de Santa Catarina
Amosc	- Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina
Cia.	- Companhia
Cidasc	- Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
Epagri	- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
Funai	- Fundação Nacional do Índio
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Km	- Quilômetro
KVA	- Quilovolt-ampère
Ltda.	- Limitada
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
PR	- Paraná
Pronaf	- Programa Nacional de Agricultura Familiar
S.A.	- Sociedade Anônima
SC	- Santa Catarina
Sebrae	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SP	- São Paulo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
1 ASPECTOS DA COLONIZAÇÃO DO OESTE DE SANTA CATARINA.....	18
1.1 Caracterização da região .....	18
1.2 Ocupação do espaço do Oeste de Santa Catarina: um breve retroceder .....	21
1.2.1 A região da Amai e Xanxerê .....	21
1.2.2 Os sujeitos pioneiros: os índios e os caboclos.....	23
1.3 O “faroeste” catarinense.....	26
1.3.1 O caboclo como gerador de riquezas .....	28
1.4 A “Guerra” e a “Questão” do Contestado .....	29
1.5 Os ítalo-brasileiros .....	31
1.6 A questão da excelência étnica.....	33
1.7 As colonizadoras.....	34
1.8 A colonização de Cruzeiro (Joaçaba) .....	35
1.9 A colonização de Chapecó.....	37
1.10 A influência religiosa nas áreas colonizadas.....	39
2 O TERRITÓRIO DE FAXINAL DOS GUEDES DE 1910 A 2006.....	43
2.1 Revendo um pouco da História.....	43
2.2 A vida em sociedade entre os caboclos .....	52
2.3 A vida em sociedade entre os imigrantes.....	53
2.4 A economia do município hoje.....	54
2.5 A comunidade de Nova Sarandi .....	59
2.6 Breve histórico da empresa Avelino Bragagnolo S.A. ....	61
2.6.1 O distrito de Barra Grande e sua relação com a empresa .....	68
3 AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE: O COLONO-	

OPERÁRIO .....	72
3.1 O camponês - colono e suas múltiplas definições .....	72
3.2 O camponês-colono no Brasil.....	74
3.3 O local e o regional inseridos no global .....	76
3.4 A agricultura familiar .....	77
3.5 O camponês - colono.....	79
3.6 O paradoxo: colono-operário.....	81
3.7 A questão da pluriatividade.....	83
3.7.1 A agricultura em tempo parcial .....	86
3.7.2 A pluriatividade é para sempre?.....	86
3.8 Futuro de mudanças no campo.....	90
4 OS COLONOS DO PAPEL E O PAPEL DOS COLONOS EM UM CENÁRIO DE MUDANÇAS .....	94
4.1 Que tipo de colono se assalaria? .....	94
4.2 Os jovens colonos - operários.....	96
4.2.1 Residir com a unidade familiar produtiva e trabalhar na indústria .....	102
4.3 Especializar-se em que? .....	105
4.4 Os rendimentos familiares .....	106
4.5 Trabalhar na empresa ou na "roça" .....	109
4.6 O assalariamento e suas múltiplas correlações na vida do colono.....	111
4.7 A empresa busca o colono e o colono busca a empresa.....	113
4.8 Aqueles que escolheram outra profissão .....	116
4.9 O antes e o depois .....	116
4.10 A família .....	118
4.11 Divisão do trabalho e da terra .....	121
4.12 Mudança de costumes .....	123
4.13 A educação.....	125
4.14 O êxodo feminino e o papel da mulher .....	127
4.15 Os clubes "4 S" .....	128
4.16 As transformações econômicas .....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 137

## INTRODUÇÃO

O estudo analisa a questão da pluriatividade<sup>1</sup> no meio rural catarinense, tendo como estudo de caso o fenômeno dos colonos-operários do Oeste de Santa Catarina, usando-se como ponto de partida um exame da conjuntura da agricultura familiar no município de Faxinal dos Guedes, entre os anos de 1990 e 2006. Outro conceito a ser avaliado será a questão da industrialização e suas mais variadas transformações, sendo que, em muitas regiões do Rio Grande do Sul, pode ser compreendida como um tipo de “industrialização difusa”, na qual a indústria procura o meio rural e as pequenas cidades para expandir suas atividades. No caso específico deste estudo, pode-se chamar de industrialização “genuinamente” rural, uma vez que as grandes empresas já nascem no meio rural e, a partir deste ponto, buscam a mão-de-obra tanto nas cidades como no próprio meio rural, com preferência para os colonos, que serão denominados aqui como “colonos-operários”. Vale salientar que esse processo de transformação de colono em assalariado não é recente e vem ocorrendo em diferentes regiões do mundo e em diferentes épocas desde a Idade Média.

O êxodo rural também é um fenômeno que vem ocorrendo no mundo, desde há muitos anos, em lugares e tempos diversos. No Brasil, ele se intensifica a partir da década de 1960 e no Sul do Brasil, a partir da década de 1970. No Oeste catarinense, o êxodo se fez sentir com mais intensidade a partir da década de 1980. Porém, o que se vem observando, a partir dos últimos anos do século XX no Oeste Catarinense, é a intensificação de um modelo de reordenamento econômico, que é o aumento do número de pequenos e médios proprietários rurais, os quais, ao invés de vender suas terras como lhes era costumeiro, optam preferencialmente pela agricultura de cunho comercial, como a pecuária do leite, o trigo, o milho, ou a soja, deixando um pouco de lado a agricultura de subsistência tradicional. Nessas famílias, principalmente os jovens preferem trabalhar como assalariados, geralmente nas empresas industriais, garantindo um salário fixo mensal.

---

<sup>1</sup> Entendida como a expressão de inúmeras formas de trabalho, sobretudo combinações entre trabalhos agrícolas com outros do ramo industrial, fora ou dentro da propriedade, com uma outra fonte de renda, o que implica mobilidade, desempenho de outras tarefas que não as agrícolas, combinações de desenho familiar com a dinâmica espaço-temporal e funcional da lógica econômica e produtiva industrial. É importante dizer que há muitas controvérsias entre as noções que incorporam conceitos parecidos, como o *full-time* e *part-time*. Ver Tedesco (1999, 2001, 2003), Schorner (2000), Schneider (1994, 1999), Anjos (1996), Alentejano (1999), entre outros.

Importante esclarecer o motivo da escolha do tema e das pessoas objetos de estudo, pois essa temática despertou interesse a partir do momento em que, informalmente, percebemos que aumentava o número de jovens que passava a se empregar em uma grande empresa do interior do município, e que suas famílias continuavam a cultivar a terra, em partes ou na sua totalidade. Dessa forma, o desafio era procurar saber quais fatores influenciam para que uma pessoa conjugue seu trabalho na agricultura com o da indústria sem abandonar a casa no campo, já que, via de regra, a prática era abandonar o campo, vender a propriedade e morar na cidade, para depois procurar um emprego assalariado.

Essas pessoas serão chamadas aqui de “colonos do papel”. “Colonos”, visto que é entendido que continuam sendo colonos, munindo-se do fato de que não abandonaram a colônia, trabalhando nela ou não; e “do papel”, pelo fato de que, na maioria dos casos trabalham em uma empresa de grande porte para a realidade regional e que produz e beneficia papel e seus derivados (principalmente embalagens).

Cabe destacar que esses colonos-operários representam em torno de 15% do total de funcionários da empresa Avelino Bragagnolo S.A., ou seja, de um total de 650 funcionários, mais de 100 são pessoas que moram no campo e trabalham como assalariados. Um número sem dúvida expressivo para uma região caracterizada por pequenas e médias propriedades familiares. Pretende-se discutir, desse modo, as razões que levaram essas pessoas a procurarem o assalariamento.

Os colonos que foram aqui denominados como “colonos do papel” são os colonos-operários que têm como principais características morar no campo, ser de família possuidora de uma propriedade rural, plantar tanto para o sustento da família como para comercializar, e ser proprietários e empregados ao mesmo tempo, dedicando parte do tempo ao trabalho assalariado e outra parte ao trabalho na agricultura.

Quais seriam as razões que fizeram e fazem com que os pequenos e médios proprietários rurais de Faxinal dos Guedes decidam por diminuir a agricultura de subsistência, para praticar a monocultura comercial aliada ao trabalho assalariado, geralmente nas indústrias? Que conseqüências isso pode acarretar para a cultura e a vida econômica? Onde e como tem início esse processo? A condição econômica das famílias tem melhorado com a renda do trabalho assalariado? Como fica a questão da identidade de colono: o trabalhador passa a ser um colono, um operário ou, como prefere Schneider (1997), um “colono – operário”? Qual o papel dos vários sujeitos nesse processo (as mulheres, as esposas, os maridos, os jovens)? A estrutura familiar também é transformada pelo processo?

Essa prática de conciliar o trabalho no meio rural com o trabalho assalariado, dentro

ou fora da propriedade agrícola, pode ser conhecida por vários nomes na literatura mundial, mas prefere-se chamar aqui de pluriatividade.

O que justifica, certamente, o desenvolvimento desta pesquisa, é entender as razões pelas quais essas mudanças estão ocorrendo nesta região, se a causa é econômica ou estrutural, quais os rumos tomados pela agricultura na região Oeste de Santa Catarina, cuja evolução atinge agora modelos pluriativos de desenvolvimento econômico. Importante, ainda, é se chegar a uma explicação com relação aos rumos que se vislumbram para as relações sociais e familiares face às mudanças econômicas em curso. A pesquisa pode servir de ponto de partida para que se possam pensar novas ações de desenvolvimento para a agricultura familiar regional. A escolha da agricultura familiar, em detrimento da patronal, se justifica pela grande importância desta não só na região Oeste, mas em todo o estado de Santa Catarina, sendo que é nesta região que se encontra a maior concentração de agricultores em pequenas e médias propriedades agrícolas.

Especificamente, visa-se a analisar o histórico da pequena e média propriedades no estado de Santa Catarina, discorrer sobre as mudanças ocorridas nos últimos anos, descobrir o que faz com que uma significativa parcela de pequenos e médios proprietários opte por trabalhar como assalariados e, na mesma linha de pensamento, esclarecer o motivo de outros agricultores cultivarem prioritariamente para a venda em escala comercial, diminuindo a cultura de subsistência, e, ao final, analisar as conseqüências desse processo.

Esta é uma pesquisa bibliográfica e de campo. As fontes bibliográficas são necessárias para analisar o histórico da estrutura fundiária e o êxodo rural, assim como fazer um resgate histórico da região estudada, partindo do Oeste do estado de Santa Catarina, passando pelo município de Faxinal dos Guedes, até o estudo *in loco*, a localidade de Nova Sarandi, a empresa Avelino Bragagnolo e o distrito de Barra Grande, onde a mesma está situada. Buscaremos sempre, na medida do possível, correlacionar esses horizontes espaciais em torno de determinados fatos e temas.

Quanto à pesquisa de campo, foi realizada com famílias de colonos que moram na área rural do município, a qual tem, entre seus membros, pessoas que trabalham na atividade assalariada, denominados neste estudo de colonos - operários, assim como com famílias em que não existem membros que se assalariam, chamados aqui apenas de colonos. Essa estratégia foi utilizada para que se fizessem comparações entre as duas realidades e com isso identificar as principais características de ambas, em vários aspectos. Foram entrevistadas, também, pessoas da empresa supracitada, como o diretor - presidente, o gerente da unidade e

gerentes de departamentos. No trabalho de pesquisa de campo, o contato com as famílias em sua propriedade foi importante também para que se pudesse perceber o relacionamento familiar e confirmar o que se dizia nas entrevistas. Fato curioso é que, na maioria dos encontros, os homens é que recebiam o pesquisador e as mulheres não eram chamadas ou preferiam não participar. Notava-se também que os colonos procuravam deixar o carro da família na frente da casa, assim como se convidava para entrar na casa e conhecer os cômodos e os móveis, mostrando certo orgulho das “conquistas” dos últimos anos. Nos encontros informais, sentia-se um contato mais descontraído e que quase sempre rendia bons depoimentos. Esses encontros eram, na sua maioria em festas na comunidade ou na saída e chegada na empresa.

Enfim, a dissertação foi desenvolvida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, fez-se um estudo da ocupação territorial na região Oeste de Santa Catarina, onde o município de Faxinal dos Guedes está inserido, resgatando desde a fase anterior à *colonização sistematizada*, entendida como a ocupação por grupos indígenas e caboclos (desde meados do século XVI), onde ocorre a exploração da natureza e da terra, e a colonização sistematizada, cujo entendimento se dá como a fase na qual acontece a comercialização da terra por parte das colonizadoras e a aquisição das mesmas por colonos descendentes de italianos e alemães vindos das “colônias velhas” do Rio Grande do Sul e de outras tantas etnias de várias partes do Brasil, desde fins do século XIX. E é essa colonização sistematizada que vai dar origem à pequena propriedade familiar, característica do Oeste Catarinense e do local estudado.

É nessa pequena propriedade familiar que mais tarde surgirá a maior parte desses colonos-operários estudados.

No segundo capítulo, apresenta-se o município de Faxinal dos Guedes, pois se faz necessário conhecer o universo estudado.

A região foi habitada inicialmente por grupos indígenas do tronco Jê, que apareceram pela região desde meados do século XVII, e caboclos desde, fins do século XIX. Pode-se dizer que a colonização efetiva em seus moldes políticos e econômicos somente começou a ocorrer a partir de meados da década de 1930, por descendentes de italianos e alemães.

Esse tipo de colonização baseada na pequena propriedade perdurou na maior parte do município até meados da década de 1980, quando aumenta o êxodo rural e a concentração da terra; todavia, não deixa de existir e nem perde importância, apenas diminui o número de famílias que vivem nesse tipo de economia. E é nessas propriedades que surgirá a necessidade de novas alternativas de renda para o agricultor.

Juntamente com a colonização, iniciou-se também o desenvolvimento de pequenas



casas comerciais e indústrias, principalmente de exploração madeireira. Essas, a partir do início da década de 1990, com a diminuição da madeira, foram se transformando, buscando alternativas. A fábrica de papel e celulose surge ainda em 1962. No entanto, é a partir do final da década de 1990 que se fortalece como grande produtora de embalagens e aumenta suas estruturas, passando a ser conhecida pelo nome de Abrasa, hoje regionalmente conhecida como “Avelino Bragagnolo S. A.”.

Quando se discute a questão do campesinato, no terceiro capítulo, procura-se esclarecer dúvidas com relação ao tipo de colono que se está estudando e, ao mesmo tempo, discutir a categoria camponesa como fator de transformação social. Transformação essa que, como no caso estudado, está em pleno desenvolvimento neste momento da história, que é a transformação de colonos - mesmo, para colonos-operários, sendo que as mudanças certamente não cessarão e tendem a se acentuar nos próximos anos. Discutem-se aqui, também, as categorias de pluriatividade e de colono, considerado este último como o sujeito que mora e trabalha em uma propriedade rural, também usada, para designar o pequeno agricultor familiar, geralmente de origem européia (alemã e italiana), e de colono-operário, entendido como o colono que se assalaria, mas não abandona a atividade rural.

No capítulo quarto, o estudo de caso e o trabalho de campo apontarão tanto o tipo de colono que se assalaria quanto as conseqüências desse assalariamento para a vida familiar, da sociedade e mesmo particular desses sujeitos. Através do recurso do depoimento oral, trabalha-se com a memória individual por meio de entrevistas e conversas informais com o sujeito envolvido, e também na forma coletiva. Aqui serão analisadas também as mudanças no que concerne à identidade desses sujeitos como colonos, ou seja, a descaracterização da figura de colono como sinal de mudanças no meio rural.

## 1 ASPECTOS DA COLONIZAÇÃO DO OESTE DE SANTA CATARINA

Este capítulo tem como objetivo localizar a região estudada, o tipo de ocupação nela ocorrido, assim como fazer uma breve síntese de alguns aspectos da colonização do Oeste de Santa Catarina, bem como os sujeitos-atores do processo.

O objeto maior deste estudo é o colono do Oeste de Santa Catarina, mais precisamente do município de Faxinal dos Guedes, a trajetória econômica e social deste, desde a colonização, que ocorreu entre fins do século XIX e início do XX, passando por várias mudanças com relação ao tipo de cultura agrícola, sociedade, família e religião, para que possamos entender que sujeito estamos estudando hoje.



Figura 1 – Uma das propriedades da Comunidade de Nova Sarandi, pertencente a Augusto Zanaro. Pode-se notar o relevo de “terra dobrada”, característico da região, e a visível divisão dos travessões, objeto - espaço de nosso estudo.

Fonte: foto do autor.

### 1.1 Caracterização da região

É relevante que antes de falarmos necessariamente da região Oeste do estado, possamos conhecer alguns dados da economia catarinense para podermos comparar com o

espaço aqui estudado e discutido.

De acordo com o IBGE, em 2000, o estado de Santa Catarina possuía uma população de 5.333.284 habitantes, dos quais aproximadamente 21% viviam no campo, em cerca de 203 mil estabelecimentos rurais. Devido ao intenso processo de urbanização ocorrido a partir da década de 1970, atualmente 30% da população catarinense está concentrada nas oito cidades que têm mais de 100 mil habitantes. As empresas industriais estão agrupadas em pólos regionais especializados, destacando-se o de cerâmica, o têxtil, o eletro-metal-mecânico, o agroindustrial, o de madeira e o de papel. São cerca de 43 mil indústrias, das quais 455 de porte médio e 108 grandes, que empregam cerca de 365 mil trabalhadores<sup>2</sup>.

Santa Catarina está, ainda, entre os seis principais estados produtores de alimentos e apresenta os maiores índices de produtividade por área, graças ao emprego de tecnologias de ponta e ao caráter familiar de mais de 90% das explorações agrícolas. O setor agrícola representa 12,8% do PIB estadual. As atividades do agronegócio, no entanto, contribuem com cerca de 20% do PIB estadual. Os três mil estabelecimentos de indústrias agrícolas e agroalimentares, por si só, respondem por 19% da renda, empregando cerca de 35 mil pessoas<sup>3</sup>.

Esses dados, apesar de estarem um pouco defasados, demonstram o potencial agrícola do estado e a grande vocação para a pequena propriedade familiar, a qual se apresenta em todo o território catarinense e, em especial, no Oeste.

Para Campos (1987), “A região Oeste de Santa Catarina ocupa uma área de 25,3 mil Km<sup>2</sup>, estendendo-se desde o Planalto Catarinense até a fronteira com a Argentina”<sup>4</sup>. Porém, para Pilati (apud CAMPOS, 1987), esse território também pode ser entendido como “Extremo-Oeste”. O mesmo diz que “Por Extremo-Oeste Catarinense, entende-se o território do ‘velho’ Chapecó, criado pela lei 1147, de 25 de agosto de 1917, após o acordo de 1916, que pôs termo ao conflito de divisas com o Paraná”. Continua o autor dizendo que são cerca de 14.000 Km<sup>2</sup>, abrangendo mais de 60 municípios, de três microrregiões do estado, compondo a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (Amosc), Associação dos

---

<sup>2</sup> Dados do IBGE, (Censo de 2000).

<sup>3</sup> IBGE, censo de 2000.

<sup>4</sup> CAMPOS, Indio. *Os colonos do Rio Uruguai*. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1987. Dissertação de Mestrado.

Municípios do Extremo-Oeste de Santa Catarina (Ameosc) e Associação dos Municípios do Alto Irani. (amai).

Apesar de se ter aqui duas versões acerca do que seria a região Oeste de Santa Catarina, ambas podem ser consideradas, pois, apesar das divisões regionalizadas, quando se fala em Oeste, refere-se a toda a região colonizada por descendentes de italianos e alemães que migraram das “colônias velhas” do Rio Grande do Sul, expressão esta que será explicada com maior detalhamento no decorrer do capítulo.

Retrocedendo ao início do processo de ocupação, no início do século XVII, essa região foi disputada por portugueses e espanhóis, questão não resolvida totalmente entre os dois países quando da independência da Argentina (1816) e do Brasil (1822), passando, então, o litígio a estes últimos, que disputavam uma área de terra correspondente ao que é hoje o Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (por volta de 48.000 Km<sup>2</sup>). Brasil e Argentina apresentavam interesse tanto na riqueza da madeira nobre abundante (pinheiro araucária, imbuia, cedro e outras) quanto nos ervais nativos (erva-mate) dessa região, que era responsável por uma produção de erva-mate e chás muito requisitados no exterior, principalmente na Inglaterra. A erva-mate<sup>5</sup> trazia muitas divisas para o país que ficasse com os impostos que resultavam da industrialização e venda do produto.

Essa discordância somente foi resolvida pelo acordo de limites de 1895, decidindo a posse da área para o Brasil, na chamada “Questão de Palmas” ou “Misiones”, com arbitramento internacional do então presidente dos Estados Unidos, Groover Cleveland<sup>6</sup>.

Essa área somente passou a existir como tal a partir de 1916, quando foi resolvida a Questão de Limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná, conhecida como “Questão do Contestado”, 1912-1916, em acordo assinado entre o governador do primeiro, Felipe Schmidt, e do segundo, Afonso Camargo.

Mais uma mudança político-territorial estaria ainda por vir quando todo o Oeste de

---

<sup>5</sup> A erva-mate, muito apreciada no Sul do Brasil e no Sul da América Latina, primeiro pelos índios, que a usavam como digestivo, depois pelos povos que ali se fixaram, passou também a ser conhecida e apreciada pelos ingleses que passaram a utilizá-la como matéria-prima para seu tradicional chá.

<sup>6</sup> A Argentina reivindicava como suas uma área de terra que englobava o que é hoje o grande Oeste de Santa Catarina, baseando-se em mapas feitos pelos espanhóis, mas a principal razão, era as grandes riquezas naturais, como a erva-mate (que já era exportada para a Europa, notadamente a Inglaterra) e o Brasil se baseava em mapas portugueses que apontavam esta área fazia parte do Tratado de Madri (1777) que deu ao Brasil a forma que tem hoje o Sul do país. Sendo que a vitória brasileira se deveu também a grande atuação da diplomacia brasileira que usou do prestígio que o Brasil contava junto aos Estados Unidos, de quem era parceiro comercial, ao passo que a Argentina preferia comercializar com a Inglaterra. Sobre esse assunto, ver HEINDSFELD, Adelar. *A questão de Palmas ou Misiones entre o Brasil e Argentina*. Porto Alegre: PUC, 1998. Tese de Doutorado em História.

Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná foram incorporados ao Território do Iguçu, criado em setembro de 1943, através do decreto-lei nº. 5.812. Três anos após a sua criação, pelo artigo 8º. da Constituição da República, de 1946, era extinto o Território do Iguçu, sendo que a administração das áreas retorna aos estados de origem.

Durante o período em que a região estava sob a jurisdição do estado do Iguçu, houve descaso com relação à mesma, o que levou uma pequena parte da população, a alimentar idéias separatistas. Essas idéias somente foram amenizadas com a criação da Secretaria dos Negócios do Oeste, que possibilitou certo desenvolvimento para a região, como a construção da BR 282, ligando o Oeste ao Litoral, e da BR 153, ligando-a a Curitiba e Porto Alegre.

O município de Faxinal dos Guedes se insere então nesse território, fazendo parte, portanto, da região Oeste de Santa Catarina e, como tal, agregando algumas das características inerentes a toda a região, como a forma de ocupação do solo, a imigração gaúcha, entre outras. Entretanto, com suas peculiaridades, como a altitude (cerca de 1.005 metros acima do nível do mar), com uma média de temperatura em torno de 16,5 graus anuais, o que, aliado ao seu solo fértil, faz com que seja um dos maiores produtores de soja-semente de Santa Catarina, além do que, desde cedo esteve servido por uma rodovia federal pavimentada (a BR 282 foi pavimentada ainda na década de 1970) que corta o estado de leste a oeste, propiciando um bom escoamento da sua produção. Outra característica importante é a grande quantidade de rios de planalto, o que facilita a produção de energia hidrelétrica, fundamental para o desenvolvimento e modernização local. Há que se destacar a incipiente industrialização, porquanto, desde a sua emancipação, em 1958, o município é servido por empresas de grande a médio porte no ramo madeireiro e agroindustrial.

## 1.2 Ocupação do espaço do Oeste de Santa Catarina: um breve retroceder

### 1.2.1 A região da Amai e Xanxerê

A população nativa de Xanxerê e região da hoje, Amai como, aliás, de toda a região Oeste de Santa Catarina, era composta basicamente de índios *Kaingang*, como, também, de outros grupos, dentre eles os *Guarani*, porém, de maneira intermitente em alguns recantos da área. Essa população nativa foi praticamente dizimada como consequência do processo gradativo de ocupação em colonização das terras por parte dos imigrantes europeus e seus descendentes. Da população indígena, sobra atualmente o reduzido número de cerca de 1.200

indivíduos, que vivem confinados nos municípios de Ipuçu e Entre Rios, sob custódia da Fundação Nacional do Índio (Funai).

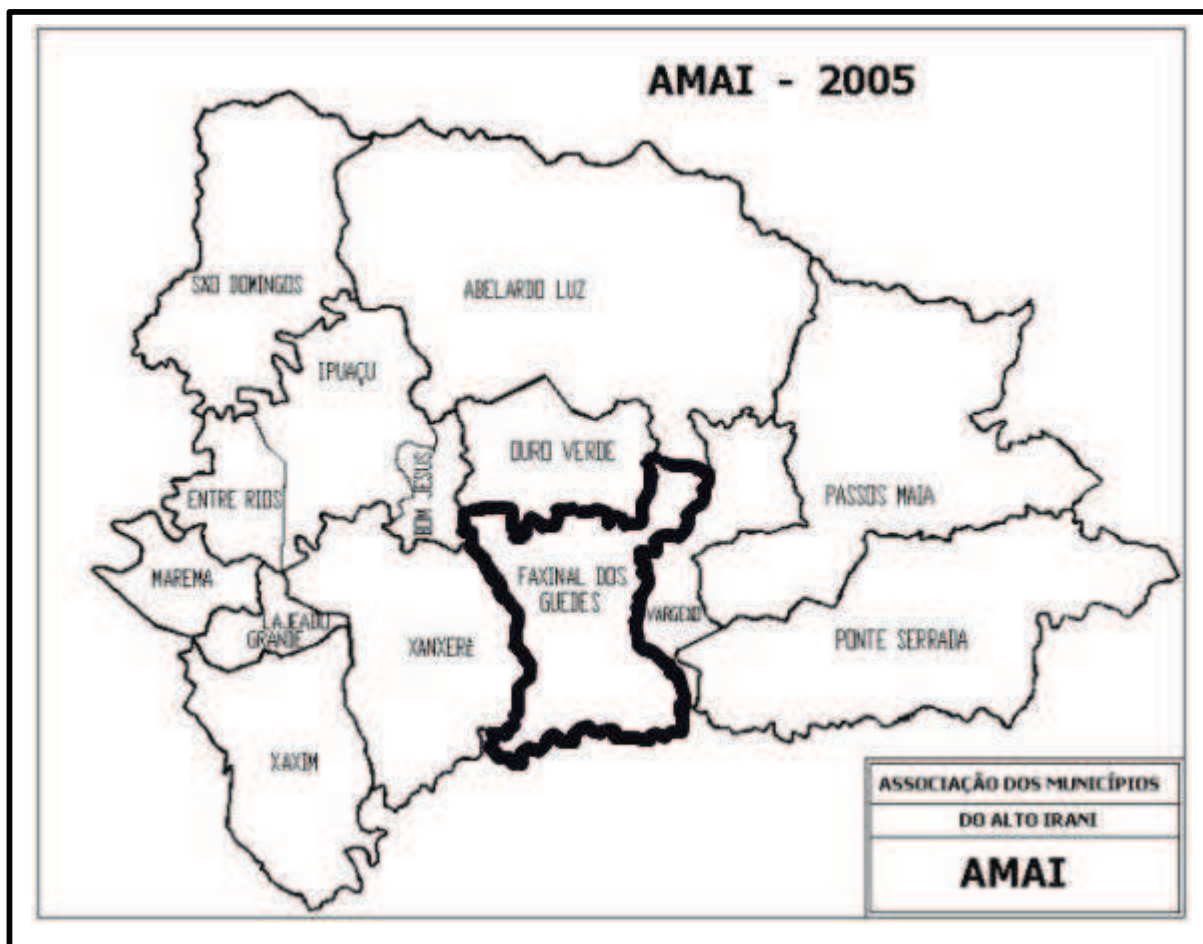


Figura 3 - Mapa da Amai (2005)  
Fonte: arquivos da Amai

Pode-se considerar que o processo de ocupação e colonização das terras percorreu duas diferentes etapas históricas, impulsionadas por duas frentes igualmente diferentes. No primeiro momento, ou etapa histórica, que vai desde a época em que a região era conhecida como "as terras situadas entre o Rio Iguaçu e o Rio Uruguai", o processo de colonização se caracteriza como início de exploração e ocupação, no início por aventureiros, comandados pela necessidade de estabelecer as fronteiras nacionais, provinciais e, finalmente, estaduais, da região Sul, limítrofe com a Argentina. Comanda esse primeiro momento da ocupação do Oeste Catarinense, representantes de expedições bandeirantes vindas de São Paulo através do Paraná, mais precisamente de fazendeiros oriundos de Guarapuava, Palmeiras e Palmas, muitos dos quais apenas interessados em atingir o Rio Grande do Sul em suas "viagens de tropas", destacando que alguns desses tropeiros acabaram, não raro, fixando morada em algum lugar desta região que lhes aprobe, começando a formar pequenos núcleos

familiares em meio aos campos ou matas, vivendo de uma cultura de subsistência, por vezes com a coleta da erva-mate e a criação extensiva de suínos e aves.

O segundo momento desse processo tem início com o fim da Guerra do Contestado, com a solução do litígio entre os estados do Paraná e Santa Catarina, sendo, porém, entre os anos de 1930 e 1950, o maior movimento migratório do Rio Grande do Sul para esta região. Ele se processa em consequência de expansão da área colonial procedente do Rio Grande do Sul. Integram as frentes descendentes de imigrantes europeus, principalmente os italianos e alemães, e, em menor porcentagem, poloneses e outras etnias. Por intermédio de empresas particulares de colonização, que passaram a desmembrar as enormes propriedades de antigos fazendeiros e sesmeiros, os colonos gaúchos passaram a explorar intensivamente os recursos florestais e a cultivar efetivamente o solo. Dessa forma, a principal atividade econômica de Xanxerê e região tem sido durante muito tempo, a de extração de madeira e erva-mate: a primeira, vendida na Argentina, para onde era transportada em balsas pelas cheias do Rio Uruguai; a segunda, como produto de consumo interno nos três estados do Sul.

Posteriormente, a rica fertilidade do solo, associada às boas condições do clima, deu margem para que surgisse paralelamente à atividade de extração de madeiras e erva-mate, a cultura do milho e do feijão, juntamente com a criação de suínos, abrindo condições favoráveis ao surgimento da agroindústria que hoje desponta como principal força propulsora do processo de desenvolvimento regional. Enfatiza-se, também, que o município de Xanxerê se destaca, há algum tempo, como um dos maiores produtores de milho do estado, sendo que ostenta, atualmente, o título de “Capital Estadual do Milho”.

### 1.2.2 Os sujeitos pioneiros: os índios e os caboclos

A ocupação das terras do Oeste de Santa Catarina é a mais antiga do estado. Pesquisas arqueológicas indicam que, por volta de 10.000 anos atrás, as primeiras populações pré-históricas penetraram na região Sul do Brasil através da Bacia do Paraná e seus afluentes, tendo atingido o “Estado de Santa Catarina após subir o rio Uruguai e o rio Iguaçu, espalhando-se pelo Planalto, chegando a atingir mais tarde a Costa Atlântica”<sup>7</sup>.

Portanto, os primeiros habitantes de Santa Catarina foram índios, fundamentalmente *Kaingang*, que habitavam os campos e *Xókleng*, que se encontravam a leste do Rio do Peixe e

---

<sup>7</sup> THOMÉ, Nilson. *Trem de Ferro: a ferrovia do Contestado*. Florianópolis: Lunardelli, 1985, p. 14.

preferiam as matas. Os *Kaingang*, que viviam no planalto, conforme Radin<sup>8</sup>:

Estavam habituados à economia do pinhão e uma agricultura muito rudimentar, complementada pela caça. Eram seminômades, vivendo parte do ano em acampamentos improvisados e outra parte como nômades, caçando e coletando frutos, raízes e mel.

Com relação aos *Xókleng*, Radin segue dizendo que: “Os *Xókleng* eram nômades e ocupavam principalmente as florestas que ficavam entre o litoral e o planalto, baseando sua economia na caça e na coleta”. A dependência da dieta desses índios com relação à caça e à coleta os obrigava a dominar um vasto território, o que os fazia entrar em constantes conflitos com outros grupos.

Na região do município de Faxinal dos Guedes, verificam-se vestígios indígenas da tradição *tupi-guarani* da fase cerâmica, e, conforme estudos de Ribeiro, esses índios não mais habitavam a região quando da chegada dos outros povos, os caboclos, sendo que hoje se percebe a presença de remanescentes desses em reservas próximas, como a “Xapecó”<sup>9</sup>, no município vizinho de Ipuacu. Existiam ainda grupos guaranis que não formaram uma unidade e que hoje vivem parte em cidades, e parte juntamente com outros grupos. Conforme Santos:

[...] aldear os índios era a forma de mantê-los confinados dentro de uma área determinada e submetidos ao Governo. Dessa forma, ficam eliminados os prejuízos causados pelos ataques que faziam às propriedades dos civilizados, gerando insegurança e causando prejuízos pelo abate de gado e roubo de roças.<sup>10</sup>

Para entender melhor a relação dos índios com os “intrusos” na região, tanto quanto o seu destino, pode-se ver o que disserta Bordinhão:

Os índios que aqui viviam, saqueavam, matavam ou raptavam aqueles que tentassem se aproximar, tudo isso com o intuito de defender a si e a seus familiares. Nasceu deste choque uma expedição com a finalidade de reaver os bens e os reféns que se encontravam nas mãos dos índios, composta por um grupo de fazendeiros brasileiros vindos de Guarapuava e Palmeira, província de São Paulo, e chefiada por um rapaz vindo de Minas Gerais, chamado José Raimundo Fortes. Este, pelos seus serviços, mais tarde recebeu uma grande área de terras chamada ‘Campina do Gregório’ (onde hoje se localiza o centro de Chapecó), sendo um dos primeiros moradores do Oeste Catarinense. Os expedicionários também receberam a sua parte, tomaram posse de vastas regiões de terras, campos e matas.<sup>11</sup>

<sup>8</sup> RADIN, José Carlos. *Italianos e italo-brasileiros na colonização do oeste catarinense*. Joaçaba: UNOESC, 1996, p. 21.

<sup>9</sup> O nome da reserva é Xapecó com “X”, reportando-se à verdadeira origem da palavra Xapecó, que significa, em Tupi-Guarani “de onde se avista o caminho da roça” ou simplesmente “caminho da roça”.

<sup>10</sup> SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova história de Santa Catarina*. 3. ed. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1995, p. 24-25.

<sup>11</sup> BORDINHÃO, Osvaldo. *Nossa terra, nossa gente*. Chapecó: Royal, 1996, p. 14.



De uma forma bem simples, o autor acima esclarece como eram hostis as primeiras relações entre os primeiros ocupantes das terras (caboclos) e os índios, sendo que essas expedições, com o objetivo de dizimar o índio, eram comuns nessa época.

Após a dissolução ou aldeamento desses grupos indígenas, que ocorreu tanto por políticas dos governos estadual ou federal ou pela própria desagregação das tribos, já que não foram escravizados pelos portugueses pelo fato de estes preferirem os guaranis já reunidos em missões no Rio Grande do Sul e que praticavam uma agricultura mais moderna em relação aos grupos catarinenses, teve início a ocupação por luso-brasileiros que vinham de várias partes do Sul do Brasil, principalmente dos campos de Guarapuava (hoje Paraná) e de Lages (hoje Santa Catarina).

Contudo, a população de caboclos era bastante escassa, sendo que o Oeste de Santa Catarina, até meados do século XX, era caracterizado por poucos povoados em meio à mata. A colonização ocorrida na faixa litorânea, por alemães e italianos, a partir de 1870-1875, não chegou ao Oeste Catarinense. As atividades econômicas desta região de Santa Catarina, nesse período, ficaram restritas às atividades de pecuária nas áreas de campo, como Campo Erê e dos Campos de Palmas<sup>12</sup>.

Outra grande diferença entre a colonização de descendentes de imigrantes e a cabocla é que os caboclos foram se assentando de maneira “avulsa”, ou seja, geralmente não entravam nas novas terras grupos de colonizadores, mas sim, famílias isoladas se fixavam geralmente no meio da mata, extraindo parte do seu sustento (frutas, caça, erva-mate) e cultivando uma pequena lavoura de subsistência, aliada à criação de pequenos animais (porcos e galinhas).

Diferente das áreas de colonização primitivas do Rio Grande do Sul, onde o elemento colonizador (seja caboclo, europeu ou seus descendentes) encontrou as terras já desocupadas do elemento nativo (o índio), que havia fugido para as regiões de matas nas margens do Uruguai, nesse espaço os primeiros colonizadores se defrontaram com o caboclo constituído como posseiro de pequenas propriedades. Porém, podemos discordar de Breves, que escreve que:

Seu sistema de trabalho era o mais absurdo e atrasado. Basta dizer que os agricultores não conheciam esta antiquíssima ferramenta agrícola chamada enxada. Faziam roças apenas com foice, machado e fogo... Gostavam sobretudo de derrubar matas virgens e capoeirões, pois, a madeira derrubada dava bom facho para o fogo. Feita a plantação, as covas eram abertas com a ponta da foice ou com uma cavadeira de madeira, a terra não era capinada. A terra virgem fazia com que as plantas

---

<sup>12</sup> Como Campos de Palmas, entende-se a região de campos que vai desde a região de Palmas, no Paraná, e os campos de Campos Novos, em Santa Catarina.

crecessem mais depressa do que o mato. A alimentação era a mais primitiva possível, baseada no feijão, farinha de milho branco, em manjolo, e canjiquinha de milho para substituir o arroz. Os mais remediados, que possuíam uma vaca, tinham leite e coalhada, mas em determinados ranchos, havia verdadeira miséria em meio a uma natureza opulenta e terras riquíssimas [...] <sup>13</sup>.

Essa informação torna-se contraditória, visto que se, em fins do século XIX, todas as famílias de pequenos agricultores tivessem esses alimentos disponibilizados, considerar-se-ia que tinham uma boa vida e que não se acometiam de fome, visto que como se pode observar, a dieta era bem balanceada e variada, da qual poucos colonizadores europeus, quando chegados ao Sul do Brasil, puderam desfrutar.

Ainda, conforme Campos, os caboclos “se diferenciavam dos índios por usarem foice, machado e armas de fogo para a caça”<sup>14</sup>. Os caboclos trabalhavam também na extração da erva-mate, como tarefeiros, para outros elementos migrados, os luso-brasileiros capitalizados<sup>15</sup>. Também nesse caso, não era sinal de atraso cultural o fato de se usar foice, machado e armas de fogo, pois poucos tinham esse privilégio na época.

Essa diferenciação entre o modo de vida do caboclo e dos colonizadores podia ser notada, principalmente, pelo fato de o colono descendente de italianos visar ao acúmulo de capitais e sua reprodução, enquanto o outro valorizava apenas a sobrevivência. Por isso, os colonos, muitas vezes, não aceitavam e nem entendiam o modo de vida dos caboclos. Pode-se notar até o tempo presente, nas comunidades de predomínio de descendentes ítalo-brasileiros esse tipo de discriminação.

A partir da chegada das primeiras empresas colonizadoras, amparadas legalmente na Lei das Terras, de 18 de setembro de 1850, que regulamentava a posse das terras apenas por compra, os caboclos se tornaram os primeiros deserdados da terra. Passaram, então, a trabalhar como bóias-frias e peões para os colonos recém - chegados. Sendo, mais tarde, reagrupados para a extração da erva-mate no mesmo modelo antigo, só que agora para as empresas dos recém - chegados colonizadores.

### 1.3 O “faroeste” catarinense

---

<sup>13</sup> BREVES, Wenceslao de Souza. O Chapecó que eu conheci. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. N. 6 . Florianópolis, p. 32, outubro, 1985.

<sup>14</sup> <sup>13</sup> CAMPOS, I. *Os colonos...*, p. 45.

<sup>15</sup> Por luso-brasileiros capitalizados, entendem-se os caboclos que possuíam serrarias ou fazendas de criação de gado.

Como muitas regiões recém - exploradas do grande território brasileiro têm alimentado mitos e histórias fantásticas de aventuras, no Oeste Catarinense a situação não foi diferente.

A situação do local, desde as primeiras incursões pelos portugueses, ao que tudo indica, foi hostil geralmente pelas atitudes dos que ali já habitavam, os índios *Kaingang*, que procuravam repelir toda e qualquer forma de invasão de suas terras<sup>16</sup>.

Quando da chegada dos primeiros grupos de luso-brasileiros, no início do século XIX, vindos de Palmas e Guarapuava, no Paraná, e Lages, em Santa Catarina, eles não tiveram que enfrentar esses guerreiros nativos, pois preferiram se estabelecer primeiro nos campos, sobrando aos que não detinham capitais e terras, apenas o trabalho de peão. Os luso-brasileiros foram se “acaboclando” e, muitas vezes adentraram as matas, passando a conviver com os índios, formando um elemento que na região foi chamado de “bugre”<sup>17</sup>.

Para os primeiros colonos vindos do Rio Grande do Sul, essa “realidade” assustava, já que muita coisa foi criada na mente dos mesmos, ilustrando o que talvez tenha acontecido em algumas situações, mitificando, então, o ocorrido como se fosse coisa corriqueira. Por essas e outras razões, o Oeste ficou conhecido como “Oeste bravio”.

Para ilustrar as impressões tidas pelos recém chegados, podem-se citar dois depoimentos de Wenceslau de Souza Breves, encarregado das demarcações das terras concedidas à colonizadora Bertaso, Maia & Cia. no início do século XX:

Em meados de 1920, era eu auxiliar da Comissão Técnica discriminadora de Terras, quando esta recebeu instruções para se transferir para Chapecó, a fim de demarcar as terras concedidas à Empresa Colonizadora Bertaso, Maia & Cia. O chefe da comissão, o engenheiro Eurico Borges dos Reis, disse-me então:  
 \_ Não vou. Tenho mulheres e filhos e essa é uma região onde se mata um homem por puro divertimento (sic).  
 E demitiu-se.  
 O Dr. Adolfo Konder, Secretário da Fazenda, Viação, Agricultura e Obras Públicas, mandou me chamar:  
 \_ Quer ir você substituir o Eurico, interinamente?

<sup>16</sup> Conforme as histórias contadas pelas pessoas de mais idade da comunidade em conversas informais durante as entrevistas, a relação dos colonos com os índios sempre foi muito violenta, chegando muitas vezes a ocorrerem verdadeiras ‘guerras’ entre eles. Também se contam histórias de emboscadas organizadas pelos colonos para assassinar grupos de índios na região onde hoje é o município de Ipuacu, no Oeste de Santa Catarina. Essa relação continua de certa forma até os dias de hoje, em que índios e colonos ainda promovem assassinatos, de ambos os lados por causa de terras. Um exemplo disso foi o assassinato, em 2004 do sindicalista Ulisses Stefanni, na reserva Pinhalzinho, em Ipuacu, em que as suspeitas mais contundentes recaem sobre os índios da reserva.

<sup>17</sup> Eram chamados de bugres os caboclos ou os índios que viviam de forma primitiva, morando em pequenas cabanas no meio do mato, caçando, pescando e raramente apareciam em público. Até hoje, quando aparecem grupos de índios vendendo artesanato na região, estes são identificados pela população como bugres.

Eu era moço e solteiro. A aventura tentou-me. Fui, e não me arrependi”<sup>18</sup>.

Essa citação de Breves dá uma pequena idéia de duas coisas: a primeira, o medo da fama do Oeste perigoso, assustador; a outra, da grande fortuna que o esperava: “Fui, e não me arrependi”.

Em uma outra citação de Breves, pode-se notar, em um episódio irônico, a já grande influência da mídia, naquela época, para a formação do imaginário do “Oeste bravio”:

Por isso prepararam-se com uma indumentária apropriada de quem ia para o faroeste catarinense: grandes chapéus de caubóis, camisas de xadrez de cores vivas, revólveres, coldres de couro vistosos, luvas de couro e punhos longos e largos. Com esse aparatoso vestuário e acompanhado de um casal de lindos cães policiais que Nenga Santerre levava, saltei com eles em Porto União, à noite, a fim de fazermos a baldeação para a linha do rio do Peixe. E logo correu na cidade, que havia chegado à vanguarda de um circo de Chapecó. Em 1920, a maior parte de meus companheiros de comissão estavam muito impressionados pelos filmes americanos de cavaleiros [...]<sup>19</sup>.

Até hoje não se sabe se por medo, ou por mito, grande parte de quem se desloca a passeio ou para morar no Oeste catarinense se reporta ao grande perigo que este representava e a fama permanece, não só a fama dos perigos, mas também a das riquezas, das terras férteis, do “celeiro do estado”, tornando-o um lugar rico, mas perigoso e cheio de colonos e índios.

### 1.3.1 O caboclo como gerador de riquezas

Apesar de haver, tanto no passado recente como ainda hoje, uma grande discriminação em relação aos caboclos com relação à aptidão natural para o trabalho e a preocupação com o futuro (acúmulo de riquezas e capital), estes tiveram importância fundamental para o desenvolvimento da região, se não como investidores de capital, como desbravadores, porquanto foram eles que abriram as primeiras estradas e os primeiros clarões no meio da floresta ainda virgem, para que os que adentrassem mais tarde pudessem se estabelecer. Ainda, foram eles que abriram as primeiras estradas de rodagem, como eram conhecidas as rodovias até pouco tempo.

Sem a presença do elemento “brasileiro”<sup>20</sup>, a fixação dos colonizadores teria sido muito mais difícil, pois a região do grande Oeste era constituída de matas nativas de difícil

<sup>18</sup> BREVES. Op. cit., p. 45.

<sup>19</sup> Id., *ibid.*, p. 46.

<sup>20</sup> Importante dizer que, muitas vezes, eram assim denominados, pelos descendentes de italianos, os caboclos que passavam a dispor de algum capital ou que se destacavam como autoridade. Essa era uma maneira de diferenciar os caboclos pobres dos outros.

acesso e com uma topografia, na maioria das vezes, muito acidentada.

Deve-se ao caboclo, também, a grande herança culinária, cujos costumes foram sendo absorvidos pelos colonizadores, como o consumo da mandioca, a batata - doce, a carne de porco, o feijão, entre outros.

No caso especial do município de Faxinal dos Guedes, é reconhecida como de grande importância a atuação das famílias Rosa da Silva e Guedes no desenvolvimento local, desde a construção da primeira casa para tropeiros, pela família de Joaquina da Rosa, até a exploração de erva-mate, pela família Guedes, que era proprietária de grande quantidade de terras em toda a região; assim como também se deve aos Guedes a herança da denominação da cidade.



Foto 01 – Início do povoado de Faxinal dos Guedes (atual trevo do Posto Jumbo).  
Fonte: Acervo do autor.

#### 1.4 A “Guerra” e a “Questão” do Contestado

Cabe esclarecer, inicialmente, que nem toda a região Oeste foi palco da “Guerra do Contestado”, porém foi alvo de disputas judiciais entre Paraná e Santa Catarina na “Questão do Contestado”, conforme exposto anteriormente, mas isto não quer dizer que não sofreu as conseqüências da guerra, já que a miséria denunciada pelos rebeldes do Contestado era uma realidade em toda a região.

A diferença principal entre a “Guerra” do Contestado e a “Questão” do Contestado se deve pelo fato de que a “Questão” se refere à disputa territorial ou litígio entre os estados de Santa Catarina e Paraná, que vinha se estendendo desde o final do século XIX, após o Acordo de Limites entre o Brasil e a Argentina, firmado em 1895 (também conhecida como “Questão de Palmas ou Misiones”), e terminou em 1916, quando os dois estados firmaram um acordo, definindo seus limites.

Já a “Guerra” do Contestado foi um fenômeno político, econômico, social e religioso que se iniciou por volta de 1912, no Meio-Oeste e Planalto Catarinense (principalmente nas cidades de Curitiba, Videira, Fraiburgo, Caçador, Mafra, Porto União, Lebon Régis, Irani, entre outras) envolvendo tropas dos governos de Santa Catarina e Paraná, unidas, e do Governo Federal contra os caboclos excluídos e expropriados de suas terras tanto pelos governos como pelos fazendeiros, comerciantes, empresários estrangeiros e outros que tinham o domínio sobre as terras da região. Como exemplo, uma das grandes empresas que explorava a região nessa época era de capital norte americano, a *Brazil Railway Company*, subsidiária da Lumber Development, pertencente ao sindicato Farquar. Essas empresas foram beneficiadas pelo Governo brasileiro com a permissão para terminar a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, colonizar as terras de até 15 Km de cada lado da estrada e explorar a madeira que se encontrava neste território, e que teve como desfecho final, em meados de 1915, a derrota dos caboclos.

Como se vê, não foi somente durante a Guerra do Contestado que houve confronto entre os caboclos e os colonizadores, porém foi com ela que esses conflitos tomaram maiores dimensões e determinaram o início da ocupação definitiva da região por migrantes gaúchos, pois a Guerra, então, como cita Renk, proporcionou “a limpeza da área”, pois ainda, conforme a autora, “o direito de propriedade prevaleceu sobre o de ocupação”<sup>21</sup>. Essa limpeza da área, a que se refere Renk, pode ser entendida como a desocupação da área a ser colonizada, levada a efeito pelas companhias de colonização, e podia ser feita de várias formas, desde a apresentação de documentação ou ludibriando os posseiros, até usando da força das armas ou estratégias mais estranhas, até mesmo engraçadas, e difíceis de acreditar. Conta-nos Renk, que se usava também da superstição dos caboclos. Ela escreve que

Uma das práticas utilizadas pelos colonos italianos de Vargeão consistia em assustar os intrusos (*caboclos*) (grifo do autor), que se recusavam a sair da área. Passaram a atemorizá-los por três sextas-feiras consecutivas. Para isto tomavam um ou dois corvos, besuntando-os em óleo, amarrando-lhes um pano oleado e incendiado. Soltando a ave em área próxima àquela ocupada, os colonos sincronizavam os riscos

<sup>21</sup> RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997, p.106.

de fogo no céu com urros em uma lona improvisada de megafone, pra dar a impressão de que era o diabo, anunciando o fim do mundo.<sup>22</sup>

Apesar de parecer um pouco fantasiosa, exemplifica bem o que significava a presença cabocla nas terras: era apenas um intruso. Esses caboclos que ocuparam a região onde hoje se localiza Faxinal dos Guedes eram “safreiros”<sup>23</sup>.

As terras ocupadas pelos caboclos também eram chamadas de terras “intrusadas”, pelos colonizadores, e eram classificadas como terras que ainda não estavam “limpas”; por isso, também tinham um valor menor que outras, pois os compradores ainda precisavam “limpar”, livrar-se do posseiro para poder cultivá-la<sup>24</sup>.

### 1.5 Os ítalo-brasileiros

Pode-se chamar de ítalo-brasileiros àqueles colonizadores de descendência italiana que ocuparam todo o Oeste catarinense, vindos das colônias velhas do Rio Grande do Sul. Os mesmos mantinham grande parte dos costumes herdados dos pais que, na época da colonização, em sua maioria, ainda estavam vivos.

Com relação à colonização, Santos lembra que:

[...] no Oeste, a colonização foi inteiramente diferente daquela que ocorreu nos vales litorâneos. A colonização foi uma consequência da expansão agrícola do Rio Grande do Sul. Assim, a expansão agrícola que estava instalada no Noroeste do Rio Grande do Sul foi intensificando seu avanço para o interior do Estado de Santa Catarina. Este avanço atingiu o Estado do Paraná, mais tarde. O Paraná passou a ser ocupado pela frente de colonização gaúcha a partir de 1930, pelo Sudoeste do Estado. Os componentes da frente de expansão em regra, eram descendentes de imigrantes, em particular, italianos<sup>25</sup>.

A migração interna por descendentes de imigrantes italianos vindos das “colônias velhas” do Rio Grande do Sul se iniciou a partir de 1910, sofrendo uma ruptura no início da década de 1920, em decorrência da revolução de 1923, no Rio Grande do Sul, que envolveu políticos contrários à reeleição de Borges de Medeiros, então governador, para o quinto

<sup>22</sup> Ibidem, p. 110.

<sup>23</sup> Um exemplo disso são os Guedes, e ocupavam parte das terras dos hoje municípios de Vargeão e Faxinal dos Guedes, que se ocupavam da safra, ou seja, eram colhedores de erva-mate, que depois vendiam para as ervateiras que a beneficiavam, transformando-a em erva-mate chimarrão. Antes possuidores de grandes extensões de terra, hoje não possuem mais do que os terrenos em que habitam na cidade.

<sup>24</sup> RENK, A. *A luta...*, p. 116.

<sup>25</sup> SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova história de Santa Catarina*. 3. ed.. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1995, p. 58

mandato consecutivo, e forças fiéis a ele, sendo retomada a migração para Santa Catarina após este episódio. O movimento de colonização mais intenso ocorreu entre os anos de 1930 e 1950. Como forma de exemplificar essa questão, Radin discorre que:

A migração das colônias velhas propagou-se especialmente após o conflito do Contestado e a definição de limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná. Seu auge situa-se entre as décadas de 30 e 50, deste século (sic), diminuindo gradativamente nas décadas seguintes.<sup>26</sup>

A partir da década de 1970, principalmente, esses elementos colonizadores, descendentes de italianos e alemães, passam a avançar em novas frentes de colonização para o Centro-Oeste e Norte do Brasil.

O estudo de caso da colonização por ítalo-brasileiros se faz aqui de uma forma sintética, unicamente pelo fato de esta ter sido predominante, e não por valorização desta ou daquela etnia.

Esta também é considerada, por Rossetto, como a “segunda colonização”<sup>27</sup>, pois a primeira foi efetivada pelos caboclos, o que não deixa de ter significância se levarmos em conta que os caboclos vieram de outras regiões e adquiriram, ganharam ou ocuparam as terras e, muitas vezes, possuíam documento de posse das mesmas.

A colonização tem suas raízes ainda na Itália, quando pessoas desejosas de progresso, necessidade econômica e ânsia por terra foram alimentando o sonho da imigração, que teve como destino principal a América e nela encontrou o Rio Grande do Sul, onde a escassez de terras provocou a migração interna dos descendentes desses imigrantes.

A escassez de terras nas “colônias velhas do Rio Grande do Sul” foi provocada por diversos fatores, mas, principalmente, pelo grande crescimento demográfico, pois, conforme Radin: “Segundo censos feitos por padres na década de 1920, nas colônias italianas a média de natalidade das famílias era de 7,2 filhos por família, o que também contribuía para a rápida expansão da colonização”<sup>28</sup>.

Conseqüentemente, a grande valorização das terras obrigou os filhos de imigrantes a procurarem novas frentes de colonização e exploração agrícola.

Por “colônias velhas” entendem-se as regiões de colonização primitiva por italianos e alemães no Rio Grande do Sul, como as de Conde D’Eu, Caxias, Silveira Martins, Princesa Isabel e São Leopoldo. Sendo que essas já haviam se constituído municípios, e a maioria se

---

<sup>26</sup> RADIN, J. C. *Italo-brasileiros...*, p. 681

<sup>27</sup> ROSSETTO, Santo. *Síntese histórica da região Oeste*. Chapecó: FUNDESTE, 1989. (Cadernos do CEOM).

<sup>28</sup> RADIN, J. C. *Italo-brasileiros...*, p. 65.



desmembrado em outros. Podem-se notar essas características através de relatos dos próprios migrantes do Oeste catarinense, quando afirmam que migraram de Muçum, Bento Gonçalves, Garibaldi, Erechim, Caxias e outros municípios gaúchos colonizados por imigrantes europeus no século XIX.



Foto 02 – Família tradicional de imigrantes gaúchos.  
Fonte: Acervo do autor.

## 1.6 A questão da excelência étnica

O imigrante italiano, quando chegado em terras brasileiras, já vinha com a narrativa mítica de uma excelência étnica voltada para o trabalho, a honestidade e o acúmulo de capital, fazendo deste o “único” elemento capaz de trazer progresso para as regiões a serem colonizadas no Brasil<sup>29</sup>. Há ainda o sentimento de superioridade que o imigrante italiano julgava possuir sobre os demais, especialmente o caboclo. Como lembra Radin, “tal superioridade era de proprietário sobre o não proprietário, lembrando o que ocorria na Itália entre os antigos senhores da terra e os pobres contadinos”. Ainda segundo Radin, essa

---

<sup>29</sup> Sobre o assunto ver MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2000.

identidade étnica irá sofrer transformações a partir do momento em que vai ocorrendo uma maior interatividade entre esses e as outras etnias, sendo que, a partir deste momento, “ganha-se e perde-se” cultura através da assimilação da cultura de um e de outro. Outra característica, segundo o autor acima, é a perda significativa da língua como identidade étnica, principalmente com a campanha de nacionalização posta em prática pelo governo Vargas, que faz com que se abandone aos poucos o hábito de se falar em italiano e já na década de 1970, aproximadamente 50% dos jovens não entendiam ou falavam italiano. Isso se evidencia quando da conversa ou entrevista, ou até mesmo quando se ouvem relatos em rodas de amigos, descendentes de uma mesma etnia, no caso, italianos. Geralmente, levantam a questão de que “tudo aquilo antigamente era mato”, e que, sem o trabalho deles, não seria possível tal obra, ou lavouras, as empresas, a estrada...

Quanto ao relacionamento entre os colonizadores e os caboclos, apesar de haver discursos de ambos os lados dizendo que foi pacífica, em grande parte foi hostil, chegando a evidenciar conflitos armados e até casos de assassinatos por diversos fatores, principalmente terras (divisas, posses, disputas familiares). Um bom exemplo disso é o que relata o Sr. João Maria da Silva, que durante muitos anos foi subdelegado em Faxinal dos Guedes, quando diz que não raro precisou buscar criminosos e apurar assassinatos de “caboclos e gringos”. Em Santa Laura, no interior de Faxinal, segundo ele, “era tudo briga de terra e até hoje eles têm as rixa deles”.

## 1.7 As colonizadoras

A atuação das companhias colonizadoras foi essencial para a ocupação do Oeste catarinense por descendentes de italianos vindos do Rio Grande do Sul. Com uma agressiva campanha de marketing, essas empresas atraíram um grande contingente de migrantes entre os anos de 1920 e 1950. Segundo Radin, “a estimativa da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul [...] confirma a significativa migração, de aproximadamente 250 mil agricultores gaúchos para o Oeste catarinense”.<sup>30</sup>

Esses números comprovam o sucesso da campanha, pois se usarmos como comparação apenas a área que formava o antigo município de Joaçaba, segundo Radin, “o

---

<sup>30</sup> Cf. SUDESUL. O fenômeno migratório na região Sul. Porto Alegre: Sudesul, 1975, p. 53. In: RADIN, José Carlos. Aspectos da presença italiana em Santa Catarina. Revista: *História, debates e tendências*. Passo Fundo .v. 5, n. 1, p. 116 – 130, jul. 2004.

município possuía, quando de sua criação, em 1917, uma área de 7.680 quilômetros quadrados, onde vivia cerca de dez mil pessoas, o equivalente a quatro habitantes para cada três quilômetros quadrados”, se levarmos em consideração que quase metade dos gaúchos que migraram para Santa Catarina tenha se fixado no antigo Joaçaba, por volta de 30 anos a população teria aumentado cerca de 15 vezes.

Exemplo dessa propaganda é o jornal *A Tribuna de Joaçaba* que, em pleno ano de 1942, fazia promessas e referências às virtudes desta terra quando divulga que:

Tem-se que levar a estas terras os meios de comunicação imprescindíveis à sua expansão econômica. Tem-se que assistir as populações que se estabelecem ou nelas se encontram, com todos os benefícios da civilização moderna [...]. Enfim temos que transformar esse imenso espaço vital num grande mercado interno para a expansão da nossa miraculosa riqueza e progressiva civilização.<sup>31</sup>

Nesse contexto, têm-se três interessados na expansão: os *colonos*, ávidos por terras quando as suas, sucessivamente repartidas nas colônias velhas, já não permitiam mais uma fissão; *as autoridades governamentais* (grifos do autor), interessadas em expandir o povoamento por questões econômicas (produção de riquezas e impostos) e políticas (questões de limites com o Paraná); e *as companhias colonizadoras* (grifos do autor), interessadas em vender o mais rápido possível os lotes de que dispunham<sup>32</sup>.

### 1.8 A colonização de Cruzeiro (Joaçaba)

Na grande região Oeste de Santa Catarina, os maiores responsáveis pela venda dos lotes foram colonizadoras com sede em Cruzeiro (hoje Joaçaba) e Chapecó, sendo que estas colonizadoras, repartiram os lotes no que hoje corresponde ao território de Faxinal dos Guedes.

A criação e instalação dos municípios de Chapecó e Cruzeiro (Joaçaba), em 1917, “com suas respectivas comarcas judiciárias, paróquias e unidades escolares, serviu como base para a colonização de todo o Oeste catarinense”<sup>33</sup>. As razões para que isso fosse possível são a precoce formação como municípios e a localização geográfica privilegiada, sendo que Joaçaba fica na “entrada” do Oeste catarinense e Chapecó no “centro”, tendo influência até o

<sup>31</sup> SERRA, Geraldo. Jornal *A Tribuna de Joaçaba*, n. 109, ano II, 15 fev. 1942, p. 4. In: RADIN, José Carlos. Aspectos da presença italiana em Santa Catarina. Revista: *História debates e tendências*. Passo Fundo v. 5, n.1, p. 128, jul. 2004.

<sup>32</sup> 32RADIN, José Carlos. Aspectos da Presença italiana em Santa Catarina. Revista: *História, debates e tendências*. Passo Fundo, v. 5 n.1, p. 128, jul., 2004.

<sup>33</sup> SANTOS 1995, p. 74.

Extremo Oeste, na divisa com a Argentina. Ainda, serviu como elemento significativo a facilidade logística, sendo que Chapecó tinha no Rio Uruguai, que fica na divisa dos dois estados, seu principal meio de transporte, e Joaçaba dispunha da recém - construída estrada de ferro.

Na região de Cruzeiro, então, a construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, que ligava Santos, em São Paulo, a Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, concluída em 1910, facilitou e dinamizou a ocupação por levadas migratórias do Rio Grande do Sul. Assim sendo a companhia construtora da estrada de ferro, a “*Brazil Railway Company*”, através de sua subsidiária, a “*Southern Brazil Lumber and Colonization Company*”, foi a responsável pela comercialização das terras nas margens da ferrovia, com a concessão governamental de aproximadamente 15 Km de cada lado, resultado do acordo anterior à construção da ferrovia. O acordo regia que a empresa *Brazil Railway* “recebe, ao longo de seus trilhos, em pagamento, terras equivalente a 15 (quinze) quilômetros de largura, ou igual ao produto da extensão quilométrica da estrada multiplicada por 18, sem levar em conta qualquer posse anterior, legalizada ou não, por força dos decretos nº. 10.432, de 09 de novembro de 1889, e nº. 305, de 07 de abril de 1890”<sup>34</sup>. Essa decisão arbitrária forçava a posse estrangeira da terra e hostilizava as relações entre posseiros e a empresa, sendo que esta última tinha o aval do Governo federal e estadual para tanto.

Esta empresa, que tinha origem norte-americana, de imediato tratou de instalar uma grande serraria, num local chamado Santa Maria (hoje município de Lebon Régis), para serrar a abundância de madeira na extensão a ela merecida, promovendo grande devastação nas margens da rodovia já nos primeiros anos do século XX e limpando a terra para que pudesse ser comercializada com mais facilidade. A devastação deu-se de forma rápida e atingiu proporções tamanhas que os caboclos diziam que o trem “come terra e pinhão”, tirando deles o “direito” à terra.

Para a concretização do comércio de terras, era preciso “limpar o terreno” que estava ocupado por posseiros, geralmente caboclos, com ou sem títulos de propriedade. A posse, “tal como a concessão feita à companhia, contrariava a chamada Lei das Terras de 1850. Ainda assim o governo do Paraná reconheceu os direitos da empresa”<sup>35</sup>. Os posseiros que ousavam se opor às autoridades eram submetidos à violência, e isso foi garantido com o envio, pela própria empresa, de um corpo de mais de 200 homens armados, que, além de reprimir os revoltosos, tinha a missão de proteger o capital da empresa e garantir a produção das serrarias

---

<sup>34</sup> PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994, p. 132.

<sup>35</sup> SANTOS. Op.cit. p.56.

e das colonizadoras.

Todas essas arbitrariedades, aliadas às questões religiosas, de pobreza e disputas de terras entre os estados limítrofes, originaram a famosa Guerra do Contestado, que teria início em 1912 e só acabaria quatro anos depois, com um saldo aproximado de 20.000 mortos, a qual já foi discutida anteriormente.

### 1.9 A colonização de Chapecó

Na região de Chapecó, a principal empresa colonizadora foi a Colonizadora Bertaso, e Cia., cuja sede estava localizada na Vila de Passo dos Índios e da qual eram sócios o próprio coronel Ernesto Bertaso, o coronel Manoel dos Passos Maia e seu irmão Agilberto Attilio Maia. Em 1923, passa a se chamar Empresa Colonizadora Bertaso S.A., quando o Sr. Ernesto Bertaso fica com todo o seu capital. “Em 1950, o proprietário solicitava o cancelamento do registro da empresa, extinguindo, assim, a Companhia Colonizadora Bertaso S.A.”<sup>36</sup>. Entende-se essa extinção pelo fato de a colonização estar em fase de plena decadência, iniciando-se, assim uma nova fronteira agrícola, o Oeste do Paraná e os estados do Centro-Oeste.

---

<sup>36</sup> VICENZI, Renilda. *Terra nova, vida nova: A colonizadora Bertaso e a ocupação do Oeste catarinense. (1920-1950)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo (UPF). Passo Fundo, 2002.

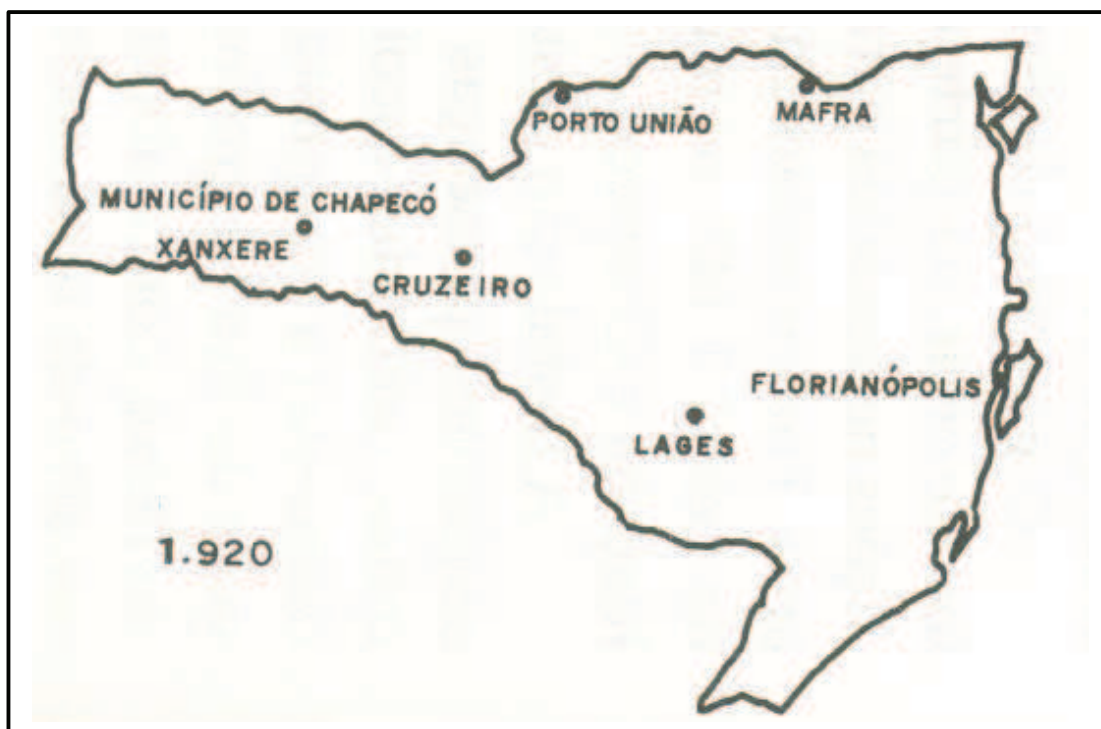


Figura 4 - Mapa do território do antigo Chapecó, 1920.  
Fonte: Santos (1995, p. 104).

O território inicial do município de Chapecó, com uma área de 14.741 Km<sup>2</sup>, tinha como limites o Rio Uruguai, ao Sul; o Rio Peperi-Guaçu, fronteira com a Argentina, a Oeste; o município de Cruzeiro, atual Joaçaba, (a Leste) e o estado do Paraná, a partir do marco divisório na nascente do Rio Peperi-Guaçu seguindo pelo divisor de águas das bacias hidrográficas dos Rios Iguaçu e Uruguai, rumo Leste até a nascente do Rio Jangada (ao Norte). A sede do município foi instalada em 15 de novembro de 1917, provisoriamente, na Vila de Passo Bormann, antigo distrito do Passo do Carneiro, ponto de passagem tanto para o Rio Grande do Sul (Nonoai) como Paraná (Palmas).<sup>37</sup>

Faziam parte do município de Chapecó, como distritos integrantes, em 1927, “conforme Decreto n.º. 32 daquele ano: Passo Bormann (1.º distrito e sede municipal), Ruy Barbosa (Xanxerê), Abelardo Luz, Campo Erê, Barracão (Dionísio Cerqueira), Caxambu, Faxinal dos Guedes, Lauro Müller (Guatambu), Hercílio Luz (Xaxim), Cascalho (Palmitos), São Domingos e Mondai”<sup>38</sup>.

A partir da década de 1950, todos esses distritos obtêm gradativamente sua emancipação político-administrativa, sendo que sua grande maioria sofreu colonização por descendentes de imigrantes vindos do Rio Grande do Sul, principalmente italianos, porém com levas

<sup>37</sup> PIAZZA, Op. cit.

<sup>38</sup> OGLIARI, Celso Eli. *O passado presente: etnias e construção histórica em Ipuacu*. Chapecó: News Print, [S.d.].

significativas de alemães. Do Paraná, em grande parte, e em menor parte do Rio Grande do Sul, migraram também imigrantes e descendentes de imigrantes poloneses, no que foi denominada de “febre polonesa”<sup>39</sup>.

Eles começam a migrar a partir de 1871, para Brusque, Santa Catarina, e depois se transferem para o Paraná, retornando mais tarde e se espalhando por várias regiões de Santa Catarina, sendo que:

Após a Primeira Guerra Mundial, têm-se novos ingressos, na região do vale do Rio do Peixe, no meio Oeste catarinense, em Rio das Antas e Ipoméia, em 1926, no vale do Uruguai, em Itá, em 1929, nos tributários do Uruguai, em Descanso, em 1934, no vale do Itajaí do Oeste, em 1937, no alto vale do Chapecó, em *Faxinal dos Guedes*, em 1938, no alto vale do Itajaí do Norte, em 1939<sup>40</sup>.

Vê-se, então, que houve uma significativa leva de imigrantes e descendentes de poloneses no Oeste catarinense, incluindo Faxinal dos Guedes.

A colonização do vasto território do Oeste de Santa Catarina foi, então, obra tanto de colonizadoras particulares como do governo estadual, dando-se em forma de pequenas propriedades, aproximadamente 25 hectares, sendo que essa leva migratória diminuiu consideravelmente a partir da década de 1950. E é após essa data que começam a se instalar empresas de médio porte do ramo madeireiro e agro - industrial nesta região que já dispunha de uma população fixa e com sólido movimento econômico e social.

#### 1.10 A influência religiosa nas áreas colonizadas

A religião, predominantemente a Católica, sempre esteve muito presente, influenciando nas questões sociais, políticas e econômicas das áreas colonizadas. No Oeste de Santa Catarina, mais precisamente nas regiões aqui estudadas, não foi diferente. Entretanto, é relevante ressaltar que já existia um forte teor religioso entre os caboclos, reforçado durante a Guerra dos Contestado, quando eram chamados de “crentes” devido ao seu fervor religioso<sup>41</sup>.

Conforme Radin, “nas comunidades ítalo-brasileiras do oeste catarinense, o catolicismo constituiu-se num dos elementos basilares de sua organização[...] constituíram-se

<sup>39</sup> WACHOVICZ, Ruy C. Conjuntura emigratória polonesa no século XIX. In: *Comunidade Brasileira Polonesa*, Curitiba, 1970.

<sup>40</sup> PIAZZA, Op. cit., p. 155.

<sup>41</sup> Crente é a denominação hoje dada pelos católicos aos evangélicos fervorosos.

na alma da própria organização social, normatizando a vida cotidiana das pessoas”<sup>42</sup>. A religião era tão importante então que era confundida com a própria descendência étnica e nacionalista dos colonos. Para Manfrói, “nas colônias italianas do Rio Grande do Sul, a religião, longe de ser o ‘ópio do povo’, foi um fator de integração e uma força dinâmica que permitiu ao colono italiano fugir da desintegração social, oferecendo-lhe um quadro sócio cultural no qual ele se reconhecia e expandia”<sup>43</sup>. Como vemos, a influência religiosa ultrapassa os limites da primeira imigração e vai ainda, por muito tempo, normatizar a vida dessas pessoas.

A citada importância dada à religião comprova-se pelo fato de os próprios colonos patrocinarem a construção da capela, que podia ser usada também como escola, e pelo fato de que eles mesmos, na falta de sacerdotes, faziam as honras dos cultos. Outro fato, conforme Radin, era que as companhias de colonização usavam, nas suas propagandas de vendas de terras, o fato de já existirem sacerdotes ou Igrejas nos lotes. Essas Igrejas se tornavam o centro não só religioso, mas social e até econômico da comunidade, pois era ali que se trocavam informações e até mesmo se firmavam negociações. Muito comuns também eram as pequenas capelas construídas nas entradas das comunidades, em grutas ou nas propriedades, e que eram elevadas a locais sagrados para os que por ali passavam. Prática religiosa um tanto esquecida hoje, mas que ainda persiste em alguns locais.

A religião ditava o ritmo de vida de muitas famílias e até de comunidades inteiras. Quando não havia missa, fazia-se presente a obrigatoriedade moral da reza do terço, quase todos os dias, e as festas da comunidade eram acompanhadas sempre por uma atividade religiosa, como um batismo, um casamento ou a catequese.

---

<sup>42</sup> RADIN, J. C. *Ítalo-brasileiros...*, p. 117-119.

<sup>43</sup> MANFROI, Olívio. *A colonização italiana...*, p. 122.





Foto 03 – Procissão religiosa na Igreja Matriz em 1955.  
Fonte: Acervo do autor.

Os princípios religiosos passavam a englobar também os princípios morais, porquanto era a religião que ditava boa parte das normas de convívio familiar e em sociedade, dizendo o que era certo e o que era errado perante as leis de Deus, que acabavam se tornando “leis” de uma sociedade. Os sacerdotes, tanto na colonização gaúcha como na do Oeste catarinense, gozavam da mais alta consideração e suas palavras tinham o poder de julgar, sendo que os padres, considerados como das mais altas autoridades locais, quase sempre tinham a palavra final e decisiva para a maioria das questões relativas à colônia, devido ao fato de serem, muitas vezes, a única autoridade local e por terem um grau mais elevado de instrução. E é por essa razão que a maioria das famílias italianas tinha o sonho de ter entre os filhos um padre; para tanto, quem tinha condições financeiras encaminhava um dos filhos para o seminário, prática que pode ser notada ainda em algumas comunidades, mas que está em visível declínio desde os últimos anos do século XX.

A ocupação do espaço do Oeste de Santa Catarina se caracterizou, então, pela presença de três elementos fundamentais: os índios, que conheceram e iniciaram os caminhos da mata para a entrada do segundo elemento; o caboclo, que passou a ocupar as matas, explorar a terra e extrair as riquezas, abrindo caminhos então para o imigrante gaúcho, notadamente os

descendentes de italianos e alemães, colonização esta que se fortalece a partir do final da Guerra do Contestado (1917) e vai durar até a década de 1950. Eles formarão comunidades quase homogêneas, fixando-se nas terras e aumentando a exploração das mesmas, formando comunidades com forte influência religiosa e cultural, trazida da Europa e cultivada e mantida no Rio Grande do Sul.

O que veremos a seguir, então, é um breve histórico do município de Faxinal dos Guedes, incluindo a empresa objeto deste estudo e seus arredores. Estudo este que se faz essencial para fins de conhecimento do local estudado, para que se entenda os sujeitos e as suas características sócio - econômicas.

## 2 O TERRITÓRIO DE FAXINAL DOS GUEDES DE 1910 A 2006

O que se pretende, agora, é fazer um pequeno resgate histórico da ocupação do território de Faxinal dos Guedes, a fim de compreender como se processa o modelo de colonização praticado nele e as transformações notadas no decorrer do desenvolvimento econômico-cultural até o início do século XXI.

É imprescindível, então, que se entenda como o município de Faxinal dos Guedes se insere neste território oestino, e como ocorreu o seu desenvolvimento econômico e social, inicialmente caracterizado pelo sistema de extrativismo de várias culturas, entre elas a erva-mate e o mel de abelha, e pequenas plantações de milho e criação de suínos de forma extensiva (soltos ou em encerras), e quando do início da migração gaúcha, sustentado por atividades de cunho predominantemente agrícola, com destaque para a produção em pequenas propriedades familiares, até chegar ao atual estágio de desenvolvimento.

### 2.1 Revendo um pouco da História

Como visto, a ocupação luso-brasileira no Oeste de Santa Catarina começa com a instalação de colônias militares, com o objetivo de garantir a posse dos territórios pretendidos pela Argentina na Questão de Palmas. Assim, surgiu a “Colônia Militar do Chapecó, em 1859, elevada à condição de Vila de Passo do Carneiro, depois Passo Borman, em 1882”<sup>44</sup>, antiga sede do hoje município de Chapecó, da qual a grande região Oeste era parte integrante.

No início do século XIX, surgia a Colônia Militar da Campina do Xanxerê, onde hoje se localiza a cidade de Xanxerê e que abrangia um grande número de vilas e comunidades que, mais tarde, deram origem a vários municípios, como é o caso de Abelardo Luz, São Domingos e Faxinal dos Guedes, em 1958.

Quanto à ocupação do espaço do município de Faxinal dos Guedes, foi entre 1910 e 1920 que Saturnino Rosa Neto e sua mãe, “Dona” Joaquina da Rosa, estabeleceram moradia em terras adquiridas da ex-Colônia Militar de Chapecó. A casa de “Dona” Joaquina da Rosa, que se localizava onde hoje é o trevo da BR 282, acesso principal à cidade, servia de pouso para tropeiros e viajantes que passavam pela região com destino ao Paraná e São Paulo. Dona Joaquina gostava de cultivar um grande gramado nos arredores de sua casa, daí o nome de

---

<sup>44</sup> BORDINHÃO, Osvaldo. *Nossa história, nossa gente*. Chapecó: Royal, 1996.



Foto 04 – Avenida São João, no centro de Faxinal dos Guedes em 1948.  
Fonte: Acervo do autor.

A partir de 1930, atraídos pela terra fértil, pinheirais e ervais nativos, começam a migrar para a região, descendentes de imigrantes italianos e, em menor número, de alemães, saídos das “colônias velhas” do Norte do Rio Grande do Sul. Eles juntam-se aos caboclos<sup>45</sup>. Porém, os caboclos já estavam alocados no local desde o final do século XIX e viviam, principalmente, de uma agricultura de subsistência, aliada à exploração de ervais nativos, trabalhando, na sua maioria, como tarefeiros<sup>46</sup>.

Entre os primeiros colonos a migrar para Faxinal dos Guedes, ainda na década de 1930, citamos as famílias de Alexandre Antoniulli, Virgílio Barcelos, Arcângelo Santim, João Fachinello, Vicente de Oliveira, Afonso Sheis, Djalma Almeida, Vitório Aléssio, Pompermayer, Grigol que, juntamente com os já moradores de sobrenome Rosa, Rosa da Silva, Guedes, Ramos e outros, passaram a formar o povoado que daria origem ao município.

Segundo entrevistas com alguns dos primeiros moradores, nos primeiros anos não havia estradas, apenas “carreiros”, e as pessoas se deslocavam de um local para outro no lombo de animais. A economia do local, nos primeiros tempos, já era muito desenvolvida,

<sup>45</sup> Denominação aqui utilizada para denominar não uma raça, mas uma condição social determinada por uma economia de subsistência, portanto não voltada para a acumulação de capital.

<sup>46</sup> O tarefeiro se refere à pessoa ou família que não tem trabalho fixo e sobrevive de trabalhos em períodos de safra, como, por exemplo, o corte e industrialização da erva - mate.

essencialmente agrícola e extrativista, sendo que já se exportava erva-mate, mel e cera de abelha, principalmente para a Argentina. Os produtos eram levados até Chapecó por animais, e, dali, eram transportados por balsas, pelo Rio Uruguai, até o destino final<sup>47</sup>. A criação de abelha e a exploração da erva-mate eram muito comuns na região tendo sido os principais produtos de exportação da época. Também se produzia a banha de suínos, que era transportada em mulas e vendida em Joaçaba, onde havia um frigorífico. Para lá, também, eram transportadas tropas de suínos, como nas tropeiradas de gado, e, como afirma um dos entrevistados, “se demorava até uma semana pra chegar em Joaçaba, já que a gente tinha que ir devagar para os porcos não cansar e perder peso”<sup>48</sup>.

A partir de 1924, as empresas de colonização adquiriram as terras do atual município de Faxinal dos Guedes e regiões vizinhas. Conforme dados de Renk:

[...] a colonização de Vargeão e Ponte Serrada, iniciada pela empresa Angelo de Carli , Irmãos e Cia., colonizando parte dos municípios de Ponte Serrada e Faxinal dos Guedes e todo o município de Vargeão. A outra parte de Faxinal dos Guedes ficou a cargo de Nardi, Bizzo, Simon Cia., que, em 1924, obteve a titulação de 5.258 hectares da Fazenda Cerca Velha e 362 hectares da Fazenda Irani.<sup>49</sup>

Esses dados comprovam o caráter privado da colonização do município e parte da região, sendo que a Fazenda Cerca Velha significava quase a metade das terras do município. A partir de 1937, a Colonizadora Rio Branco iniciava a venda dos lotes da Fazenda Cerca Velha e Rio Branco.

A pretensão da colonizadora era a de fazer uma vila dentro da primeira área colonizada, a qual teria o nome de “Boa Esperança”. Em 1938, a área foi dividida em áreas urbanas e chácaras, com lugar reservado para a Igreja, escola, cemitério e praça pública, bem no estilo das primeiras sedes coloniais ainda no Rio Grande do Sul, porém a vila de Faxinal dos Guedes prosperou e Boa Esperança não conseguiu atrair moradores. Tem-se como principal causa do fracasso a construção da estrada Chapecó - Concórdia, que passava por Faxinal dos Guedes, e não por Boa Esperança, como pensara o representante da colonizadora na época, o Sr. Fioravante Massolini. O atual município de Faxinal dos Guedes, assim como as regiões vizinhas, foi fundamentado no regime de pequenas propriedades, que variavam de 10 a 25 hectares, como era de praxe das companhias de colonização de capital privado.

<sup>47</sup> BASQUERA, Claudemir. *Faxinal dos Guedes: seu povo, sua história*, 1999. Monografia (Graduação História), Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus de Joaçaba. 1999, p. 8.

<sup>48</sup> João Maria da Silva, em entrevista ao autor, Janeiro de 1999. O entrevistado atuou durante muito tempo como subdelegado e auxiliava nas atividades da delegacia do município.

<sup>49</sup> RENK. Op. cit., p. 56.



Foto 05 – Abertura da BR 282 na altura do município, saída para Xanxerê.  
Fonte: Acervo do autor.

Entre 1935 e 1937, foi iniciada a abertura da “estrada de rodagem”, como era conhecida a atual BR 282, e no depoimento do Sr. Sebastião Rodrigues, “os que trabalhavam na picareta eram turneiros e os que cuidavam eram feitor”. Devido ao trabalho árduo, os chefes chegavam a ser chamados de feitores, em uma clara alusão aos homens de confiança dos senhores de engenho, que cuidavam dos escravos no Brasil colonial. Com esse trabalho na abertura das estradas estaduais, os colonos podiam ganhar algum dinheiro fora do trabalho na roça e, com esse rendimento, poderiam pagar parte das terras adquiridas, alguma máquina ou algo de grande necessidade que a renda da lavoura não lhes conferia. A abertura da estrada ainda conferiu um grande desenvolvimento ao local, devido às facilidades de escoamento da produção para os centros consumidores, como é o caso das cidades de Chapecó, Joaçaba e Concórdia.

Em 1938, a vila, elevada à categoria de 7º. distrito de Chapecó, passou a se chamar “Faxinal dos Guedes”. Faxinal, termo Tupi-Guarani para designar “campos de pastagens com arvoredo esguio”, e Guedes, “pela existência de uma numerosa família dessa estirpe, com extensas propriedades de terra, que se estendiam por vários quilômetros”<sup>50</sup>, sendo um deles chamado de José Guedes Ramos, um ex-combatente da Revolução Federalista de 1893, no

---

<sup>50</sup> RENK. Op.cit., p. 89.

Rio Grande do Sul, ganhando do governo republicano 122 ha de terra.<sup>51</sup>

Entretanto, durante muito tempo ainda, as pessoas referiam-se ao local como o “Sétimo”, devido a sua posição como distrito.

Com relação à “Faxinal” ainda, este é também caracterizado como um estilo de produção dos caboclos que lidavam com a safra, ou seja, consistia na retirada e queima da mata para o plantio de milho, abóbora, mandioca e outros. Quando as plantas estavam maduras, soltavam-se os porcos para se alimentar dessas plantas e para engordar, preparando-os, então, para a venda ou para a produção de carne e da gordura (banha), essa importante para a conservação das carnes<sup>52</sup>. Esse estilo de produção era feito sempre nas entressafras da erva-mate (o corte da erva-mate era a atividade principal dos caboclos), entre o início do inverno e o fim da primavera. Nos meses em que se trabalhava no corte da erva-mate, os porcos então se alimentavam de frutas comuns às matas de faxinais, como o fruto da imbuia e da canela, as frutas da tangerina e as maçãs.



Foto 06 – Criação de suínos em encerras em Faxinal dos Guedes.  
Fonte: Acervo do autor.

Não se dispõe de muitas informações em relação aos primeiros moradores, principalmente os Guedes; somente se sabe que estes, como dito acima, eram proprietários de

<sup>51</sup> Depoimento verbal concedido por João Maria da Silva, gravado em fita K7 em Out. 2002. (o entrevistado atuou durante muito tempo como subdelegado no hoje município de Faxinal dos Guedes)

<sup>52</sup> Era costume entre os caboclos, para a conservação da carne (principalmente a de porco) o cozimento da carne que era colocada em um recipiente com a gordura do porco (banha), onde durava por longos períodos e podia ser utilizada aos poucos.

grandes extensões de terras, fato comprovado em um depoimento citado na obra de Renk, que diz que “o informante e atual proprietário soube apenas pelo ‘dito dos antigos’, isto é, de seus pais, que a área da Comunidade de Ressaquinha, até o Irani e o Sede Ribeiro (em Vargeão), era terra dos Guedes, e tudo enrolado”<sup>53</sup>. A área citada pelo depoente contempla três comunidades um tanto distantes uma da outra, o que pode resultar em torno de 1.500.000 m<sup>2</sup> de terra (15 colônias), a maior parte coberta de erva-mate no início do século. Podemos sentir também a importância dessa família pelos nomes dados a algumas comunidades do município, como, por exemplo, Barra dos Guedes e Lajeado dos Guedes. Economicamente, a família Guedes trabalhava com o corte e venda da erva-mate, e como a safra da erva-mate obedece a apenas alguns períodos do ano, entre o fim da primavera e início do inverno, eles também atuavam como safreiros, como foi explicado acima. Como as terras dos Guedes não tinham documentação legal, era “terra enrolada” e a família era bastante numerosa (algumas com mais de 10 filhos). Algumas famílias foram vendendo suas terras para os recém-chegados colonizadores do Rio Grande do Sul, a partir da década de 1930.

O processo de venda foi bastante intenso nas décadas seguintes e, atualmente, não se tem notícia de que alguém da família Guedes seja ainda proprietário de terras no município. Pôde-se notar também, em algumas entrevistas e conversas informais, que os informantes preferiram não se identificar, que alguns descendentes dos primeiros colonizadores não alimentam muita simpatia com relação ao nome da cidade, dizendo, por exemplo, que não seria justo chamar o município de Faxinal dos Guedes, visto que os verdadeiros colonizadores e os que realmente teriam investido e trabalhado foram os colonos italianos, e não os caboclos. Em seu ponto de vista, esses somente se ocuparam da retirada da erva-mate. Afirmam, também, que o município até poderia se chamar Faxinal, mas que a denominação Guedes deveria ser mudada por este ou aquele sobrenome de descendente de italiano.

Confirmando o caráter religioso da colonização italiana, a primeira Igreja Católica foi construída ainda em 1939, por iniciativa do Sr. Francisco Antonioli, com a ajuda de doações feitas pela comunidade, em frente à atual BR 282, e, como era comum, não havia padres residentes e os primeiros padres vinham de Chapecó e Xaxim, algumas poucas vezes por ano, apenas em ocasiões especiais, sendo que os cultos eram rezados por leigos da própria comunidade. Entre 1941 e 1951, passou a atuar em Faxinal dos Guedes o frei Bruno Lindem muito conhecido na região e cultuado como santo hoje tanto em Xaxim quanto em Joaçaba, onde permaneceu até sua morte. Como relatou o padre Afonso Griebeler, também muito cultuado hoje na região: “ele vinha a pé (de Xaxim), com a bagagem nas costas, ele preferia

---

<sup>53</sup> Renk, Op. cit., 1997, p. 110.



vir a pé, e quando o encontravam tentavam lhe dar carona, mas ele preferia vir a pé, dizem que quando chegavam, ele já estava no local”<sup>54</sup>. A Igreja era pequena e servia também como escola, como na maioria das primeiras sedes coloniais, onde o primeiro professor foi Bonifácio Pedroso de Moraes, seguido por Doraci Cavalheiro, Reinaldo Macari e Juvenal Cunha.

A partir de 1939, as colonizadoras Migliorini, Grando e Cia. Ltda., Rio Branco e Cruzeiro iniciam a compra de terras da Colonizadora Bertaso S.A. para colonizar a Fazenda Ressaca, ao Sul, e Cerca Velha, ao norte (tomando-se como referência a BR 282) do então distrito de Faxinal dos Guedes<sup>55</sup>.

O ciclo econômico da madeira tem início ainda na década de 1940, e nessa época foram abertas as primeiras ruas tanto da cidade quanto do interior. Como a sede municipal ficava a mais de 70 quilômetros, não apresentava condições de fazer a abertura e manutenção das estradas. A abertura das ruas, então, foi feita por uma empresa particular, a qual se interessava pelo setor de comércio local e extração de madeiras, como é o caso da empresa Migliorini, Grando e Cia. Ltda., que, assim como abre as estradas, instala a primeira serraria e uma casa comercial. A vida social da comunidade também tem início com a construção do primeiro clube, o Clube Recreativo Itagiba, em 1945<sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup> Padre Afonso Griebeler, entrevista em 1996.

<sup>55</sup> Basquera, Op. cit., p. 15.

<sup>56</sup> Nome dado em homenagem a um navio afundado pelos alemães durante a Segunda Grande Guerra.



Foto 07 – Praça central de Faxinal dos Guedes em 1948. (detalhe para o busto de Getúlio Vargas).  
Fonte: Acervo do autor.

O período extrativista da madeira foi patrocinado, em grande parte, pela “limpeza” da terra, promovida pelos colonizadores que, para poder plantar, necessitavam derrubar a mata, vendendo a madeira e usando o rendimento da venda para a compra de insumos necessários à produção agrícola. Já nos anos de 1940, a fonte econômica da região girava em torno da madeira e da pequena propriedade.

As primeiras autoridades do então distrito foram o subprefeito, senhor Antonio Ferminiano Pereira, e o escrivão de Paz, o senhor Francisco Brito de Miranda. Destaca-se aqui a importância dada aos escrivães de paz, que exerciam poder de autoridade civil e militar nessa época.

Em 1958, como 1º. distrito de Xanxerê (Xanxerê havia se emancipado de Chapecó em 1953), Faxinal dos Guedes, consegue sua emancipação, através da Lei Estadual nº. 348, de 21 de junho de 1958, verificando-se sua instalação em 26 de julho, tendo como primeiro prefeito nomeado o Sr. Alexandre Antonioli e como primeiro prefeito eleito o Sr. Antonio Domingos Migliorini, o qual assumiu em 31 de janeiro de 1959 estendendo seu mandato até 1964.

A economia do município, nas primeiras décadas, após a emancipação política, continuou sendo a atividade madeireira. De um total de nove indústrias de transformação, sete

atuavam no setor madeireiro<sup>57</sup>. Instalaram-se, também, algumas empresas de transformação, dentre elas uma empresa de produção de papel (Avelino Bragagnolo S.A.), outra que passa a beneficiar a madeira e produzir portas de madeira nobres para o mercado interno e para exportação (Madeireira Barra Grande Ltda – Mabagra), e outra ainda que passa a atuar no setor de agroindústria de criação de aves e suínos em grande escala (Sadia Concórdia S.A.).

O município de Faxinal dos Guedes se insere no território do Grande Oeste de Santa Catarina, distante 480 Km de Florianópolis. Pertence à microrregião da Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai), da qual também fazem parte Xanxerê (sede), Abelardo Luz, Bom Jesus, Entre Rios, Ipuacu, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão e Xaxim.



Foto 08 – Prefeitura Municipal em 1977  
Fonte: Acervo do autor.

Em Santa Catarina, existem 21 microrregiões, divididas conforme características socioeconômicas e geográficas. Essas divisões microrregionais têm como objetivo a união política para o desenvolvimento dos municípios envolvidos.

<sup>57</sup> Documentos constantes na pasta de dados históricos do município no Departamento de Gabinete do Prefeito.

Censo Populacional	Total	Sexo		Localidade	
		Homens	Mulheres	Urbana	Rural
1970	6.594	3.373	3.221	1.159	5.435
1980	8.476	4.306	4.170	3.487	4.989
1991	9.266	4.676	4.590	5.068	4.198
1996	10.196	5.147	5.049	6.201	3.995
2000	10.767	5.404	5.363	7.044	3.723

Figura 5 – Censo Populacional.  
Fonte: IBGE (2000)

## 2.2 A vida em sociedade entre os caboclos

A vida familiar dos primeiros tempos girava em torno da figura do pai, pois era essencialmente patriarcal. Contudo, há certas diferenças entre as famílias de caboclos e as de imigrantes. Como nos diz Renk, “Na população brasileira, raramente há família nuclear. São encontrados vários arranjos internos [...]”<sup>58</sup>. Quando a autora coloca de que não há família nuclear, quer dizer que quase não há família formada apenas por pai, mãe e filhos; e quando diz que há arranjos internos, significa que, na mesma casa, podem habitar genros, noras, sobrinhos e até afilhados. Essa característica é notada na maioria das famílias caboclas que, por terem costume e, pode-se dizer até, espírito mais acolhedor, não deixam de abrigar a todos os que, por uma razão ou outra, passam a fazer parte da família. Com relação à divisão do trabalho nas famílias caboclas, nota-se que o homem realizava o trabalho mais pesado, deixando para as mulheres as atividades domésticas e da roça. No exemplo dos Guedes, que eram safreiros e trabalhavam na colheita da erva-mate, as mulheres raramente trabalhavam no corte e transporte da erva, pois a atividade era por demais pesada.

Os casamentos ocorriam sempre cedo; para as mulheres, já a partir dos 11 ou 12 anos de idade, porém em maior número entre os 15 ou 16 anos; para os homens, começava entre os 18 ou 19 anos. As fugas, ou “roubos”, eram freqüentes, sendo que os pais os faziam casar-se para evitar falatórios e para manter a honra<sup>59</sup>.

O sentimento religioso sempre foi muito forte entre os caboclos. Na região estudada, a

<sup>58</sup> RENK, Op., cit., p. 144. A autora chama de brasileiros os caboclos da região estudada, ou seja, Vargeão e Faxinal dos Guedes.

<sup>59</sup> Ver em RENK, op., cit., p. 151 a 154.

crença em “São João Maria”, como era conhecido um dos líderes da Guerra do Contestado, era muito forte. Ainda hoje é comum encontrar fotos de João Maria penduradas nas paredes das casas ou em altares, em salas ou quartos. Uma das crenças mais antigas em João Maria é a dos “pocinhos de São João Maria” que, segundo moradores de mais idade, nunca secam e dele sai uma água milagrosa que cura e rejuvenesce. Esses modelos escatológicos de antigamente transformam-se com o passar do tempo e os caboclos abraçam cada vez mais religiões evangélicas (crentes no dizer dos caboclos) e outras seitas não católicas <sup>60</sup>.

### 2.3 A vida em sociedade entre os imigrantes

A vida dos imigrantes e sua maneira de se organizar em sociedade praticamente não mudaram muito do estilo vivido no Rio Grande do Sul, principalmente entre os descendentes de italianos, já que as condições eram um tanto parecidas, ou seja, a geografia do local, o estilo de colonização em glebas, onde ficavam reunidos os da mesma descendência, o tamanho da propriedade, o que se produzia, a questão religiosa entre outras. Porém, algumas mudanças tiveram que ser feitas, principalmente no concernente ao trabalho ainda por fazer na nova terra, que seria o de limpar a terra para o cultivo. Tal fato fez com que surgisse um sentimento de solidariedade muito forte entre eles, já que havia a necessidade de se ajudarem nas tarefas mais difíceis.

A vida social acontecia dentro de um microcosmo familiar e da vida em comunidade, onde poucas opções havia para o lazer e a prática mais comum eram os “serões” ou “filó”, como preferem outros, que consistia na visita de uma ou mais famílias a casa de alguém para uma janta ou simplesmente para conversar, tomar um bom vinho e jogar um baralho. Este era o tipo de diversão que reunia a todos da família, desde as crianças até o marido e a esposa. Era uma das escassas situações em que era permitido à mulher participar. Outra prática de lazer era a caça e a pesca, porém estritamente machista; era comum apenas aos homens, pois as mulheres que os acompanhavam ficavam reunidas apenas conversando<sup>61</sup>. Segundo Radin, ainda “na Itália, aos mais pobres a caça era uma prática que sofria diversas restrições e, por isso, juntamente com a pesca, passou a se constituir em esporte muito apreciado entre os imigrantes e descendentes”. Esses, após as caçadas, reuniam-se em serões para as passarinhadas e comentar sobre a caçada e os atributos dos caçadores. O esporte preferido entre os colonos era o futebol; reuniam-se, após os cultos ou missas de domingo, para uma

---

<sup>60</sup> Sobre isso ver RENK, Op., cit., p. 133-137.

<sup>61</sup> Ver sobre isso em RADIN, op., cit., p. 96.

partida com times da própria comunidade ou contra uma comunidade vizinha.

A religião transformou-se na base social das famílias dos primeiros colonizadores. Seus “ensinamentos e princípios religiosos eram tão respeitáveis que o microcosmo desses colonos organizava-se a partir deles”<sup>62</sup>. Como já dito, a vida desses colonos girava em torno dos valores religiosos do catolicismo.

As relações familiares firmavam seu centro na figura paterna. Quanto às crianças, a pouca infância que desfrutavam restringia-se aos brinquedos nos arredores da casa, com poucos recursos e brinquedos fabricados por eles mesmos com os objetos disponíveis no local, já que aos 10 anos, aproximadamente, eram iniciados nas atividades da lavoura. Quanto aos jovens, a vida era tão restritiva quanto à das crianças e das mulheres, enfrentando uma dura jornada de trabalho que podia chegar a 12 horas diárias.

#### 2.4 A economia do município hoje

Segundo o último Censo Municipal, feito no ano de 1996, o município possuía 441 propriedades rurais distribuídas em 28 comunidades, sendo que 70% das unidades produtivas possuíam áreas de até 50 hectares e 30% com área superior a 50 hectares. A maior parte dessas propriedades se caracteriza como sendo de agricultura familiar. A área plantada do município era de aproximadamente 12.516 hectares<sup>63</sup>. A população do município evoluiu de um total de 6.594 habitantes, em 1970, para 11.518 habitantes, em 2004 (a população de 2004 é uma estimativa do IBGE) e a população rural, que representava 82,4% do total em 1970, representa, em 2000, 34,6%<sup>64</sup>. Esses números demonstram um significativo êxodo rural no município, diminuindo em menos da metade a população rural.

---

<sup>62</sup> Radin Op. Cit. p. 117.

<sup>63</sup> Censo municipal 1996. Arquivos da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes.

<sup>64</sup> Dados do IBGE, censo de 2000.



Figura 6 - Pequena propriedade característica da região. (Comunidade de Nova Sarandi) (Jan., 2006).  
Fonte: foto do autor.

A produção de grãos do município é baseada na cultura da soja e do milho, sendo que boa parte da soja produzida pode ser comercializada como soja-semente, devido, principalmente, ao clima favorável (com temperatura média anual de 16 °C), o que gera um acréscimo dos dividendos em favor do produtor. Tanto a produção de soja como a de milho se destina, em sua maior parte, para a produção de rações que são consumidas pelas empresas agroindustriais da região. Conforme figura abaixo, vemos a produção agrícola do município nos anos de 1997 e 2002:

Principais produtos	Quantidade produzida (Toneladas)		Área plantada (Hectare)		Valor da produção (Mil Reais)	
	1997	2002	1997	2002	1997	2002
Soja (em grão) (Tonelada)	17.520	16.800	7.200	8.000	4.751	6.434
Milho (em grão) (Tonelada)	26.000	30.000	6.500	6.400	3.346	6.240
Trigo (em grão) (Tonelada)	648	3.150	1.000	1.500	91	1.890
Feijão (em grão) (Tonelada)	765	1.054	850	700	583	755
Cebola (Tonelada)	40	231	5	7	14	139
Fumo (em folha) (Tonelada)	56	18	32	9	101	47
Aveia (em grão) (Tonelada)	560	120	1.000	200	112	36
Cana-de-açúcar (Tonelada)	0	300	0	10	0	15
Mandioca (Tonelada)	58	72	6	6	9	4
Arroz (em casca) (Tonelada)	24	8	20	20	6	3
Alho (Tonelada)	15	0	3	0	27	0
Batata - doce (Tonelada)	9	0	1	0	1	0
Batata - inglesa (Tonelada)	40	0	5	0	7	0
Cevada (em grão) (Tonelada)	40	0	50	0	7	0
<b>Total</b>	<b>45.775</b>	<b>51.753</b>	<b>16.672</b>	<b>16.852</b>	<b>9.055</b>	<b>15.563</b>
<b>Evolução no período 2002/1997</b>	<b>13,1%</b>		<b>1,1%</b>		<b>71,9%</b>	

Figura 7 - Lavouras temporárias  
Fonte: IBGE (2000 apud SEBRAE, 2005, p.57).

A fruticultura é uma atividade com pouca expressão, porém o município tem grande potencial para intensificar o seu cultivo, que se resume a poucos pomares e, em sua maioria, particulares, limitando-se ao cultivo de laranja, pêssigo, uva e tangerina, conforme se observa pela figura abaixo:

Principais produtos	Quantidade produzida (Toneladas)		Área plantada (Hectare)		Valor da produção (Mil Reais)	
	1997	2002	1997	2002	1997	2002
Erva-mate (folha verde) (Tonelada)	1.340	900	170	180	240	131
Pêssego (Mil frutos)	302	20	12	5	36	11
Uva (Tonelada)	39	20	4	5	8	10
Tangerina (Mil frutos)	110	12	2	2	2	5
Laranja (Mil frutos)	630	14	15	7	4	1
<b>Total</b>			<b>203</b>	<b>199</b>	<b>290</b>	<b>158</b>
<b>Evolução no período 2002/1997</b>			<b>-2,0%</b>		<b>-45,5%</b>	

Figura 8 - Lavouras permanentes

Fonte: IBGE (2000 apud SEBRAE, 2005, p.58).

A erva-mate, que no passado representou a grande riqueza do município, hoje ainda



ocupa posição de destaque na economia, apesar de ter sofrido grande queda, principalmente no que concerne à exploração da folha nativa. Uma das razões pode ter sido a grande valorização da soja nos últimos anos<sup>65</sup>. Com a valorização da soja, muitas áreas antes ocupadas pela erva-mate (nativa ou plantada) foram “limpas” para aumentar a área de cultivo da soja. Mesmo assim, Faxinal dos Guedes se destaca na região Oeste como um grande produtor de erva-mate, com grandes empresas do ramo, que, juntas, chegaram a produzir cerca de 900 toneladas/ano em 2002<sup>66</sup>.

Conforme o Sebrae – SC (2005), o mel de abelha, que também representou uma grande riqueza no passado, ainda hoje é produzido em quantidades bastante significativas. A título de exemplo, pode-se comparar a evolução da produção de 1997 e 2002: em 1997, o município produziu em torno de 2.428 Kg do produto; já no ano de 2002, a produção cresceu para 5.500 Kg, um aumento de 126,5%.

A piscicultura é praticada em quase todas as propriedades, geralmente usada para consumo familiar, sendo que algumas propriedades apresentam a criação em escala comercial e outros como atividades de lazer, os conhecidos “pesque-pague”.

Na pecuária, a principal atividade é a produção leiteira, que gera aproximadamente 150.000 litros/mês, e constitui uma das atividades mais importantes nas pequenas propriedades e proporciona renda extra mensal para os pequenos produtores.



Figura 9 – Pecuária do leite em pequena propriedade ( Nova Sarandi) (JAN., 2006).  
Fonte: foto do autor.

<sup>65</sup> No ano de 2004, chegou a valer em torno de R\$ 50,00 a saca, e no ano de 2005, girou em torno de R\$ 18,00 a saca.

<sup>66</sup> SEBRAE – SC. *Faxinal dos Guedes em números, uma coletânea dos principais indicadores nos últimos anos*. Janeiro de 2005.

A avicultura e a suinocultura têm na agroindústria a maior parte da produção, porém cresce cada vez mais o número de proprietários rurais que optam por investir neste tipo de negócio, tanto particular como na forma de integração com alguma agroindústria (Sadia, Perdigão, Ceval, Coperio, entre outras). Na avicultura, a produção anual, em 2002, foi de 1.140.000 aves e por volta de 9.300.000 dúzias de ovos/mês; já na suinocultura, o município produziu, em 2002, cerca de 108.000 suínos/mês. Veja figura 10, da evolução da produção entre 1997 e 2002.

Tipo de rebanho (em cabeças)	Ano		Evolução no período em 2002/1997
	1997	2002	
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	779.526	1.140.000	46,2%
Galinhas	291.728	660.000	126,2%
Suíno	90.904	108.000	18,8%
Bovino	12.861	10.890	-15,3%
Ovino	1.107	1.440	30,1%
Eqüino	183	225	23,0%
Caprino	121	165	36,4%
Asinino	2	2	0,0%
Coelhos	10	0	-100,0%
Muar	3	0	-100,0%
<b>Total</b>	<b>1.176.445</b>	<b>1.920.722</b>	<b>63,3%</b>

Figura 10 – Efetivo do rebanho no município.  
Fonte: IBGE (2000 apud SEBRAE, 2005, p. 59)

Outras atividades agrícolas menos expressivas são a produção de fumo e embutidos como o queijo e o salame, a produção artesanal de aguardente, vinho vinagre e massas (macarrão, bolacha, etc.), estas com o incentivo de empresas como Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (Epagri) e Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc). Cabe frizar que boa parte dos programas desenvolvidos por essas empresas têm como objetivo principal incentivar a permanência das famílias no campo.

Por tudo isso, a agricultura ocupa lugar de destaque no movimento econômico do município e do estado, chegando a ocupar o 8º. Lugar, na produção agrícola, entre os 293 municípios de Santa Catarina. Mas, também, segundo o Censo Municipal de 1996, a maior parte da população rural representa um alto número de pessoas com mais de 40 anos, e isto pode ter origem em diversos fatores, como:

a) a falta de autonomia econômica da família e a falta de incentivo para que os jovens se fixem no campo;

b) a idéia de que seria mais vantajoso receber um salário fixo mensal do que trabalhar o ano inteiro esperando pela época da safra e correr o risco de não conseguir colher o desejado ou o preço não compensar a venda;

c) com a nucleação das escolas na sede do município, as comunidades perderam um referencial;

d) a necessidade de deslocamento para estudar no segundo grau ou para freqüentar um curso superior, que deve ser feito em outra cidade, já que o município não dispõe deste tipo de estudo.

Essas e outras questões serão discutidas posteriormente, como meio de se começar a entender as razões do aumento das atividades pluriativas nesta região.

## 2.5 A comunidade de Nova Sarandi

A escolha da comunidade de Nova Sarandi, como principal objeto de estudo, tem como objetivo caracterizar o local que agrega o maior número de colonos-operários do município.

A ocupação do espaço onde hoje se situa a atual comunidade de Nova Sarandi, que fica a cinco quilômetros do centro da cidade de Faxinal dos Guedes, ocorreu entre os anos de 1943 e 1948, quando as primeiras famílias, vindas de diversas regiões coloniais do Rio Grande do Sul, adquirem terras da então “Fazenda Ressaca”, negociadas pela Colonizadora “Ângelo de Carli e Cia que tinha sede no então município de Cruzeiro, atual Joaçaba. A primeira denominação do local foi “Burro Magro”, nome do arroio que ladeia a comunidade. As terras foram divididas obedecendo à formação de colônias através de faixas de terra de forma retangular, com medidas que variavam de uma a quatro colônias cada família.

As famílias que chegaram até 1945 tinham como sobrenome Bortolotto, Dequigiovani, Strada, Bertuol e outros.



Figura 11 - Centro Comunitário e Igreja Católica da comunidade. (JAN., 2006).  
Fonte: foto do autor.

Em 1945, vindo de Sarandi, no Rio Grande do Sul, o Sr. Henrique Zibetti e sua família instalam no local uma serraria, com o intuito de explorar a grande quantidade de madeira de lei da região, como o pinheiro-araucária, imbuia, angico e cedro. Impulsionadas pelo emprego gerado na serraria, nos anos seguintes, um grande número de famílias oriundas da mesma cidade dirigiu-se para a comunidade, que passou a se chamar “Nova Sarandi”, em uma homenagem saudosa à sua cidade natal no Rio Grande do Sul. Entre essas famílias, citam-se as de sobrenome, Sperotto, Rossini, Ferrazo, Trucolo, Canci e Sândi entre outras. Alguns anos mais tarde, a serraria seria vendida para a família de Waldoir Ferrazo, que futuramente ocuparia o cargo de prefeito.

Durante o tempo em que a serraria esteve em atividade, aproximadamente 30 anos (de 1948 a 1978), havia uma clara divisão sexual do trabalho. Enquanto os homens trabalhavam na serraria, as mulheres cultivavam a lavoura e cuidavam dos afazeres domésticos.

Com o fim do ciclo da madeira, a economia local se volta essencialmente para a atividade agrícola baseada em pequenas propriedades. A pecuária também aparece, porém apenas para ser usada como força motriz, já que a topografia acidentada da região não apresenta boas condições para escala comercial. Já algumas famílias, acostumadas com o trabalho industrial, migram para a cidade em busca de emprego, vendendo ou arrendando sua

propriedade <sup>67</sup>.

Durante as décadas de 1980 e 1990, a principal atividade econômica da comunidade girava em torno da agricultura, com uma atraente e rentável combinação: a “policultura-pecuária”, ou seja, a produção de vários produtos para subsistência com a criação de gado leiteiro e suinocultura, sendo que da pecuária viria a principal fonte de renda extra. Entre as atividades com objetivo comercial estavam a suinocultura a soja o milho e o trigo.

No final da década de 1990 e início de 2000, acontece a procura novamente pela atividade assalariada. Agora pelos filhos e netos dos primeiros moradores, fora da comunidade e em empresa de fabricação de papel. O que ocorre, então, é uma volta à atividade operária, porém por outros agentes.

A agricultura atual é feita, em sua maior parte, em escala comercial, mesmo com a presença ainda marcante da pequena propriedade, através da suinocultura, da pecuária de leite e da lavoura de soja, trigo e milho, em menos escala.

Uma mudança significativa para uma comunidade na qual o número de famílias se mantém praticamente o mesmo desde a década de 1950 e o tamanho da propriedade, salvo em casos esparsos, não passa ainda de 25 hectares.

## 2.6 Breve histórico da empresa Avelino Bragagnolo S.A.

Faz-se importante e necessário saber um pouco da história da empresa que é o objeto de estudo. Por esse motivo, é fundamental conhecer o surgimento, sua evolução e modernização, para que se possa compreender a razão que faz com que ela aumente seu quadro de funcionários, passando a buscar trabalhadores em locais distantes da fábrica, com preferência para agricultores.

A escolha da empresa Avelino Bragagnolo S.A. como objeto de estudo se justifica pelo fato de a grande maioria dos colonos-operários da comunidade, com algum grau de formação, trabalhar nesta empresa.

A história da empresa se confunde com a de seu fundador, o Sr. Avelino Bragagnolo, diretor-presidente. Ele nasceu em 23 de novembro de 1930, na localidade de Barra do Leão, município de Campos Novos. Foi o sexto, de um total de nove filhos, de Ângelo Bragagnolo e Maria Colla Bragagnolo, com procedência de Nova Prata, Rio Grande do Sul. É casado com

---

<sup>67</sup> D.S. 60 anos, morador da comunidade.

Zilá Fronza Bragagnolo (hoje com 73 anos), natural de Bento Gonçalves, no estado do Rio Grande do Sul, com quem teve cinco filhos.

Ele estudou até a 3ª. série do ensino primário e atua como industrial há 53 anos. Há 42 anos, é proprietário da empresa Avelino Bragagnolo S.A., que se situa no distrito de Barra Grande, comunidade de Abrasa, interior do município de Faxinal dos Guedes, no estado de Santa Catarina.



Figura 12 - Vista da sede da empresa, na localidade de Abrasa – distrito de Barra Grande. Janeiro de 2006.

Fonte: foto do autor.

Os pais de Avelino chegaram a Santa Catarina por volta de 1915, adquirindo terras nas margens da Ferrovia São Paulo – Rio Grande, no hoje município de Erval Velho (na época Campos Novos). Nessas terras, dedicaram-se ao cultivo de alfafa, aliado à criação de gado e suínos, que tinha boa aceitação comercial, já que era utilizada na alimentação dos cavalos e mulas para as tropas federais durante a Guerra do Contestado. Com o passar dos anos, a família adquiriu uma prensa para a alfafa, transformando-a em fardos. A partir daí, passou a adquirir a alfafa solta, prensar e vender os fardos. Mais tarde, montaram uma casa de comércio na comunidade conhecida como Barra do Leão, hoje pertencente ao município de Erval Velho. A atividade na casa comercial acabou falindo, em virtude, segundo o Sr. Avelino, “ao fiado”. Seus pais, então, voltaram a desenvolver a atividade agrícola, desta vez com o cultivo de parreirais para produção do vinho que era vendido nas localidades próximas. Mesmo dessa maneira, nunca abandonaram totalmente a atividade comercial, agora com a

compra e venda de ternos de mulas e carroças, e com o transporte de cargas para outras localidades.

Observa-se, até então, que a família dedicou grande parte de seu tempo ao comércio, ou seja, esteve envolvida com atividades empresariais. Não se tem como surpresa, devido ao seu histórico familiar, que o Sr. Avelino se tornasse empresário, como também se pode perceber que seu início como empresário deveu-se ao fato de disponibilizar de um capital previamente acumulado pela família em atividades diversificadas.

Começou a trabalhar com 15 anos, atuando como garçom e balconista numa loja de “secos e molhados”, durante quatro anos. Aos 19 anos, em 1949, com suas economias, adquire sua própria casa comercial, na localidade de Jaborá (na época, município de Joaçaba), e, como ele mesmo relata, teve muito êxito. Em 1953, muda o seu ramo de atividade para a indústria moageira, quando também muda de cidade, e volta para Erval Velho, porém agora para a sede da localidade, onde adquire um moinho muito arcaico, mas com grande clientela.

Mesmo estudando somente até a 3ª. série do ensino primário, destaca que a sua vivência no comércio, tanto como funcionário de empresa privada quanto como proprietário, lhe trouxe larga experiência; em suas palavras: “como abracei a profissão comercial, foi para mim uma grande escola, foi uma escola comercial que eu tive, e muito boa”<sup>68</sup>.

Na segunda metade da década de 1950, começa a trabalhar com a industrialização de madeira, e em 1959, monta então três serrarias, em Joaçaba e Campos Novos, em Santa Catarina, e Cascavel, no Paraná. Na cidade de Cascavel, conforme o Sr. Avelino, o sucesso foi extraordinário, pois ali “já existia a estrada federal, o porto de Foz do Iguaçu, próximo ao pinhal”. Ainda segundo ele, o incentivo para investir no ramo da madeira veio pelo fato de seu tio já ser proprietário de uma madeireira, e ele “via isso com bons olhos”, ou seja, notava que esta atividade era lucrativa, já que havia certa abundância de madeira na época.

Em 1962, transfere residência para a cidade de Joaçaba e, em 1963, ainda se mantendo como madeireiro, resolve investir na fabricação de papel, um ramo pouco explorado na época. Aliado à exploração da madeira, pensava que o ramo madeireiro podia ser de curto prazo, podendo a madeira se extinguir com rapidez. Para a atividade no setor de papel, diz ter sido impulsionado por outras pessoas. Segundo ele, no tempo em que trabalhou como balconista, seu patrão também era proprietário de uma indústria de papel, em outro local, chamada Indústria de Papelão Ibiqúi S.A., em Campos Novos. Como nesse momento já havia a possibilidade de investir em algo maior, visto que acumulava certa quantidade de capital, decidiu-se pelo papel.

---

<sup>68</sup> Entrevista gravada em K7, concedida em 04 de janeiro de 2006.

O local escolhido para a instalação da empresa foi a localidade de Barra Grande, no interior do município de Faxinal dos Guedes, ao que ele mesmo se refere: “aqui já não era mais sertão, já tinha sido devastado, explorado, por colonos e madeireiros que aqui chegaram por volta de 1935”<sup>69</sup>. Contudo, ele afirma que “alguma coisa sobrou e foi feito o aproveitamento desta madeira” e assim, foi montada inicialmente uma madeireira.

A escolha do local se deu, principalmente, pelos recursos ali existentes, como o Rio Chapecozinho e suas diversas quedas d’água, propícias para geração de energia hidráulica para a produção de pasta mecânica, matéria-prima para a produção de papel “couro e paraná”<sup>70</sup>, e a energia elétrica usada para mover a serraria, que na região aproveitava a abundância de madeiras nativas e de boa qualidade.



Figura 13 – Usina hidroelétrica própria ajudou no crescimento da empresa. (JAN., 2006).  
Fonte: foto do autor.

As terras para a instalação da empresa foram adquiridas do Sr. Belmiro Iop (na época, por volta de 10 hectares), que mantinha no local uma pequena usina para geração de energia elétrica (em torno de 100 Kva). A energia gerada por essa usina era utilizada para iluminação de casas no distrito de Barra Grande e também para o funcionamento de uma serraria que pertencia ao próprio Belmiro Iop, em sociedade com o Sr. Orestes de Bortoli Faitta. Essa serraria foi denominada Madeireira Barra Grande e hoje tem sua matriz na sede do município.

<sup>69</sup> Idem.

<sup>70</sup> Os papéis couro e paraná eram usados como matéria-prima na fabricação de caixas usadas para acondicionar sapatos e camisas pelas indústrias do ramo.



Mais tarde, a empresa Bragagnolo instalou sua própria usina, com maior potência. Para a época, uma grande evolução, já que poucos locais dispunham de energia elétrica. Um dos idealizadores na construção dessa usina, foi o Sr. Pedro Ghelen, que era engenheiro prático.



Foto 09 – Inauguração da Usina hidroelétrica na Abrasa em 1963.  
Fonte: Arquivos do autor

A empresa foi fundada oficialmente em 16 de outubro de 1963; demorou dois anos para entrar em pleno funcionamento com a fabricação de papel e beneficiamento de madeira. As dificuldades iniciais iam desde a tecnologia mais adequada para a produção do papel até a péssima qualidade das estradas, conforme nos narra o próprio Avelino Bragagnolo: “eram verdadeiros carreiros”, pois, na época, as prefeituras não dispunham de maquinários suficientes e com a devida potência para fazer a manutenção e para abrir novas estradas.

À própria empresa contratante de máquinas particulares coube a tarefa de fazer a abertura das estradas de acesso a hoje BR 282, pelo então distrito de Vargeão<sup>71</sup>, visto que a topografia do terreno, na época, inviabilizava a abertura por Faxinal dos Guedes. Ainda assim, o acesso por Vargeão, como encurtava o caminho, pelo fato de que a empresa tinha sua sede em Joaçaba, era uma facilidade.

A comunicação com o escritório central também era difícil. Durante muito tempo, ele

---

<sup>71</sup> O hoje município de Vargeão, foi distrito de Faxinal dos Guedes entre 1958 e 1964, ano em que se emancipou.

ficou instalado em Joaçaba e a comunicação era por rádio amador, que muitas vezes não funcionava.

O aproveitamento da madeira nativa para o ramo madeireiro era uma prática utilizada. A serraria aproveitava o pinheiro-araucária para a retirada das tábuas de melhor qualidade. O restante era usado para a fabricação da pasta mecânica, matéria-prima para o “papel paraná”, através do cozimento, moagem e prensa da massa de madeira cozida que, transformada em folhas de 1 metro por 1,20, ia para a secagem ao sol (em 1969 foi instalada uma estufa movida a vapor).

No início, como a fábrica de papel dependia de grandes investimentos e ainda havia remanescentes de florestas de araucária na região, a serraria sustentava a fábrica de papel.

De acordo com folder (2004) comemorativo – 40 anos –, a produção de papel, que em 1963 era de apenas 4 toneladas/dia, devido à instalação da estufa passou para 7 toneladas em 1967 e 10 toneladas/dia em 1969. Em 1970, com a instalação de uma máquina contínua, a produção aumentou para 12 toneladas/dia.

Na década de 1980, diminuiu a procura do mercado para a aquisição do papel couro e a atividade principal da empresa passou a ser a produção de bobinas de papel. Com o aproveitamento do papel reciclável, a produção aumentou então para 30 toneladas/dia, mas a qualidade do produto não era das melhores e ocorria grande quantidade de devoluções.



Figura 14 - Fardos de papel para aproveitamento na reciclagem. (JAN., 2006).  
Fonte: foto do autor

Para melhor aproveitar as bobinas de papel produzidas, os dois filhos do Sr. Avelino

Bragagnolo, Marcos e José, resolveram investir na produção de embalagens de papel. A fábrica passou por uma reforma no decorrer da década de 1990, e no final desta, começaram a surgir os primeiros resultados. A produção dobrou para 60 toneladas/dia no final da década de 1990, e atingindo 150 toneladas/dia no início de 2004<sup>72</sup>. E no ano de 2005, chegou a atingir 200 toneladas/dia.

A evolução também é visível no número de empregados que em 1980, girava em torno de 220 diretos; este número cresceu hoje para cerca de 650 diretos. Os funcionários migram dos mais variados locais do município e até de outros municípios da região, como Vargeão, Passos Maia, Ponte Serrada e Ouro Verde.

A produção da empresa era comercializada, no início, para o Nordeste, principalmente para os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; no Sul, para as cidades de Caxias e Porto Alegre – RS, sendo que nestas cidades o papelão era vendido para a indústria calçadista e também para o estado de São Paulo. Hoje, a empresa expandiu seu raio de atuação para a maior parte dos estados do Brasil e para alguns países do Mercosul, sendo as agroindústrias seus maiores compradores.

Com o constante aumento da produção e da demanda do produto, a partir do final da década de 1990 e início da década de 2000, cresceu também a necessidade de mão-de-obra, tendo a empresa que aumentar o seu raio de atuação quanto à procura da mesma, já que a oferta do distrito não era mais suficiente.

A preocupação da empresa, atualmente, é com a questão do espaço para a instalação de novas unidades de produção; para isso, um dos projetos da empresa é a instalação de unidades habitacionais no distrito de Barra Grande. Essas unidades serviriam, então, para liberar espaços no entorno da fábrica, já que a vila está instalada nas partes mais planas, bem próximas da empresa.

Um fato interessante também é que o Sr. Avelino Bragagnolo se diz arrependido de ter instalado a empresa no local em que se encontra hoje, na localidade de Abrasa e afirma que “se fosse hoje, a instalaria próximo ao Rio Barra Grande, que tinha água suficiente para a produção do papel, lá na planície, e lá colocaria as casas” e conclui dizendo que “ao invés de dividir as duas comunidades, as uniria numa só”.

---

<sup>72</sup> Dados cedidos pelo sr. Avelino Bragagnolo, diretor-presidente da empresa. Entrevista gravada no dia 04 Jan. 2006.

### 2.6.1 O distrito de Barra Grande e sua relação com a empresa

A ocupação do que hoje é o distrito de Barra Grande (único distrito do município de Faxinal dos Guedes) se dá ainda na década de 1950, na sua maioria por descendentes de imigrantes italianos e alemães vindos do Rio Grande do Sul, de descendentes poloneses do Paraná e de luso-brasileiros de diversas regiões de Santa Catarina e do Sudoeste do Paraná, resultado da mesma leva migratória que se faz no restante do município. Podemos perceber as diversas etnias que formaram a população do distrito, pelos sobrenomes de alguns moradores mais antigos, como as famílias Iop, Carvalho, Daga, Kubiak, Maccari, Rossi, Ghellen, Grade, Muller, Bruchez, Lima, Boroski, Andrin, Bellaver e outras.

A comercialização das terras não foi feita por colonizadoras, mas por particulares que compravam grandes extensões de terras e as revendiam aos interessados que chegavam do Rio Grande do Sul, Paraná e outras áreas de Santa Catarina. Dentre esses se destaca principalmente o Sr. Belmiro Iop, que era proprietário de grande quantidade daquelas terras e que incentivou a vinda das famílias do Rio Grande do Sul, inclusive com a propaganda de ali já dispor de energia elétrica. Nos ditos do próprio Sr. Avelino Bragagnolo, “o Belmiro loteou toda a Barra Grande”, e o engrandece afirmando que “ele foi um grande empreendedor, um grande entusiasta”.

Quando da instalação da empresa supracitada, na década de 1960, um grande número de famílias vindas de outras regiões se instalou na pequena vila formada pela empresa junto a fábrica, para trabalhar como operários. Essa vila passou a ser conhecida com o mesmo nome que a empresa tinha na época, “Abrasa”, que é a sigla de “Avelino Bragagnolo S.A.”. O trabalho operário ainda não chamava atenção dos colonos, os quais manifestavam interesse maior pela agricultura, que oferecia maior rendimento em relação ao trabalho assalariado. Os colonos, porém, mantinham negócios com a empresa, vendendo a madeira explorada em suas propriedades.

Uma leva de famílias foi se instalando nas terras ao redor do hoje distrito de Barra Grande. Outra ainda se instalou onde hoje é a sede do distrito. Dedicaram-se tanto ao trabalho na agricultura, por dispor de terras próximas do local, ou ao comércio, com pequenos botecos ou pontos de venda de mercadorias.



Figura 15 - Vista parcial do distrito de Barra Grande, em Faxinal dos Guedes (JAN., 2006).  
Fonte: foto do autor.

Ainda na década de 1970, tem início o reflorestamento das áreas devastadas com o *pinus-eliotis* (conhecido como pinheiro americano), próprio para ser usado como alternativa ao pinheiro-araucária na produção de papel. Com o aumento da produção nos anos 1990, cada vez eram necessárias mais áreas para o plantio, forçando a empresa a adquirir terras dos colonos da região. Alguns foram cedendo, principalmente devido à crise da agricultura e pela oferta tentadora da empresa, que pagava valores acima dos praticados na região.

O distrito, que conheceu um período áureo na década de 1980 (chegou a ter até cinema), resultado da combinação de uma agricultura forte, chegou a abrigar quase 25% da população do município, que em 1980 era de 10.000 habitantes<sup>73</sup>, e começa a declinar com a mudança de uma madeireira para a sede do município e com a crise agrícola dos anos 1990<sup>74</sup>.

Com a expansão da empresa Bragagnollo S.A., no final da década de 1990, o distrito volta a crescer, mesmo desordenadamente, sendo que, frente à necessidade de novos operários, muitas famílias ali passaram a fixar residência.

Atualmente, mais de 80% da população do distrito tem relação direta ou indireta com a empresa. Do restante, alguns ainda tiram seu sustento da agricultura, outros trabalham em uma agroindústria ou se dedicam ao comércio (lanchonetes, mercados, lojas de roupas e

<sup>73</sup> Fonte: dados do Censo Municipal de 1980.

<sup>74</sup> Essa madeireira que é de propriedade do Sr. Orestes de Bortolli Faita, ficava na sede do distrito e o número de empregados variava de 30 a 50 trabalhadores, quase exclusivamente com a produção de portas e esquadrias de madeiras nobres, como a imbuia. No final da década de 1980, com a escassez da matéria-prima nas regiões próximas, essa empresa mudou toda sua estrutura para a sua matriz, na sede do município.

materiais de construção, posto de venda de combustíveis, e outros). Destaca-se, também, uma grande quantidade de pessoas que oferecem serviços terceirizados para o transporte de cargas na empresa.

O distrito de Barra Grande, que fica a aproximadamente 9 km da sede do município, possui um movimento econômico considerável, tanto em vista do comércio local como da presença da empresa Avelino Bragagnollo S.A.

O distrito de Barra Grande possui ainda:

- a) dois supermercados;
- b) duas panificadoras;
- c) seis bares e lanchonetes;
- d) um posto de atendimento médico e odontológico;
- e) salões de beleza;
- f) duas lojas de confecções;
- g) um posto de combustível;
- h) várias empresas de transporte em geral;
- i) uma oficina mecânica;
- j) um posto de venda de medicamentos (farmácia);
- k) uma empresa de material de construção;
- l) uma escola de ensino fundamental e médio;
- m) área agrícola mecanizada de aproximadamente 800 hectares; e
- n) várias empresas de transporte de cargas (geralmente estas empresas possuem um só veículo e, na sua maioria, fazem fretes para a empresa Avelino Bragagnolo S.A.).

Isso demonstra que o único distrito de Faxinal dos Guedes tem estrutura muito maior do que a maioria dos pequenos municípios do Oeste de Santa Catarina e possui uma população de cerca de 1.050 habitantes.

O território de Faxinal dos Guedes, como vimos, foi ocupado desde o fim do século XIX pelo elemento caboclo, que vai explorar a atividade extrativa da erva-mate e da pequena criação animal em grandes extensões de terra, geralmente devolutas. Essa atividade se desestrutura com a chegada do elemento colonizador (formado por descendentes de italianos e alemães, originários do Rio Grande do Sul, no início do século XX). O elemento colonizador atua, então, como dinamizador da economia local, mudando a forma de exploração econômica que agora se caracteriza inicialmente pela exploração da madeira. A colonização impõe a principal característica produtiva do município, que é a agricultura familiar em pequena propriedade, e que se transforma seja pela crise ou pela modernização da agricultura nas

últimas décadas do século XX. Tal transformação influencia profundamente no aparecimento de atividades diferenciadas dentro da agricultura familiar, caracterizadas, principalmente, pelas atividades pluriativas, tema que será discutido no próximo capítulo.

### 3 AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE: O COLONO-OPERÁRIO

O objetivo deste capítulo é discutir o camponês-colono, a agricultura familiar e a pluriatividade, e suas mais variadas definições, a fim de procurar entender suas transformações no tempo, analisando as razões que podem conduzir um camponês ao trabalho assalariado dentro ou fora da sua propriedade rural, buscando a compreensão sobre o comportamento dos sujeitos estudados neste trabalho.

#### 3.1 O camponês-colono e suas múltiplas definições

Analisando por um ângulo simples, pode-se dizer que o camponês é aquele que mora e trabalha em sua propriedade no meio rural, dela tira o seu sustento e se reproduz como indivíduo e grupo social. Porém, a palavra “camponês”, em seu sentido analítico, é usada também para identificar uma estrutura social e uma ideologia específicas.

Quando se discute a questão do campesinato, reporta-se ao início da agricultura na História, ou se pode, simplesmente, iniciar a discussão pelo *termo* camponês, sendo que, nas duas ocasiões, o debate gira em torno das transformações na agricultura moderna e suas repercussões futuras.

Voltando no tempo, entende-se que o campesinato foi formado na gênese da história da humanidade e que sua compreensão é importante para se perceber a lógica da persistência desta categoria nos diferentes tipos de sociedade, seja ela escravocrata, feudal ou capitalista. A persistência e a participação desta classe nos diferentes tipos de sociedade e sistemas sócio-políticos demonstram uma qualidade intrínseca do camponês, que é a firmeza diante de processos tão diversos e adversos de transformação diante das mudanças e de sua manutenção como grupo social importante e gerador de mudanças.

O camponês se destaca na história da humanidade como categoria produtiva geradora de riquezas durante as sociedades escravocratas, ao mesmo tempo em que foi a grande mantenedora do feudalismo, como classe trabalhadora, explorada e economicamente importante. Foi durante o feudalismo que o camponês se destacou como gerador de



mudanças, inicialmente como subordinado, mas logo como participante ativo das revoltas contra o sistema vigente, e inicia o grande motim que vai resultar na transformação do modelo socioeconômico aí implantado.

Esse agrupamento econômico e sócio-cultural se transforma com o feudalismo, não morre na Era Moderna, ou se redefine para poder sobreviver como camponês. Com a ascensão do capitalismo como sistema socioeconômico, o campesinato, necessariamente o europeu, se torna o produtor das matérias-primas para a nascente indústria. Mais uma vez, ela sobrevive, porém sempre se metamorfoseando e chegando aos dias atuais com várias definições, sendo a mais usada e designada para denominar o pequeno proprietário ou o agricultor familiar.

Esse processo de transformação do sujeito camponês em sujeito agricultor familiar sugere também uma mudança ideológica. O camponês metamorfoseado em agricultor familiar perde, aos poucos, a sua história de resistência, fruto da sua pertinácia, e se torna um sujeito conformado com o processo de diferenciação, que passa a ser um processo natural do capitalismo, se tornando um capitalista em potencial e com potencial de produção e consumo.

Nesse caso, citam-se três diferenciações para a condição socioeconômica do agricultor familiar, o consolidado, o intermediário e o periférico. Se se desejar interpretar à luz de conceitos mais simples, pode-se notar que o *periférico* é aquele cujo trabalho serve apenas para o sustento familiar, não surtindo reprodução do capital e que, portanto, tem como missão chegar a ser um agricultor intermediário, e depois consolidado. O *intermediário* seria aquele que está se adequando ao capitalismo agrário, já passou da fase do periférico e tem como meta chegar a ser um consolidado. O *consolidado* é aquele que já consegue reproduzir o capital, ou seja, já é um capitalista da terra; aquele da qual se ouve dizer “colono forte” ou “bem de vida”.

Baseando-se nessas prerrogativas é que se vê, nos últimos anos, os governos criarem políticas públicas fechadas dentro do espaço do capital e, portanto, delimitadas na sua lógica, como por exemplo, o Banco da Terra e suas derivações, o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), entre outros.

Ao prender-se dentro do espaço da diferenciação do campesinato, pode-se utilizar diversos termos para classificar as diferentes condições econômicas do campesinato. Desde a clássica- camponês rico, camponês médio e camponês pobre-, até a recente classificação- camponês viabilizado, camponês remediado e camponês empobrecido. Nessas, considera-se os excluídos, no caso os sem-terra, indo além do espaço dos incluídos. Em todas essas classificações, o capital é determinante para a denominação usada.

### 3.2 O camponês-colono no Brasil

Mesmo o camponês tendo surgido, como sujeito produtivo, já há algum tempo, no Brasil, e sofrido grande transformação ao longo desse tempo, esta análise vai partir da década de 1960, um grande marco de transformação da sociedade brasileira, com um significativo êxodo rural, principalmente do Nordeste com destino ao Sudeste, geralmente São Paulo. Mesmo assim, algumas universidades passaram a discutir o tema através de uma série de trabalhos, chamados de “estudos de comunidade”<sup>75</sup>, que eram bastante ricos em dados teóricos e pobres em pesquisa de campo, e, como diz Genro Filho, “[...] caindo no extremo oposto de um empirismo capaz de ver as árvores, mas incapaz de ver a floresta [...]”<sup>76</sup>.

Caio do Prado Jr., no seu livro “A Revolução Brasileira”, passa a debater a tese de que não havia relações feudais na sociedade brasileira, que se baseava nas sociedades européias, e se defende dizendo que “o homem do campo brasileiro é, em sua grande maioria, um trabalhador assalariado, muito embora suas verdadeiras relações de trabalho nem sempre estejam diretamente explicitadas”<sup>77</sup>.

Outros dois teóricos, Guimarães e Vinhas, afirmam que a “[...] agricultura brasileira está sendo moldada pela estratégia da ‘modernização conservadora’, isto é, modernização sem mudança na ‘estrutura arcaica’[...]”<sup>78</sup>. Estes autores sustentam, ainda, um projeto nacional de reforma agrária, através da simples distribuição parcelar da terra, e as transformações da estrutura no campo levariam ao “acamponesamento” da agricultura brasileira, baseados, em sua maioria, no trabalho dos membros da família.

Analisando as discussões acerca de um tema comum, que é o camponês, observa-se claramente que se está diante de, pelo menos, três visões diferentes relacionadas ao conceito de camponês. Uns definem a sociedade brasileira analisando-a a partir dos modos de produção e caracterizando-a como semifeudal e neocolonial. Caio do Prado, por exemplo, não nega a existência de camponeses na sociedade brasileira; no entanto, os define como uma camada “residual da nossa economia”, com tendência a desaparecer a partir do momento em

---

<sup>75</sup> GENRO FILHO, Adelmo. *Sobre o conceito de camponês na ciência social brasileira*. Florianópolis, UFSC, 1984, (mimeografo), p. 12.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 2.

que se tornam capitalistas com a posse definitiva da terra. O autor também nega a batalha pela reforma agrária, enquanto sustenta a divisão da terra e apóia a luta pelo trabalho no campo; negando, portanto, o que defendem Guimarães e Vinhas.

Na década de 1970, surge um estudo um pouco mais esclarecedor sobre a questão camponesa e sua relação com a economia brasileira. É o caso de Garcia Júnior que resguarda que

[...] o campesinato é considerado como um modo de produção articulado e subordinado ao capitalismo....a estrutura da produção camponesa é baseada na estrutura familiar, pois tanto a unidade de produção quanto a de consumo são constituídas por regras de parentesco e, além disso, a própria divisão do trabalho é de natureza familiar<sup>79</sup>.

Garcia Júnior define a classe camponesa como um modo de produção. Diferente da visão de Sodré, que a considera semifeudal, Garcia Júnior a vê subordinada ao capitalismo e extremamente ligada à família, que é a unidade produtiva e consumidora.

Otávio Velho lembra que o conceito de camponês referia-se originalmente a um fenômeno bem localizado em termos históricos e estruturais, não tendo sido, inclusive, um termo criado pelos cientistas sociais, mas apenas foi apropriado por estes<sup>80</sup>.

Nesse pequeno texto, Otávio Velho esclarece o ponto de vista pelo qual considera que antes de se discutir o termo camponês, ele já existia como classe social e que as discussões modernas acerca do tema se referem ao recrudescimento do debate.

Nas últimas décadas do século XX, as discussões acerca do conceito de camponês ficam mais acirradas e concretas, a partir do momento em que este passa a aparecer na sociedade brasileira como uma classe em decadência quanto ao número de famílias no meio rural, mas como força crescente como classe organizada, tanto possuidora de propriedades rurais como os desprovidos, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que passa agora a lutar unida por um projeto de reforma não só agrária, mas também social, e a faz sem deixar de ser camponesa, porém despossuída da terra, mas unida pela causa tanto da recuperação da terra ou pela sua posse pela primeira vez, como também para simplesmente aproveitar-se da situação e garantir uma renda pela venda posterior ou pelo arrendo. E, como escreve Genro Filho:

Os camponeses, e isso se pode dizer, são homens, mulheres, crianças e velhos que trabalham a terra com uma divisão familiar do trabalho, na sua maioria, violentamente explorados em países como o nosso. E, através de várias estratégias, reproduzem suas condições de existência, em que pese suas relações com a

<sup>79</sup> GENRO FILHO, Op. cit., p. 4.

<sup>80</sup> VELHO, Octávio Guilherme. *Sociedade e agricultura*. Anuário da AMPOSC. [S.l: s.n], [S.d.] p. 41.

sociedade capitalista envolvente<sup>81</sup>.

Nessa visão, há uma conceituação mais aceitável do ser camponês: aquele baseado no trabalho da família, de toda ela, onde cada um faz uma coisa em particular. Contudo, numa análise mais ampla, pode-se dizer que este tipo de camponês está cada vez mais raro, já que, na maioria das vezes, o trabalho pode mesmo ladear-se na família, mas a tal divisão do trabalho, defendida neste caso, já deixou de acontecer há algum tempo. Hoje, na maioria das propriedades rurais de pequeno e médio portes<sup>82</sup>, o que passa a valer é quem tem tempo para desenvolver cada ofício e, no caso em estudo, quem vai para o trabalho na fábrica e quem fica com o trabalho na propriedade, a despeito de idade ou sexo.

### 3.3 O local e o regional inseridos no global

O local interfere no regional, e vice-versa; os dois interagem com o global ou, como afirma Tedesco, “o processo de globalização não consegue eliminar a geografia; deve haver, ainda, o lugar; as coisas precisam, além de ser, estar em algum espaço”. A questão do local é muito importante para as famílias de agricultores e muito mais para as famílias de pequenos agricultores, que valorizam o local como se fizesse parte de suas vidas: o local onde moram ou de onde vieram seus pais.

Pode-se sentir esse tipo de comportamento de diversas maneiras, e, para citar um exemplo, temos as denominações de localidades e municípios que lembram a região ou a cidade de origem de seus colonizadores. Em Santa Catarina, temos como exemplo as cidades de Nova Trento (uma referência à região de Trento, na Itália), Nova Veneza (cidade de Veneza), Nova Erechim (como homenagem à cidade de Erechim, no Rio Grande do Sul) e, no caso específico objetivado neste estudo, temos a localidade de Nova Sarandi (em homenagem à cidade gaúcha de Sarandi).

Esse tipo de manifestação saudosista demonstra como a memória do local de origem se mantém na mente das pessoas, que, aos poucos, vão adotando o novo local, assim como seus filhos o fazem e o farão quando de uma nova mudança.

O local, em meio ao processo de globalização, não está ausente na história; por mais que os processos históricos mais globais não sejam facilmente visíveis, no local eles ganham sentido no pensar, no viver, no habitar, no trabalho, no produzir, no lazer, no vestir, no comer,

---

<sup>81</sup> GENRO FILHO, Op. cit. p., 8.

<sup>82</sup> Refere-se à propriedade de pequeno porte aquela com menos de 25 hectares; e de médio porte, entre 25 e 50 hectares.

etc<sup>83</sup>. O local, então, significa o cotidiano, a vivência diária de tudo aquilo que o rodeia, as pessoas, as coisas, a família, e tudo isso sofre a interferência do que é regional e global. Assim sendo, mesmo a globalização interferindo diretamente na vida de todos, o local ainda sobrevive como referência, como identidade.

As características próprias de cada local interferem também no modo de vida das pessoas. As peculiaridades geográficas, por exemplo, podem definir os tipos de culturas agrícolas, a divisão da terra, a maior ou menor interatividade social (pelas distâncias), a aproximação de uma cidade ou de uma indústria. Estas últimas, preponderantes para o aumento ou não de atividades pluriativas no meio rural.

“Quando se fala em desenvolvimento local, coloca-se o problema da análise das relações entre sociedade e território. A idéia de economia local deve ser vista e articulada com a noção de sistema produtivo local.”

O local passa a exercer tanta importância na vida das pessoas que se torna lugar comum na memória daqueles que ficam e daqueles que saem, de encontros e reencontros de suas próprias raízes históricas e culturais. O local passa a identificar as pessoas - por exemplo, a pessoa tal, da comunidade tal, ou a família deste ou daquele, que mora em tal comunidade.

O conhecimento do local se faz importante, então, para que seja possível identificar e caracterizar as pessoas que nele residem e que dele fazem ou fizeram parte de alguma maneira.

### 3.4 A agricultura familiar

Utiliza-se, aqui, a idéia segundo a qual a agricultura familiar é “[...] entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”<sup>84</sup>. Ou seja, é dona da terra e nela produz sem a interferência do trabalho assalariado.

---

<sup>83</sup> Tedesco, 2003, p. 294.

<sup>84</sup> TEDESCO, João Carlos. (org). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 23.

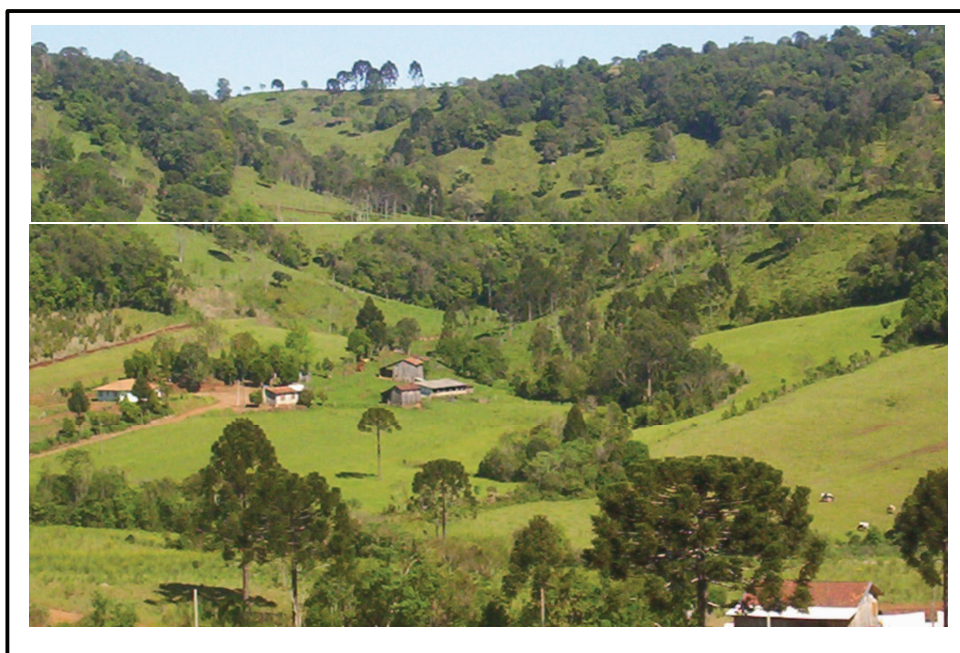


Figura 16 - Identificação de uma propriedade familiar no Oeste de Santa Catarina (JAN., 2006).  
Fonte: foto do autor

A utilização do termo agricultor familiar reforçou o uso do conceito de camponês, porque explicitou as diferentes visões de mundo contidas nos seus respectivos paradigmas.

A questão fundamental a ser considerada para este caso, é que o agricultor familiar é um camponês. A diferença entre esses dois sujeitos é apenas ideológica, construída politicamente para dissipar a luta do primeiro e reforçar a condição do segundo, como algo novo e diferenciado, que pode ser usado economicamente, com a conseqüente superação do camponês, este um ser social e voltado para as lutas no campo.

Nesse sentido, conviver com as desigualdades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo pode parecer natural. Produzir o espaço do camponês ou do agricultor familiar, dentro da lógica do capital, parece tornar-se a única opção. Aceitar suas políticas, a única saída. Parece também não haver perspectiva fora do espaço do capital e lutar contra essa “lógica” pode parecer ser atrasado, perdendo a oportunidade dada pelo capital de tornar-se “moderno” (ou agricultor familiar).

Aceitar as políticas públicas de desenvolvimento da agricultura capitalista torna-se normal perante a sociedade; lutar contra é algo anormal. Assim, os camponeses ou agricultores familiares são incorporados ao agronegócio. A produção agrícola camponesa da agricultura familiar passa a ser contada como produção do agronegócio e o que é produzido no campo passa a ter valor econômico diferenciado, com poder de barganha, por ser “da colônia”; então, é diferente e parece “puro”, sem agrotóxico, sem adubo químico, mas quem

se apodera do produto para revendê-lo, justamente como um “nicho” de mercado, é o comerciante da cidade, ficando com o lucro do produtor. Outra estratégia que vem sendo usada é a formação de cooperativas, tanto abertas para todos os agricultores do município ou entre grupos fechados e voltados para um produto em comum (leite, ovos, suínos, entre outros).

Portanto, o camponês é visto por sua base familiar. A base familiar é uma das principais referências para delimitar o conceito de campesinato. Em toda sua existência, essa base foi mantida e é característica fundamental para compreendê-la. Portanto, pode-se dizer que não há diferenciação entre campesinato e agricultura familiar, pelo menos com relação as suas características mais intrínsecas.

O trabalho familiar camponês também pode necessitar de mais força de trabalho para garantir a sua existência. Por essa razão, o trabalho assalariado é componente dessa forma de organização. A questão é : até onde esse componente descaracteriza o trabalho familiar camponês e onde, e como, é feito esse assalariamento - se no espaço da propriedade da terra ou nas empresas privadas localizadas na cidade ou no próprio interior. E como esse trabalho assalariado reflete na condição econômica e social do camponês.

A manutenção dessa condição está na compreensão dos limites impostos pela lógica do capitalismo, na criação de relações capitalistas ou na criação de relações não-capitalistas. Assim, o camponês que utiliza apenas o trabalho familiar ou que também utiliza o trabalho assalariado, dentro dos limites aqui propostos, está sujeito ao processo de diferenciação e, por esta razão, pode lutar contra as possibilidades de exclusão da condição de camponês. Mas também pode aceitar a diferenciação como algo natural.

### 3.5 O camponês-colono

Geralmente, a designação de colono é relacionada ao trabalhador rural estrangeiro que veio para o Brasil logo após o fim da escravidão, em meados do século XIX, para substituir os escravos nas lavouras, em especial as de café. Eles trabalhavam em regime de colonato, ou seja, moravam em casas dentro da fazenda, trabalhavam nas lavouras e recebiam em troca uma parte da colheita, ou então podiam cultivar, para seu próprio sustento, em certas partes de terra.

Eram trabalhadores livres e chegavam ao Brasil com a idéia de, com seu trabalho,

comprar sua própria terra. Condição essa praticamente impensável na Europa de então. Mas as condições de contrato eram regulamentadas por lei e sempre beneficiavam mais os fazendeiros, que os trabalhadores. Assim, muitos colonos tinham dificuldades para liquidar suas dívidas e continuavam dependendo do fazendeiro. Mesmo assim, muitos outros colonos conquistaram sua independência econômica e até se tornaram grandes fazendeiros.

Hoje ainda, no Sul do país, onde a imigração foi mais forte, a palavra é usada para os trabalhadores rurais que tiram da terra seu sustento, com o que se poderia denominar de camponês periférico ou empobrecido, e para os descendentes dos antigos colonos, que ainda cultivam costumes típicos de seus antepassados europeus ou descendentes.

A origem germânica, no Brasil, da palavra “colono” vem de *kolonist*, que é a categoria usada para designar o homem do campo, descendente de europeu; e colônia, também do alemão *kolonie* designa, a área rural. Porém, muitas vezes, também é usado como termo pejorativo para designar a pessoa “atrasada”, sem estudo, ou desajeitada para com as coisas da cidade, ou seja, como se estas pessoas fossem de cultura inferior às demais.

No entanto, entendemos que ser colono é uma condição bem mais complexa e que está em constante atualização e redefinição. Para explicar isso, Tedesco afirma que

Deduz-se daí que o ser-colono não é uma condição, mas sim, um processo que se recria, se atualiza, se redefine e que engendra formas de adaptação às práticas utilitárias da racionalidade sistêmica e, ao mesmo tempo, que formula processos, ações envoltas no horizonte do núcleo familiar. Ambas não se excluem; conservam, sim, intencionalidades comuns e específicas, relacionadas e reorientadas por estratégias adaptativas<sup>85</sup>.

Esse ser-colono, então, seria uma forma de viver de um grupo de pessoas, dentro de certa atividade, em certo período e com grande capacidade de adaptação ao sistema econômico e social.

Mas o alvo de interesse aqui é o colono como um agricultor, produtor de produtos primários e que tira da terra o seu sustento, e seria isso o que o diferenciaria dos trabalhadores urbanos.

A realidade atual, porém, tem mudado esse protótipo de colono, que, em número cada vez maior, está buscando o assalariamento, tanto fora como na própria agricultura. Quando se diz fora, está-se referindo ao assalariamento no setor terciário ou na atividade secundária, das mais variadas formas.

Esse modelo de assalariamento não é novo e nem restrito ao Brasil. Na Europa, já há

---

<sup>85</sup> TEDESCO, João Carlos. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 120.



muito tempo vem se falando em trabalho assalariado entre os colonos. Mesmo antes de ocorrer a grande migração do final do século XIX, os pequenos agricultores da Itália, já aproveitavam os períodos de entressafra em suas terras para trabalhar em outras atividades, tanto dentro como fora da Itália, como bem ilustra uma passagem do texto de Maestri:

Agoniado pela desocupação e pelos baixos salários, sobretudo invernais, Nane emigra, durante o inverno, acompanhado de outros trabalhadores sem-terra da região para trabalhar nas represas em construção no Danúbio, na Hungria. Os movimentos migratórios não permanentes eram tradição muito antiga em importantes regiões do norte italiano. Após seis meses longe da casa, alimentando-se de ‘pão preto e batatas’, Nane retorna gloriosamente com 360 liras na bolsa, o equivalente ao salário anual de um *bracciante* que trabalhasse domingos e dias santificados! Após verão despreocupado, e a formação de um pequeno rebanho de quatro ovelhas, Nane retorna confiante à Hungria para repetir o sucesso do ano anterior<sup>86</sup>.

Nesse caso, o colono migra para outras paragens, para poder se assalariar, porém o objetivo é praticamente o mesmo de hoje: a complementação da renda familiar; o que talvez venha a mudar é o que vai ser feito com este dinheiro, que pode ser usado tanto para suprir uma necessidade como para a aquisição de bens de capital.

Assim como o trabalho assalariado fora da propriedade familiar não é novo no mundo e reporta ao século XIX, as transformações no meio rural que ocorrem a partir da década de 1990, no Brasil, já ocorriam na Itália, na década de 1980, onde:

O desemprego, o meio rural, o abandono das terras, a falta de herdeiros em unidades familiares rurais, o rural-agrícola sendo tomado pelo rural-turismo, a tendência do meio rural agrícola de ter uma população envelhecida, a profissionalização do ofício de agricultor (sob a determinação do conhecimento técnico), entre outras já citadas, demonstram o choque engendrado pela disjunção entre sociedade e produção, espaço de uma estranha lógica entre a técnica e natureza que tenta se generalizar. Os anos 80 intensificaram este processo<sup>87</sup>.

É mister dizer, então, que o processo de mudanças que se observa no Brasil nos últimos anos não é privilégio de nosso espaço de pesquisa e nem algo inédito no mundo, mas um processo de certo modo necessário e que vai sendo intensificado, até mesmo pelas exigências do próprio mercado que cobra cada vez mais novas atitudes do setor produtivo.

### 3.6 O paradoxo: colono-operário

<sup>86</sup> MAESTRI, MÁRIO. Nane, a difícil travessia de um colono do café. Texto produzido por Mário Maestri em sala de aula no 2º semestre de 2004 e não publicado.

<sup>87</sup> Idem.

Pode-se discutir, aqui, pelo menos três denominações diferentes para a questão do assalariamento do camponês, como, por exemplo, a *pluriatividade*, usada por Anjos (1995) Carneiro (1994) e Tedesco (2001); *agricultura em tempo parcial*, utilizado, por Schneider (1993/1994/1995); e *colono-operário*, vista por Seyfert (1974, 1983, 1985, 1987 e 1992) e por Schneider (1999). Importante dizer também que Flávio Sacco dos Anjos tem outras denominações para caracterizar o que se chama de assalariamento do camponês, quando diz que:

A expressão que preliminarmente utilizamos, agricultura em tempo parcial, visa abranger os diversos matizes terminológicos e acepções encontradas na literatura internacional e nacional, tais como “*part time farming*”, “*worker-peasant*”, “*pluriactivity*”, “*five o'clock farmer*”, “*multiple job holding*”, “colono-operário”, “trabalhador de dupla jornada”, entre outras formas através das quais os autores normalmente identificam tanto o fenômeno de transferência da população rural para ofícios não- agrícolas como os atores sociais envolvidos<sup>88</sup>.

Além de existirem variadas formas terminológicas sobre a questão, as realidades também são diferentes. O que se tem neste estudo pode ser caracterizado como uma agricultura em tempo parcial, uma pluriatividade ou são colonos-operários? Uma tentativa de resposta mais apropriada ao caso aqui estudado pode ser encontrada nos estudos de Alentejano, quando afirma que, com relação à diferenciação entre agricultura em tempo parcial e pluriatividade, estas,

[...] Apesar de surgirem praticamente no mesmo momento e de designarem basicamente o mesmo fenômeno, as duas noções não são idênticas, sendo a de pluriatividade seguramente mais adequada como instrumento de análise da dinâmica agrícola, uma vez que a característica do trabalho agrícola, marcado pela descontinuidade temporal, pela não correspondência entre tempo de trabalho e tempo de produção, uma vez que parte dessa depende da natureza, não nos permite afirmar que a dedicação a outras atividades signifique dedicação em tempo parcial à agricultura<sup>89</sup>.

Se levarmos em consideração o conhecimento do caso aqui estudado, dá-se razão aos dizeres de Alentejano, pois como se produz de forma completa, ou seja, se cumprem todos os deveres na empresa e se utiliza toda a terra disponível, utilizando até mesmo o excedente da renda das duas partes para investimento na casa e na propriedade, ocorre a dedicação em

<sup>88</sup> ANJOS, Flávio Sacco dos. *A Agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC) Pelotas: UFPEL - Editora Universitária, 1995, p. 02.*

<sup>89</sup> ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira. In: TEDESCO, João Carlos (org). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001, p.157.

tempo integral nos dois ofícios, usando-se apenas da racionalização do tempo e da capacidade de trabalho da família.

Com o assalariamento do camponês, este geralmente tem de fazer uma substituição de culturas, optando por aquelas que demandem menos mão-de-obra, para não sobrecarregar ainda mais a jornada de trabalho, que pode ultrapassar 15 horas diárias, pois as famílias, ao aumentarem sua renda, aumentam também a jornada de trabalho.

Outro problema que pode ocorrer com o assalariamento é a exploração do trabalho do colono, pois este muitas vezes desconhece ou desconsidera as normas sindicais, ou ainda é ludibriado por sindicatos atrelados à empresa. Para a empresa, logicamente, isso é rentável, pois pode aumentar seus lucros, tanto com a indiferença dos direitos trabalhistas como pelo baixo nivelamento dos salários dos funcionários pela média aceitável pelo colono.

Outra vantagem do empresário com relação ao trabalho do colono-operário é a fácil aceitação da disciplina na fábrica, porque com o operário tradicional, já ciente de seus direitos e acostumado a migrar de emprego, a aceitação é menor; com o colono, que historicamente é visto como trabalhador e assim gosta de ser visto, a facilidade de aceitação da disciplina interna é bem maior. Além disso, como o colono geralmente tem no trabalho assalariado uma complementação da renda, o valor do salário pago pela empresa raramente é discutido e quase não existem reivindicações trabalhistas e salariais.

### 3.7 A questão da pluriatividade

A pluriatividade ou *pluriactivity*, como é conhecida na Europa desde há muito tempo, pode também, em muitos casos, ser confundida com a agricultura em tempo parcial, porém vê-se que detém muitas diferenças, as quais foram discutidas anteriormente.

Como se viu, na Europa, a pluriatividade é discutida desde a década de 1980, e no Brasil, desde meados de 1990. Segundo Alentejano, há muitas controvérsias com relação ao uso do termo na realidade brasileira, pois,

De um lado, há os que julgam que o campesinato sempre foi pluriativo e, portanto, o que estaria se vendo hoje é um fortalecimento de uma prática histórica que, durante um determinado período, havia sido alvo de uma tentativa de eliminação, com o incentivo à modernização dos agricultores familiares<sup>90</sup>.

---

<sup>90</sup> ALENTEJANO. Op. cit., p. 150.

A idéia de que o campesinato sempre foi pluriativo pode ter duas interpretações, a partir do momento de que, no sentido das necessidades da própria sobrevivência, o camponês se obriga a realizar várias funções ao mesmo tempo, mesclando as atividades agrícolas às não-agrícolas. Porém, sob o olhar do capital, diz-se que o fenômeno é moderno, a partir do momento em que não mais há necessidade de sobrevivência, mas a necessidade de reprodução e modernização do capital forçou o camponês ao trabalho pluriativo. Porém, quando se fala especificamente de colonos-operários, Seyfert afirma que “já existiam colonos-operários em Guabiruba há mais de meio século, e perfeitamente integrados ao meio rural”<sup>91</sup>.

Coloca Alentejano assim a questão:

De outro, há os que consideram uma nova forma, uma vez que não se trataria da antiga multiplicidade de atividades realizadas pelo campesinato em função da precariedade de acesso aos mercados, mas de uma multiplicidade de estratégias que nada tem em comum, a não ser a negação da forma moderna da agricultura familiar: a profissionalização e especialização<sup>92</sup>.

Nessa discussão, tem-se que considerar que a noção de pluriatividade se encaixa nas duas questões, mas cada uma a seu tempo, com suas características. Na primeira, prevalece a questão da necessidade de “sobrevivência”, e na segunda, pela “reprodução” capitalista. Quando o trabalho pluriativo se faz pela necessidade de sobrevivência da família, podem haver diversas razões para isso, como uma parca quantidade de terra e disponibilidade de produção, o endividamento da família (como se verá posteriormente), a quantidade de terra aliada ao grande número de filhos e outros. Quando o assalariamento se faz com o objetivo de reprodução do capital, será usado como alternativa para o acúmulo de capital “dinheiro” ou de bens de consumo, como carros, terrenos, casas e até mesmo eletrodomésticos mais modernos.

Enquanto que na Europa a visão sobre a questão da pluriatividade aponta para a associação entre o trabalho pluriativo e a dispersão industrial e urbana, o mesmo pode ser discutido no Brasil, uma vez que o processo de modernização da indústria e da agricultura acontece com atraso em relação à realidade européia, e com menos rapidez, com raras exceções no Sul do país, especialmente nas grandes cidades<sup>93</sup>.

Sobre esse atraso e as possibilidades do uso da noção de pluriatividade no Brasil, Schneider escreve que

[...] o debate sobre a pluriatividade ou sobre as formas alternativas de

<sup>91</sup> SEYFERT, Op. cit., p. 95.

<sup>92</sup> Ibidem, p. 150 e 151.

<sup>93</sup> Sobre o assunto, ver Schneider (1994, 1995, 1996) e Anjos (1995).

desenvolvimento rural e reprodução da agricultura familiar, no Brasil, corre o risco não só “de chegar com atraso”, mas, simplesmente, de “não chegar jamais”. O que reafirmaria a certeza de que o caráter atrasado de nossa estrutura agrária necessita, urgentemente, de reformas<sup>94</sup>.

Não há como não discutir o caráter atrasado de nossa estrutura agrária, mas o aparecimento da pluriatividade já representa um sinal de avanço da modernidade, com mais intensidade em regiões nas quais predomina a pequena propriedade, a exemplo do Sul do Brasil, como o próprio Schneider destaca quando escreve que

[...] nas regiões onde houve um processo de colonização baseado em pequenas propriedades, foi possível moldar um ambiente social e econômico que tem permitido estratégias alternativas de reprodução aos agricultores sem despojá-los de suas propriedades e, ao mesmo tempo, garantir-lhes formas complementares de obtenção de rendas<sup>95</sup>.

É o que se visualiza na realidade do local estudado, com um grande número de propriedades não ultrapassando 25 hectares.

Outra questão importante para a discussão da questão da pluriatividade é com relação ao surgimento desta entre agricultores familiares, pois se pode dizer que ela geralmente surge como uma opção ao padrão tradicional de agricultura, com os pais se dedicando a um outro trabalho, não-agrícola, como forma de manutenção da estrutura familiar e, ao mesmo tempo, como forma alternativa de reprodução do capital investido, o que pode também levar os filhos a verem como exemplo de uma maneira mais fácil e menos sofrida de aquisição de bens materiais. Talvez, ao presenciarem as dificuldades enfrentadas pelos pais velhos na sua luta pela sobrevivência, antes com o trabalho só na agricultura e agora com a complementação da renda com o trabalho não-agrícola, os filhos mais jovens vislumbrem aí uma alternativa de fuga desse tipo de trabalho, muitas vezes desprestigiado, demasiado cansativo e não-rentável. Assim, como defende Tedesco, “a pluriatividade manifesta certa segurança econômica ao agricultor; o medo de se desfazer da terra faz com que muitos agricultores permaneçam nela mesmo sendo pluriativos”. Ou seja: procura-se segurança, e esta pode ser manifestada tanto na posse da terra quanto no trabalho pluriativo, seja ele assalariado ou não.

---

<sup>94</sup> SCHNEIDER, Sérgio. *Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul*. 1994. Campinas Dissertação (Mestrado em História). IFCH. Universidade de Campinas, 1994, p. 127.

<sup>95</sup> Op. cit., p., 128.

### 3.7.1 A agricultura em tempo parcial

Esse termo foi muito utilizado por Schneider (1993, 1994, 1995). Na visão dele, teria como significado a dedicação do agricultor, de forma parcial, na agricultura e tendo como atividade principal o trabalho assalariado. Por exemplo: o colono trabalha das 7 (sete) horas da manhã até as 16 (dezesseis) horas em uma empresa, chegando em casa às 17 (dezesete) horas. No inverno, sobra quase uma hora e meia para o trabalho na lavoura; e no verão, podem sobrar até 4 (quatro) horas. Esse tempo que sobra seria a agricultura em tempo parcial.

Pode-se supor, porém, que devido ao curto tempo de que disponibilizará para a atividade agrícola, terá que escolher uma atividade que seja compatível com este tempo, como, por exemplo, a atividade leiteira ou a lavoura comercial, no caso de não haver outros membros da família que possam fazer os serviços durante o dia.

Porém, não se pode esquecer que existe uma divisão familiar do trabalho, com uma parte da família se dedicando ao trabalho agrícola enquanto a outra se dedica ao assalariado, o que pode ocorrer tanto dentro como fora da agricultura, e isso é pluriatividade. Não se pretende dizer aqui que a noção de atividade em tempo parcial seja equivocada, apenas mencionamos que, para o caso em questão, a noção de pluriatividade é mais compatível ao objeto de estudo em questão.

### 3.7.2 A pluriatividade é para sempre?

Far-se-á, então, uma pequena *viagem* fictícia da Itália do século XIX para o Brasil do início do século XXI. Essa *viagem* tem como objetivo tentar explicar, com exemplos mais concretos, qual a possível trajetória de uma família de colonos desde sua origem pátria na Itália (poderia ser na Alemanha ou em qualquer outro país) até a transformação desta em família pluriativa no Brasil. Para isso, usar-se-ão nomes fictícios, mas sobrenome da família do autor.

Um jovem italiano, de mais ou menos 30 anos, conhecido pelo nome de Jacinto Basquera, é casado com Dora Basquera, na época com 25 anos. É o ano de 1875 e eles são proprietários de uma área de 10 hectares de terra, herança recebida do pai de Jacinto, um pouco antes de ele morrer. É com grande dificuldade que cultivam a terra, já cansada e com um terreno um pouco irregular; pensam em ter filhos, talvez cinco, que iriam ajudar muito no trabalho na roça, porém também pensam nas dificuldades em sustentá-los com a pouca terra

de que dispõem. Certo dia, a família recebe a visita de um amigo, que lhes traz um pouco de esperança quando fala sobre uma carta que recebeu de seu irmão, que foi para o Brasil e conseguiu comprar 50 hectares com a venda dos 10 hectares que tinha na Itália. Na carta, também dizia que se sentiam muito felizes, que a comida era farta e boa, e que a terra era muito fértil, bastando apenas limpar o mato, queimar e plantar.

Após uma breve conversa, Jacinto e Dora decidem tentar a sorte no Brasil. Depois de vender a sua terra, partem para o Brasil. No Brasil, instalam-se na colônia Caxias, no estado do Rio Grande do Sul. Logo gostaram do local, pois sentiram grande afinidade com o clima e com as famílias que já ali moravam, boa parte imigrantes italianos. Adquiriram, então, 35 hectares de terra, pagando parte com o dinheiro que trouxeram da Itália e financiando a outra parte para pagar com a produção.

A história, a partir daí, se repete para quase todos que ali se estabeleceram, ou seja, desbravaram as matas, plantaram e tiveram muitos filhos, com quem tiveram que repartir a propriedade diversas vezes. Dos 10 filhos de Jacinto e Dora, cinco permaneceram nas terras herdadas pelos pais, os outros cinco resolveram seguir o exemplo dos pais e emigraram para o Oeste de Santa Catarina, principalmente para a região do Vale do Rio do Peixe, na localidade de Barra do Leão, hoje município de Erval Velho, atraídos pela propaganda de empresas de colonização, com a promessa de terra fértil e facilidades de pagamento, sendo esse feito através de produtos. Novamente a história se repete: casamento, filhos, desmembramento da propriedade e migração. Um dos descendentes desses Basquera, chamado Esgualdino Basquera, casa com Elza Fávero, com quem tem oito filhos. Ela também descendente de imigrantes italianos e tem a história e trajetória de vida muito parecidas com a do marido. Eles se deslocam para Faxinal dos Guedes, no mesmo estado de Santa Catarina.

Nesse local, que recém tinha se emancipado, adquirem terras na comunidade que se chamava, à época, de Burro Magro, e hoje se denomina Nova Sarandi. Ali começa tudo de novo; já se está na década de 1970, e o êxodo rural é muito forte. Mais uma vez, a velha história da divisão da terra. O problema é que o número de filhos homens é muito grande (seis homens e duas mulheres), não tendo terra suficiente para dividir com todos. Como a família não consegue o suficiente para a reprodução do capital e a aquisição de terras para os outros filhos, resolve não migrar. Os filhos crescem e a necessidade de aumentar a renda para sustentar a todos também cresce.

Já no ano de 2000, seu filho mais velho está com 35 anos, e o mais novo, com 18 anos, quando surge a notícia de que uma empresa, que se localiza a menos de cinco quilômetros dali, precisa de mais funcionários e que o salário pago pode atingir 1,5 salários mensais, o que

representa bem mais do que a renda média mensal de toda a família. Sem hesitar, Esgualdino resolve incentivar os filhos a trabalharem na empresa, e eles se tornam o que se conhece por colonos-operários. Depois de um ano, o salário que resulta do trabalho dos três filhos que estão na empresa é suficiente para sustentar a família sem mexer no lucro conseguido na safra daquele ano. O dinheiro da safra vai ser usado para quê? Pode-se imaginar várias possibilidades, desde tentar comprar mais terras até dar de entrada em um automóvel, mas suponha-se que a família decidiu usar para reformar a casa, deixando para comprar o carro no próximo ano.

Observa-se, então, que a situação de vida daquela família melhorou significativamente. Agora, se imagina que os filhos casam e passam a morar na própria gleba, repartindo entre si a terra dos pais, e que, com a morte deles, se vêm obrigados a sustentarem-se sozinhos.

Será que eles deixarão de ser colonos-operários para voltarem a ser apenas colonos? Ou será que vão continuar o assalariamento? Se continuarem o assalariamento, com o tempo serão apenas operários? Mas se continuarem a produzir na propriedade, estarão realizando trabalho pluriativo? E se algum dia tiverem que escolher entre o trabalho assalariado e o agrícola, qual escolheriam?

Diante dessas indagações, se inicialmente escolhessem o trabalho assalariado continuariam a morar na “colônia”, mas deixariam de ser colonos e seriam apenas “operários”? Pode-se considerar também a possibilidade de estes escolherem o trabalho na terra. Conseguiriam eles viverem agora somente do trabalho agrícola, depois de ter experimentado a vida de um assalariado?

É claro que essa é apenas uma *viagem* pela imaginação, mas algo parecido pode ter acontecido com muitas famílias, e isso também é motivo de preocupação neste estudo. De outro modo, qual o futuro desses colonos-operários, social e economicamente, e qual o futuro da agricultura familiar no Brasil?

Volta-se ao tema da pluriatividade, e pode-se tentar agora responder à pergunta inicial do subtítulo, arriscando dizer que a pluriatividade não é para sempre. A partir do momento em que se entende por pluriatividade o conjunto de atividades que mescla o trabalho agrícola com outro não-agrícola, neste caso o industrial-assalariado. Quando o colono passa a trabalhar na atividade assalariada e não consegue mais manter um padrão de vida sem este tipo de trabalho, e o salário se torna a principal fonte de renda da família, ele passa a ser um operário, e não mais um colono. Então, se deixa de chamá-lo de colono-operário, pois sua autonomia econômica passa a ser dependente do salário, assim como a garantia da reprodução familiar



para as gerações futuras, com todos os bens materiais que porventura a família adquira.

Em outra análise hipotética, quando o colono-operário deixa de lado a atividade assalariada e volta a se dedicar apenas à atividade agrícola, por ter acumulado certo capital usando o salário e agora pode voltar a viver apenas de sua antiga atividade, ou por ter se cansado, ou por causas salariais e tantas outras, também deixa de ser pluriativo. Agora, passa a depender apenas e novamente de seus ganhos com a atividade agrícola.

Até mesmo quando o colono-operário abandona de vez a atividade agrícola, arrendando suas terras, e apenas morando na casa dentro da propriedade, ele estará deixando de lado sua condição de pluriativo para se dedicar inteiramente a sua condição de proletário; palavras parecidas, com interpretações diferentes.

Porém, analisando famílias de colonos, em entrevistas ao longo do trabalho de campo, pôde-se constatar que existem colonos-operários (pluriativos) que se mantêm na atividade assalariada (não necessariamente dentro da comunidade estudada, mas em outras do município) e agrícola há mais de 50 anos, passando de geração para geração a condição de se manter em uma das duas atividades sem grande prejuízo de sua condição econômica.

Pode-se intuir, portanto, que a pluriatividade pode ser para sempre, mas a condição de pluriativo de uma família pode variar de caso para caso, podendo algumas famílias deixar a condição de pluriativos ou para serem apenas assalariados, ou para voltarem a ser apenas colonos e, em outros casos, conciliando as duas atividades distintas durante longos anos.

Dentro dessa discussão da permanência ou não do indivíduo como pluriativo, tem-se também a discussão da permanência ou não da condição de colono-operário, já que um indivíduo pode deixar de ser colono-operário e não deixar de ser pluriativo, pois pode continuar a exercer, agora em sua própria propriedade, atividades fora do ramo agrícola.

Não se pode descartar, então, a hipótese de um colono-operário deixar de sê-lo e voltar à condição de apenas colono ou, ao contrário, um indivíduo pode também deixar definitivamente de ser colono e passar a ser exclusivamente operário.

Apenas para ilustrar um exemplo curioso da dificuldade de entender a questão da permanência ou não de um indivíduo como colono-operário é que, enquanto se fazia o trabalho de campo, um dos entrevistados, respondendo à pergunta sobre os planos para o futuro, disse que trabalharia mais um tempo na empresa e depois se dedicaria à criação de aves em sua propriedade. Foi curioso o fato de, durante a redação deste trabalho, ficar-se sabendo que esse indivíduo havia saído da empresa e estava se dedicando à construção de um galinheiro. Outro ocorrido foi que enquanto entrevistava-se um colono-operário jovem, que ainda morava na casa dos pais, outro membro desta família estava fazendo uma visita aos pais e disse que ele

havia saído de casa para trabalhar em uma empresa e morar na vila circundante, deixando definitivamente de ser colono, condição de que não sentia falta.

Procurou-se tratar aqui da questão da pluriatividade, discutindo mais precisamente a condição de colono-operário e a questão da agricultura familiar no Brasil, e foi possível fazer algumas indagações acerca das mudanças ocorridas com o advento da pluriatividade no campo brasileiro.

Todas essas discussões serão feitas, então de maneira mais concreta, no próximo capítulo, que tratará exclusivamente do tema colonos-operários e pluriatividade no município de Faxinal dos Guedes, como estudo de caso para o Oeste de Santa Catarina.

### 3.8 Futuro de mudanças no campo

Este é o título de uma reportagem veiculada no dia 18 de dezembro de 2006 no jornal *A Notícia*<sup>96</sup>. Segundo o texto, o envelhecimento da população e a substituição das atividades econômicas são tendências em Santa Catarina. A primeira parte do texto dá o seguinte destaque: “Até 2015, o campo catarinense vai sofrer uma profunda transformação. Com o êxodo rural, haverá o envelhecimento da população e uma concentração de atividades agrícolas que demandam maiores investimentos e terras”.

Com relação ao envelhecimento da população, vários estudos já foram feitos. Os jovens estão abandonando o campo cada vez mais cedo, a maioria para trabalhar em outra atividade, geralmente assalariada. No caso das mulheres, geralmente sem perspectivas de uma vida melhor, até mesmo pelo fato de raramente terem direito à herança de família, saem para poder estudar e trabalhar, com a esperança de melhorar sua condição financeira. O levantamento agropecuário catarinense de 2006 demonstrou que 27 mil, das 187 mil propriedades agrícolas do estado não têm sucessores, isto é, homens e mulheres com menos de trinta anos. Isso faz com que, em pouco tempo, essas propriedades sejam abandonadas ou adquiridas por outrem.

A concentração de atividades agrícolas que demandam maiores investimentos e terras é caracterizada pela agricultura comercial extensiva, sendo que os lucros somente aparecem com a produção em grandes extensões.

A reportagem também fala sobre a substituição de atividades econômicas no campo,

---

<sup>96</sup> Jornal *A Notícia*. Joinville, 18 set., 2006, p. 10.

caracterizadas pela substituição das atividades tradicionais por outras de maior valor agregado. Por exemplo, a produção de flores de espécies exóticas, para a comercialização da madeira (eucalipto, pinus eliotis, acácia negra etc.); o turismo; a industrialização de produtos coloniais, entre outros. Essa substituição está acarretando uma mudança também de comportamento, levando alguns agricultores a investir na tecnologia e na especialização, tanto da atividade como de pessoal, assim como proporciona um aumento do número de pessoas empregadas no setor produtivo na agricultura.

Os estudos traçam também as perspectivas para o futuro no campo, dizendo que a tendência é o aumento de geradores de serviços na área de turismo e na preservação da água e do ar, atividades que demandam ainda mais mão-de-obra especializada e conhecimento. A tendência também seria de pessoas mais jovens e com oportunidades de trabalho e renda.

É verdade que, por enquanto, são somente tendências, porém algumas experiências já se fazem realidade. Uma delas é a especialização da produção, o que faz com que alguns jovens tomem as rédeas da propriedade dos pais e mudem a maneira de se produzir e gerar riquezas. Isso fica bem visível quando no trabalho de campo um entrevistado, mostrou que, em pelo menos três das dez famílias entrevistadas, entre os planos para o futuro está a construção de unidades de produção junto a propriedade do pai, para ele mesmo administrar.

Outro fenômeno que vem aumentando nos últimos anos, e que também foi constatado nos trabalhos de campo, é a tendência de se construir espaços rurais que servirão de “sítios ou chácaras de fim de semana”, em que famílias urbanas, principalmente de classe média, adquirem pequenas propriedades ou partes delas para construir um espaço familiar com o intuito de passar os finais de semana. Até mesmo quando proprietários rurais decidem ou decidiram mudar-se para a cidade, mas mantêm na sua antiga morada, na área rural, a casa, o açude, os pequenos animais, geralmente com a presença de um “caseiro” ou capataz para cuidar do local durante a semana, sendo que os caseiros geralmente são os antigos moradores e proprietários da terra. Existem ainda aqueles que as utilizam como local de moradia fixa, geralmente pela proximidade com a cidade. Esse fenômeno pode estar sendo causado por diversos fatores, e essa reconstrução de valores camponeses busca expressar características do modo de vida rural em contraposição aos valores urbanos, colocando-se em relevo noções positivas do mundo camponês em relação ao tempo, ao espaço, ao trabalho e à sociabilidade.

Esses valores culturais típicos do mundo rural, que pareciam estar em vias de extinção, podem estar associados a visões românticas, como o silêncio, o contato com a natureza, o sentido de preservação da natureza como se estivesse fazendo a sua parte, ou pode ter também um sentimento saudosista de retorno ao rural depois de ter passado um tempo na cidade. Esses

sítios ou chácaras geralmente são usados para a pequena produção de hortifrutigranjeiros, pequenos animais (peixes, aves) ou até mesmo para o reflorestamento com espécies nativas ou exóticas.

Esse “neo-rural” ou “novo rural” pode ter interferências no modo de vida das comunidades onde estão inseridos, surtindo um relacionamento diferente entre os moradores temporários e os antigos moradores, que tanto pode ser amistoso como podem surgir conflitos de visões de mundo muitas vezes diferentes, sendo que:

Essas novas atividades rurais, altamente intensivas e de pequena escala, adquirem [...] um status privilegiado na medida em que propiciam novas oportunidades para o conjunto de pequenos produtores, que, segundo este ponto de vista, já não se pode chamar de agricultores ou pecuaristas; e que muitas vezes nem são produtores familiares, uma vez que a maioria dos membros da família está ocupada em outras atividades não-agrícolas e/ou urbanas<sup>97</sup>.

Esses espaços rurais, então, podem ser usados tanto como uma alternativa para uma melhor qualidade de vida, uma mudança no modelo produtivo ou a visão da ruralidade como um bem coletivo, não apenas como um local de habitação, quanto como um patrimônio ambiental a ser preservado, limitando, assim, as atividades que venham a degradar seus recursos.

A relação existente aqui com a questão da pluriatividade é visível a partir do momento em que essas novas relações no mundo rural surgem, muitas vezes, já pluriativas, mesclando atividades típicas do meio rural, como a pequena pecuária e a lavoura de subsistência, com atividades típicas do meio urbano, já exercidas pelos “novos proprietários”.

Outra análise que pode ser feita, a partir dessa discussão, é a das famílias de colonos-operários onde os filhos que casam e passam a morar no mesmo espaço rural da família, construindo suas casas, cercando o lote e deixando de lado boa parte da atividade agrícola, estão usando do espaço rural como se fosse um sítio ou uma chacara. Se a tendência de aumento do número de colonos-operários for confirmada, pode-se ter um novo tipo de família rural, que se arrisca chamar apenas de “morador rural”.

Verifica-se, então, que a classe média urbana influencia constantemente no mundo rural, modificando ou transformando seus espaços, tanto com novos modelos produtivos como com novas maneiras de se relacionar com o meio.

Todas essas discussões acerca da pluriatividade e agricultura familiar demonstram que

---

<sup>97</sup> STRAPASOLAS. Op. cit. p. 64.

estamos frente a uma transformação do modo de vida das famílias do meio rural, sobretudo nas pequenas propriedades de cunho familiar, onde atividades antes típicas do meio urbano, como o trabalho assalariado em indústrias, estão se tornando atividades de certa forma comuns. Essas mudanças em curso no meio rural brasileiro, e sobretudo no Sul do Brasil, estão transformando o modo de vida das famílias, principalmente no meio rural, mas com interferência também no meio urbano.

As informações aqui discutidas servirão como munição para a discussão do último capítulo, que vai tratar diretamente dos colonos-operários do Oeste de Santa Catarina, analisando o caso do município de Faxinal dos Guedes.

## 4 OS COLONOS DO PAPEL E O PAPEL DOS COLONOS EM UM CENÁRIO DE MUDANÇAS

Este último capítulo objetiva analisar os colonos-operários do Oeste de Santa Catarina, tendo como estudo de caso o município de Faxinal dos Guedes. A intenção é caracterizá-los, buscando entender toda a conjuntura que cerca esse tipo de trabalho, assim como discutir a situação econômica e social desses trabalhadores e de suas famílias, as relações sociais dentro da comunidade e dentro da empresa e também discutir a pluriatividade e suas peculiaridades na região.

As pessoas entrevistadas e aqui citadas são moradores, na sua maioria, da comunidade de Nova Sarandi, no município de Faxinal dos Guedes, porém alguns são moradores de outras localidades, principalmente dos arredores do distrito de Barra Grande, interior do município supracitado e onde se localiza uma grande empresa de produção de papel e derivados, também objeto deste estudo.

A comunidade de Nova Sarandi, conforme já elucidado no segundo capítulo, é caracterizada como uma região de terreno acidentado, com um longo vale que pode ser cultivado mecanicamente, abundância de água corrente. Na maioria das propriedades prevalece a exploração familiar da terra e as propriedades geralmente se caracterizam por terem uma área relativamente grande de lavoura extensiva, uma área média de campo para a prática da pecuária do leite e, em algumas propriedades, existe a prática da suinocultura ou da avicultura. Além disso, observa-se o caso de duas famílias que exercem uma outra forma de atividade pluriativa, sendo que uma é proprietária de uma unidade de fabricação de embutidos, junto à residência, e outra de uma instalação para empacotamento de leite, que é comercializado através de uma cooperativa local.

### 4.1 Que tipo de colono se assalaria?

Diferentemente do que possa parecer, o colono que se assalaria não é somente o colono descapitalizado, sem terra<sup>98</sup> ou com pouca terra e poucas opções. Constatou-se, neste estudo, que o colono que se assalaria é também aquele jovem com ensino médio completo,

---

<sup>98</sup> Cujas famílias trabalham em terra arrendada ou como agregado.

cuja família é proprietária de quantidade considerável de terra<sup>99</sup> ou com terra suficiente para proporcionar vida digna aos seus familiares. O assalariamento atinge quase todas as classes de proprietários de terras e de níveis de estudo. E quando se fala em quantidade de terra e salário, é preciso fazer as contas de quanto representa em salário a quantidade de terra e a produtividade desta; atinge quase todas as idades em tempo de trabalho, mas principalmente os jovens. Desse modo, que tipo de colono se submete ao trabalho assalariado em uma empresa e qual sua atitude com relação ao trabalho na lavoura? Claro que essa pergunta é bastante ampla e vamos tentar respondê-la em partes.

Para começar, pode-se dizer que o colono que se assalaria é aquele que sente alguma necessidade, nem sempre dificuldades econômicas, como dizem alguns ao afirmarem que “na roça tá difícil, quase não dá pra sobreviver”, mas necessidades específicas, como, por exemplo, a necessidade de melhorar a renda da família, de adquirir um carro, ou, como diz M.P.<sup>100</sup>,

[...] “pagar as contas que o pai deixou, ou até a necessidade de acompanhar os avanços e os luxos do capitalismo, comprando a televisão colorida, a antena parabólica, o carro mais moderno e outros “souvenires” da vida moderna e que aparentemente, até pouco tempo, era “coisa da cidade”, sendo o colono visto sempre como uma classe de “grosso e atrasado”.

Isso tudo pode ser melhor explicado pegando o exemplo no que diz Schorner, de que:

“Esses trabalhadores contrariam a tese de Singer que sustenta que constituem o proletariado todos aqueles que, não tendo meios próprios de vida, são obrigados a se submeter aos desígnios dos que têm meios de pagar um preço adequado pela sua capacidade de trabalho”<sup>101</sup>.

Conforme diz Singer, na citação de Schorner, todos os que não tivessem condições de se sustentar com o próprio trabalho teriam que se submeter ao trabalho assalariado, porém o que se vê aqui é que, independentemente de poder ou não se sustentar como colonos, muitas vezes optam assim mesmo pelo trabalho assalariado, não com o ímpeto apenas de se sustentar, mas de ter a possibilidade de um ganho a mais para a família ou para si próprios.

Toda vez que se indagou sobre a escolha dos colonos pelo assalariamento, a primeira resposta dos entrevistados foi com relação às dificuldades financeiras e à falta de futuro na

<sup>99</sup> Das 10 famílias entrevistadas, a maior parte delas (80%) possui mais de 50 hectares de terra; portanto, acima da média da região, que é de 25 hectares.

<sup>100</sup> Por opção do entrevistado, usamos iniciais fictícias.

<sup>101</sup> SCHORNER, Anselmo. *O Arco-Íris encoberto*. Jaraguá do Sul, o trabalho e a história: operários, colonos, colonos-operários e faccionistas. Joinville: Oficina Comunicações, 2000, p. 96.

terra. Isso não é peculiaridade somente deste estudo de caso. Pode-se observar que as mesmas respostas foram dadas em estudos semelhantes, como no caso de Tedesco sobre os ateliês industriais no meio rural, feito no Rio Grande do Sul. Segundo ele, “quando se fez a indagação sobre os motivos que levaram os colonos a optar pela atividade de confecção, primeiramente veio à tona a necessidade de dinheiro e a pouca perspectiva de vida na agricultura”. Vê-se aí que a realidade é regional, e não local, e que as respostas se assemelham. Porém, como foi dito acima, o que se observou nas casas desses colonos-operários nem sempre foi uma necessidade explícita de dinheiro, ou seja, a família viveria de certa forma confortável sem esta renda extra; logo, se pode desconfiar de uma decisão dentro do grupo familiar e com vistas ao acúmulo de capital e aquisição de bens de consumo, típicas das classes médias urbanas, sendo que estas famílias passam agora a abandonar, aos poucos, a vida na “comunidade” para viver a vida na “sociedade”.

Talvez essas sejam, resumidamente, as principais razões que fazem essas pessoas procurarem a atividade assalariada, mas existem muitas outras pequenas razões peculiares a cada caso, que se tenta desvendar no decorrer desta pesquisa.

#### 4.2 Os jovens colonos-operários

Desde alguns anos, o jovem brasileiro vem enfrentando dificuldades para entrar no mercado de trabalho. Isso se deve a fatores como a falta de experiência e de qualificação, entre outros. Mas quando se fala de jovens colonos que procuram o mercado de trabalho, a realidade é outra, posto que existe um grande interesse das empresas nesse tipo de funcionário, mesmo sem experiência e qualificação.

A realidade encontrada neste estudo revela que o interesse da empresa se deve ao fato de que os colonos ainda são considerados trabalhadores incansáveis e muito apegados à questão do compromisso com o trabalho, como diz o gerente da empresa Bragagnolo, quando afirma que “se nós pudesse contratar só filho de agricultor, assim, só filho de colono, a vantagem seria grande” e reafirma a questão do comportamento do colono quando salienta que “ele é mais flexível, mais responsável, tem mais vontade de trabalhar”<sup>102</sup>. Outra questão que o entrevistado deixa claro é quando fala “o filho”; com isso, ele quer dizer que a maioria dos colonos-operários que trabalha na empresa é jovem, ou seja, “os filhos dos colonos de meia idade”.

Outra questão a ser levada em consideração é que esses jovens não tem apenas o

---

<sup>102</sup> Aniltom Camilotti, gerente da empresa Avelino Bragagnolo S.A., há mais de 15 anos.



costume de trabalhar, como a maioria dos jovens que cresce no meio rural, mas a questão de que o corpo também é preparado para o trabalho, juntamente com a mente. Na maioria dos casos, como se pode ver na tabela abaixo, quem trabalha na empresa são jovens com idades entre 19 e 32 anos<sup>103</sup>, sem filhos, com segundo grau completo, moram com os pais, na maioria do sexo masculino (80% dos entrevistados) e que tem seus pais ou outros irmãos, mas geralmente os pais trabalham na atividade agrícola. São esses jovens que passam a ser preferidos pela empresa em questão e por outras que empregam colonos.

---

<sup>103</sup> Existem casos, porém, de pessoas acima dessa idade, mas não é regra e são casos esparsos. Entretanto, não foram entrevistados.

Tabela 1 – Síntese dos aspectos em torno do tema das famílias entrevistadas:<sup>104</sup>

Nome	Idade	Profissão	Estado civil	Filhos	Mora com	Grau de escol.	Planos para o futuro	O
Claudio Rech	30	Agricultor/eletricista	Solteiro	Não	Pais	2°. Grau completo	Ficar na empresa e melhorar o cargo	M
Ademir Rech	32	Agricultor e encarregado do setor	Solteiro	Não	Pais	2°. Grau completo	Ficar mais um tempo na empresa, adquirir terra e investir na terra	M
Marlei T. Gubert	19	Agricultora e clichérista	Casada	Não	Pais e marido	2°. Grau completo	Ficar na empresa	
Tiago Gubert	19	Agricultor e operador	Casado	Não	Sogro	2°. Grau completo	Ficar na empresa	
Everaldo Rech	32	Agricultor e operador de impressora	Solteiro	Não	Mãe e irmãos	2°. Grau completo	Pagar as contas e continuar nos dois ofícios	
Elizangela Rech	26	Conferente de carregamento	Solteira	Não	Mãe e irmão	2°. Grau completo	Pagar as contas e continuar nos dois ofícios	
Clovis Bergamaschi	25	Agricultor e operador de cabeçote	Casado	1	Esposa, (vizinho dos pais)	3°. Grau incompleto	Ficar na empresa até construir capital e depois investir na terra	
Alessandro Sperotto	23	Agricultor e operador de ondulateira	Solteiro	Não	Pais	2°. Grau completo	Ficar na empresa mas não sair da propriedade	
Dirceu Belaver	32	Agricultor e ajudante de produção <sup>106</sup> .	Casado	1	Esposa	Técnico agrícola (2°. grau)	Sair da empresa e construir aviário	

<sup>104</sup> Os dados referentes à renda da família foram aproveitados das entrevistas e são depoimentos dos entrevistados.

<sup>105</sup> O próprio entrevistado diz que a maior parte da renda vem da empresa ,por-que é uma renda sem obrigação de reinvestimento

<sup>106</sup> Saiu da empresa dias depois da entrevista, e está construindo um aviário em sociedade com o pai.

Pode-se explicar isso de várias maneiras. Uma das explicações pode ser o fato de que, como diz Ademir Rech, “a terra é pouca e a tecnologia melhorou muito”; quer dizer, a terra não seria pouca se a tecnologia não tivesse evoluído, pois aí precisaria de muito mais mão-de-obra. A primeira explicação, então, é o avanço da tecnologia aliada à monocultura, pois na terra da família em questão se cultivava apenas soja ou milho, assim como na maioria das médias e grandes propriedades, conforme a rotação de culturas. Então, com a melhora da tecnologia e a prática monocultora, os pais ainda em idade de trabalhar, ou um dos irmãos, podem dar conta do trabalho na agricultura, liberando a mão-de-obra excedente para o trabalho assalariado, o que pode aumentar a renda da família e dar uma alternativa de profissionalização aos filhos. Porém, devemos questionar sobre o modelo de produção dessa propriedade, que poderia ser melhor aproveitado se fosse voltado para a agricultura familiar. Se assim fosse, haveria a diversificação da produtividade, com considerável aumento de alternativas de renda e maior envolvimento dos membros da família nas atividades, já que o modelo de produção utilizado nesse caso, onde se paga para plantar e para colher, pode ser utilizado com mais lucratividade pelos grandes proprietários.

Outra explicação possível é o fato de que, no caso da família ter pouca terra, ou terra com grande parte imprópria para a prática agrícola, esta pode optar por uma agricultura alternativa, como a integração com agroindústrias para a criação de suínos ou aves, ou ainda pode optar pela atividade leiteira, liberando alguns membros da família para o assalariamento.

A questão da divisão da terra também pode ser importante, pois, tradicionalmente, em famílias de origem européia (geralmente germânica ou italiana), o costume é o “minorato” ou a “ultimogenitura”, em que toda a herança, ou a maior parte dela, é deixada para o filho mais novo e, mesmo em caso de divisão da terra entre todos os filhos, geralmente o mais novo, ou o último a casar, fica mais tempo na casa dos pais, “cuidando” dos mesmos, e fica com a maior parte da terra. O que resta para os demais, com pouca terra ou mesmo sem ela, seria o assalariamento total, com o abandono da atividade agrícola ou a procura pela atividade assalariada, sem abandonar a atividade agrícola, dando espaço ao que podemos chamar de colono-operário. Essa situação ocorre diante da quase impossibilidade de um camponês comprar terras para todos os filhos ou, no caso de poder comprar, estas podem não ser suficientes então para a redivisão entre os seus filhos.

A explicação acima, porém, ainda não é definitiva, pois a significância no que concerne à quantidade de terra é relativa, ou seja, para a produção de leite em 10 hectares, o produtor tem a mesma produtividade de um hectare de fumo. A diferença é que o lucro do

leite é mensal e a do fumo é anual<sup>107</sup>. O mesmo serve para outras atividades, nas quais a proporção de terra depende do tipo de produção e das condições e conhecimentos técnicos da família.

Ainda podem haver casos em que a atividade agrícola é inviável, devido a vários fatores, como a irregularidade do terreno ou a sua improdutividade, o que pode inviabilizar a atividade agrícola, não havendo alternativa imediata a não ser o assalariamento, com os pais ou um de seus membros ficando com a atividade doméstica.

Em alguns casos, pode haver também a dupla jornada de trabalho, a qual é aplicável apenas para os mais jovens, que conseguem suportar as duas atividades, devido à flexibilidade de horários na empresa, ou seja, os horários da empresa permitem que, em certos dias da semana, as horas de folga se dêem durante o dia, o que permitiria cultivar a terra, ficando para os mais velhos os afazeres domésticos e o trato com os animais.

Não se pode descartar a hipótese de as empresas selecionarem de tal forma seus funcionários de modo a não aceitar em seu quadro pessoas acima de certa idade, devido à natureza dos serviços (muito pesados ou insalubres). Ainda, existe a questão da facilidade de aprendizagem, analisada por Tedesco em estudo sobre os colonos operários do ramo calçadista no Rio Grande do Sul, quando escreve que “[...] os ateliês de costura também se vinculam mais aos jovens, trabalha-se mais com eles, sobretudo pela maior facilidade de aprendizagem e adaptação às inovações”. E completa dizendo que, com relação aos velhos, estes, “além de sua difícil inserção no espaço de trabalho urbano, estão sendo preteridos pelos expoentes do capital inseridos no espaço rural”<sup>108</sup>. Mesmo sabendo que são realidades diferentes, pode-se fazer uma relação bem interessante entre as duas. No caso dos jovens, entendemos ser uma realidade não só nesse tipo de trabalho (colono-operário), mas assim como em quase todos atualmente; e com relação aos velhos, tanto nos ateliês rurais, realidade estudada por Tedesco, como entre os colonos-operários, além de não ter a preferência das empresas, geralmente são mandados para a cidade ou habitam uma casa próxima dos filhos e cuidam de atividades mais leves.

Um dos entrevistados tem formação de técnico agrícola e quando questionado, na época da pesquisa, sobre os planos para o futuro, respondeu que seu plano era sair da empresa e construir um aviário, o que de fato ocorreu no decorrer da pesquisa, sendo que hoje já se encontra com o aviário construído e em pleno funcionamento. A questão está, então, no

---

<sup>107</sup> 10 hectares para a produção de leite: renda mensal de R\$ 6.600,00, enquanto que um hectare de fumo: R\$ 4.775,48, anual. Dados obtidos junto a Epagri – Faxinal dos Guedes – SC (2006).

<sup>108</sup> TEDESCO, João Carlos. *Terra, trabalho...*, 1999, p. 119.

programa de incentivo que existe hoje, o Pronaf para técnicos agrícolas, com juro de 1% ao ano, ou seja, se tivesse esta condição na época em que se formou (há cinco anos), teria optado pelo trabalho na empresa ou teria montado seu próprio negócio logo no início.

Esse é apenas um dos exemplos, mas há muitos casos parecidos, não somente do Pronaf, como também da falta de opções para continuar na agricultura produzindo e gerando lucro para si e para a família.

Um grande problema enfrentado pelos jovens, a principal fonte de trabalho assalariado da família, é o fato de estes não terem mais espaço para estudar, pois o regime de trabalho da empresa é dividido em três turnos de oito horas cada, sendo três diferentes:

- a) 7 às 15 horas;
- b) 15 às 23 horas;
- c) 23 às 7 horas.

Esses horários não são fixos. Trabalha-se dois dias em cada horário, completando jornada de 40 horas semanais. Isso quer dizer que esses trabalhadores não dispõem de horário para estudar, principalmente no terceiro grau, que geralmente acontece durante a noite, e mesmo que fosse durante o dia, não haveria tempo hábil para tal<sup>109</sup>.

Pode-se dizer, então, que, de certa forma, os operários da empresa Bragagnolo, principalmente os jovens (não só os colonos), ficam reféns deste meio de sobrevivência ao optarem pelo trabalho na empresa e que devem estar conscientes deste fato ao fazê-lo.

A impossibilidade de continuar seus estudos pode trazer muitos problemas a esses jovens, pois, a partir disso, restam poucas opções para o futuro: ou ficam na empresa e se especializam (os que planejarem seu futuro para isso), há os que ficam e não se especializam, e por isso não vão evoluir em questões de carreira dentro da empresa; ou ainda aqueles que ficam pouco tempo, são os conhecidos “flutuantes”, perdem um tempo precioso no qual poderiam estudar, depois abandonam o trabalho assalariado, voltam para o trabalho agrícola ou se submetem a uma série de outros trabalhos assalariados, sem rumo específico.

E para a empresa, o que isso significa? Verificou-se que para a empresa o fato de esses jovens não poderem estudar tanto pode ser prejudicial como pode ser positivo. Pode ser prejudicial porque, não se especializando, podem “parar no tempo” e se acomodar como profissionais. E pode ser positivo a partir do momento em que o jovem vai ficar sem opção de carreira e se fixar na empresa, sendo fiel à mesma pela garantia do emprego e do salário a que já está habituado. Não podemos dizer, porém, que a empresa não oferece nenhuma espécie de

---

<sup>109</sup> Pois, como se pode notar na tabela 1, todos os entrevistados terminaram no mínimo o ensino médio antes de entrar na empresa, sendo que um deles chegou a iniciar o terceiro grau.

incentivo para o estudo, pois ela mantém um núcleo de estudo semipresencial em suas próprias instalações, para os que desejam terminar o ensino fundamental e o médio na forma de ensino supletivo. A dificuldade está para os que querem se especializar em um ensino superior presencial, onde os horários diferenciados não dão margem a essa prática.

Contudo, a flexibilidade dos horários pode ter sido também um incentivo para que alguns colonos procurassem o trabalho na empresa, pois, como afirma Clóvis Bergamaschi, “esse horário ajuda porque a gente tá sempre em casa”. Nota-se que o horário com três turnos diferentes pode ser positivo, a partir do momento em que quase todos os dias sobra tempo, durante o dia, para os trabalhos na agricultura. Se o horário fosse fixo e integral (das 7h às 17h 30 min, por exemplo), não haveria tempo livre para essa atividade, a não ser nos finais de semana. O problema é que, na atividade agrícola, o tempo e o clima são fundamentais para a maioria das culturas. Partindo-se dessa premissa, surge um outro problema, que é o desgaste causado pela dupla jornada de trabalho, o que pode comprometer o rendimento tanto na empresa quanto na lavoura, posto que não há tempo hábil para a devida recomposição física e até mesmo mental desses trabalhadores.

#### 4.2.1 Residir com a unidade familiar produtiva e trabalhar na indústria

Acredita-se que enquanto o ideal de grande parte dos jovens brasileiros que consegue um trabalho e renda própria é sair de casa e morar sozinho para aproveitar a juventude, livrar-se do comando dos pais para levar uma vida social mais ativa, os jovens operários parecem preferir a segurança do lar paterno ou materno (conforme o caso). Realidade visível e crescente, nos últimos anos, nas classes médias urbanas, mas de pouca evidência nas famílias rurais.

As razões que fazem com que o jovem fique morando com os pais podem ser explicadas de diversas formas e variam conforme o caso. Por exemplo, em 50% das famílias entrevistadas, os jovens operários são solteiros e moram com os pais, na mesma casa; em um destes casos, os dois irmãos moram com a mãe após o pai ter abandonado a família, ele com 32 anos e ela com 26. Segundo eles, o pai saiu de casa e deixou uma grande dívida para a família pagar, e os dois filhos se viram na obrigação de cuidar da mãe ao mesmo tempo em que trabalham na empresa e na lavoura, para pagar as contas deixadas, ou seja, é uma questão de obrigação familiar e preservação do capital (a terra). Em dois outros casos, em um deles, os

dois irmãos (homens) moram com os pais, trabalham na empresa, mas não ajudam nos afazeres agrícolas, sendo que quem faz isso são os pais e o irmão mais novo. Porém, os que trabalham na empresa, continuam morando com os pais e ainda ficam com todo o dinheiro que recebem na empresa e o usam para si próprios (uma parte investem na própria propriedade, mas com divisão de lucros). Então, por que continuam com os pais? A resposta talvez seja a segurança e tranquilidade do lar, sendo que os pais garantem a alimentação e benefícios, aliado ao fato de que, sob as custas paternas, adquiriram um automóvel para ir a cidade ou onde mais queiram, sendo que se morassem sozinhos na cidade, teriam que arcar com todos os gastos - neste sentido, atribui-se o comodismo. Logo, ao morar com os pais, tem-se, na casa, comida, roupa lavada, a segurança de um lar e, principalmente, da terra.

Não se pode esquecer, também, o fato de terem uma identificação com a natureza, com a terra, o espaço que representa a liberdade que não teriam na cidade. Nesse caso, pode-se perguntar o porquê desses jovens não estarem em um colégio agrícola se preparando para cuidar da propriedade da família, para os trabalhos da lavoura. Se os jovens dessa família estão na empresa ou em casa com os pais, certamente os que estão na casa dos pais estão sendo preparados muito mais e, inconscientemente, para trabalhar na empresa, pois este pode ser o caminho mais fácil e sem ônus para os pais.

Em um outro caso, apenas um dos filhos (o único que mora com a família) trabalha na empresa e com todo o respaldo dos pais, que o incentivaram a se assalariar. Nesse caso, também, os pais ficam com o trabalho na agricultura e o filho apenas com o trabalho na empresa, mas a diferença é que o salário do filho não fica todo com ele: é utilizado também para alguns gastos da casa, visto que a renda da lavoura somente é suficiente para sustentar a família com a alimentação. Morar com os pais é uma questão de necessidade, talvez não para a sobrevivência da família, mas para maior tranquilidade, já que a família dispõe de quantidade de terras suficiente para se manter. Então, o que faz com que esse jovem more com a família é uma questão de ajuda mútua e auxílio na renda da família. Isso pode se exemplificar com o que diz Tedesco: “É o caso também de grande parte dos jovens e/ou adolescentes que trabalham na cidade entregarem o dinheiro do mês para a mãe, ou então, em menor proporção, para o pai (para a mãe é para prover o alimento; para o pai, para guardar ou ajudar na lavoura)”<sup>110</sup>.

Em um outro caso ainda, tem-se um jovem casal, ela com 22 anos, ele com 19 anos, que trabalham como assalariados na empresa e moram na mesma casa dos pais dela.

---

<sup>110</sup> TEDESCO, J. C. Terra, trabalho..., p. 115.

Interrogados sobre essa questão, responderam que era mais fácil para eles e para os pais dela, já que eles se ajudam: enquanto os pais garantem a alimentação, eles compram os móveis para dentro de casa e têm planos para aquisição de um automóvel para a família, de uso em comum. Aí se tem a junção da comodidade dos jovens com a tranquilidade dos pais, que deixam de se preocupar com a aquisição de capital e com o sustento da filha, que agora tem renda própria.

Morar com os pais, então, pode ter as mais variadas razões, que vão da segurança do lar, o aconchego da família, à possibilidade de adquirir bens de consumo, economia, comodidade, garantia do direito à terra e, mais tarde, à herança, a necessidade econômica, entre outras. Esquece-se, porém, dos projetos em longo prazo, como o estudo ou a garantia de um pedaço de terra para os filhos, netos, entre outros.

A situação proposta ainda pode gerar algo a mais para a empresa, pois a relação autoritária dos pais, principalmente os de origem italiana, pode fazer com que os filhos sejam também obedientes na empresa, o que é ótimo para a empresa e é visto como uma virtude.

A terra ainda é considerada um bem da família e, por isso, não pode ser vendida, a não ser em caso de extrema necessidade. Ela não é considerada mercadoria, mas onde todos têm o direito de morar. O problema é que somente alguns, geralmente são homens, ou aqueles que continuam com os pais depois do casamento ou mesmo solteiros, ganham este direito e continuam cultivando-a.

Em todos esses casos existe a discussão da preparação dos jovens para a vocação agrícola, pois se ninguém os preparou (poder público, escola, pais...), certamente não terão incentivo algum para continuar na lavoura.

Para as famílias de agricultores de Nova Sarandi, assim como pode ocorrer com outras tantas comunidades rurais, a propriedade pode ser muito mais do que um lugar para morar, trabalhar e ganhar dinheiro; é um lugar para “viver a terra”. Ela tem uma história familiar, pois os pais migraram de Sarandi, no Rio Grande do Sul (em sua maioria), e fundaram ali a “Nova Sarandi”. Também ali há os amigos, parentes. Pode-se ainda questionar se os mesmos tivessem a garantia do mesmo salário em Chapecó, ou até em São Paulo ou outro lugar qualquer, e perdessem os laços familiares e sociais, eles iriam? Talvez, e certamente na maioria dos casos, a resposta seria “não”, pois essa ligação, de certa forma “romântica” com o local onde seus pais moram e onde cresceram, foi marcante na vida dessas pessoas.



### 4.3 Especializar-se em que?

A profissão é algo que se aprende a fazer e em que as pessoas se especializam com o passar do tempo.

Não se pode esquecer que a palavra agricultura significa, então: “cultivar a terra”, e este cultivar a terra não significa somente explorar a terra, mas cultivá-la de maneira a repor todos os nutrientes que dela foram retirados, que conhecemos como biomassa. Esse é o cultivo não só do produto, mas também da terra, é que faz do colono um “agri-cultor”, no verdadeiro sentido da palavra, ou seja, aquele que cultiva e cuida da terra.

Conforme Seyferth<sup>111</sup>, “a categoria colono-operário, aparentemente é pensada a partir da ocupação principal da pessoa que é rotulada por ela”. O que Seyferth quer dizer é que, na condição de colono-operário, ele trabalharia oito horas como operário e apenas em torno de quatro horas como colono; então, a sua ocupação principal é como operário e a sua ocupação complementar é como colono. Seyferth complementa afirmando que muitos colonos são, na verdade, apenas o que na Europa se convencionou chamar de *five o'clock farmers* (trabalho só depois das cinco horas), isto é, um indivíduo que trabalha mais tempo como operário do que na sua propriedade agrícola.

Uma grande curiosidade percebida nas entrevistas é com relação a isso, pois, quando questionados sobre suas profissões, os entrevistados disseram ter duas profissões, ou seja, aquela aprendida na casa dos pais, de agricultor, e a nova profissão ou função, aprendida com o trabalho na empresa.

A preocupação em admitir as duas profissões pode ser explicada pelo fato de que isso pode representar uma maior segurança e de que as duas são importantes para a sua manutenção econômica, ou seja, uma pode ser o complemento da outra e se tornar um diferencial frente aos outros funcionários que, na maioria das vezes, sabem apenas uma profissão ou ofício, que é o trabalho da empresa. Ser colono na sociedade de hoje pode ter vários significados, desde o *status* de proprietário de terras até alguém que não desfruta dos avanços da sociedade moderna e, por isso, é rejeitado pela sociedade urbana. Também se pode entender que, como ele ainda trabalha na agricultura, esta faz parte da sua vida, na qual destina uma parte de seu tempo - apesar de ser menor do que o tempo na empresa é o que lhe

---

<sup>111</sup> SEYFERT, Giralda. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudanças. São Paulo, *Revista do Museu Nacional*, Nova Série, vol. XXIX, 1983/1984, p. 80.

dá a segurança da garantia da alimentação e um lugar para morar.

Mesmo os que dizem não ajudar mais em nada no trabalho da agricultura, e que apenas moram com os pais, se dizem agricultores de profissão, pois, para eles, ainda existe no imaginário de que uma vez trabalhador na agricultura, sempre agricultor, e uma vez que moram no meio rural, mesmo não trabalhando a terra, ainda assim seriam agricultores, pois assim são conhecidos, sem esquecer o gosto pelo contato com a natureza e a liberdade descrita anteriormente.

Outra questão importante é a de que, entre os colonos-operários entrevistados, tem-se um que chegou a uma função de chefia (encarregado de setor) e outro que se tornou eletricitista<sup>112</sup>, sendo que os demais são operadores, ou seja, trabalham em máquinas de produção, e uma é “conferente de carregamento”. Isso significa que, apesar de todos terem certo grau de estudo, poucos tiveram chances de alcançar um cargo mais elevado, cargos estes que vão sendo distribuídos entre os mais experientes dentro da empresa, e os colonos, por terem pouco tempo na empresa<sup>113</sup>, ainda não tiveram a sua chance.

Mas o que querem expor, então, quando dizem ter as duas profissões? Talvez a melhor explicação seja: quando na empresa, são operários e profissionais daquela máquina ou daquele setor, e quando em casa, são agricultores dividindo bem os seus afazeres e dando igualdade de importância aos dois, pois, na maioria das vezes, dependem dos dois para viver.

#### 4.4 Os rendimentos familiares

O objetivo, aqui, é entender como é feita a divisão da renda da família, de onde vem a maior parte desta renda, assim como o que é feito com cada uma das partes.

Primeiramente, cabe destacar que existe uma grande diferença entre o tipo de renda da agricultura e a do trabalho assalariado. A renda da agricultura é sazonal e depende das mais diferentes variantes, como o clima e o mercado, podendo aumentar ou diminuir, considerando ainda que as famílias de agricultores têm o costume de juntar o dinheiro em um só monte, geralmente com o pai, não dividindo com os filhos ou com a esposa, que recebe apenas a quantia necessária para as compras do mês. Já a renda proveniente do trabalho assalariado é

---

<sup>112</sup> Ele disse, em entrevista, que fez curso de eletricitista no Senai por incentivo da própria empresa e que sua pretensão é ficar na empresa e se especializar cada vez mais.

<sup>113</sup> A maioria não ultrapassa seis anos de trabalho na empresa.

garantida mensalmente<sup>114</sup>, não importando o tempo ou o mercado e geralmente não diminui, e tendo ainda como característica o fato de ser “limpa”, ou seja, quando se recebe não há necessidade de reinvestir e nem de pagar o investimento ou empréstimo feito anteriormente, como geralmente ocorre com a renda da agricultura.

Cabe destacar que a comunidade de Nova Sarandi tem na pecuária de leite uma de suas principais atividades, sendo que a maior parte das famílias (mais de 60%) dispõe de quantidade razoável de gado leiteiro.

Em uma primeira visão e a partir dos depoimentos, pôde-se notar que a maior parte dos entrevistados diz ser da empresa a principal fonte da renda da família. E dizem isso, muitas vezes baseados em uma percepção mais imediata, pois a primeira coisa que pensam é no dinheiro “vivo”, ou seja, como Alessandro Sperotto, quando inquirido sobre a renda da família, responde que a maior parte “vem da empresa, por - que é limpo”. É de se entender, então, que essa visão de “dinheiro limpo” impressione em um primeiro momento, pois se pode esquecer de fazer as contas de todas as coisas produzidas na propriedade, como o leite, as verduras, a carne e outros produtos, que não são computados aqui como renda, mas como produtos do cotidiano, pois são usados para o consumo da família.

A partir disso, então, entendemos qual é a visão que se tem da renda da empresa como sendo a responsável pela maior parte dos ganhos da família, pois se a família tivesse que adquirir com o salário todos os produtos necessários para a alimentação, com certeza este dinheiro não seria mais “limpo” e a parte que iria sobrar talvez não fosse suficiente para o sustento de toda a família; afinal, mesmo o salário sendo individual, pode ser somado à renda agrícola, entendendo que a prática em famílias rurais é somar os ganhos e usá-los para o sustento de toda a família.

Então, quando se fala que a maior parte da renda da família vem da empresa, muitas vezes se quer dizer que a maior parte do “dinheiro” é que vem da empresa. Se entendermos que renda familiar pode incluir todo tipo de produtos e capital, dificilmente a renda assalariada chegue a ser superior a de uma propriedade de aproximadamente 25 hectares, sendo mais da metade desta mecanizada, para uma família de até cinco componentes.<sup>115</sup>

O destino de cada tipo de renda nos gastos da família varia de acordo com as condições econômicas (quantidade de terra, qualidade, capital...) e com a divisão do trabalho dentro do grupo familiar. No caso da família de Clóvis Bergamaschi, a divisão da renda da

---

<sup>114</sup> Desde que se mantenha empregado, ou que esteja amparado pelo seguro-desemprego.

<sup>115</sup> 25 hectares é a média das propriedades da região, sendo que muitas das famílias entrevistadas possuem mais do que a média da região. Portanto a renda é ainda maior.

família (que consiste de três membros, sendo que apenas um é assalariado) é feita da seguinte maneira: a alimentação é adquirida com a renda da empresa, sendo que para investimentos na propriedade é usado o dinheiro da venda dos produtos da agricultura.

Porém, em muitos casos, a situação é diferente. Nas famílias de Ademir Rech e de Marlei Gubert Trucolo, que moram com os pais, a renda da empresa é utilizada para a aquisição de bens para a família ou particular. Marlei (que é casada e mora na casa dos pais) deixa isso claro quando diz que “a gente compra os móveis pra dentro de casa, e a mãe e o pai é que sustentam a casa com comida”. Quando falam sobre os planos para o futuro, dizem que: “vamos comprar um carro para a família”; isso quer dizer, então, que o salário ganho na empresa vai ser guardado para a aquisição deste automóvel. Já Ademir Rech (que também mora com os pais, mas é solteiro) diz que a renda da empresa serviu para ele adquirir um carro e para ajudar o pai na construção de um “chiqueiro”, onde a renda é dividida entre ele e o pai.

Outro caso interessante é o da família de Elizângela Rech e Everaldo Rech. Irmãos, trabalham na empresa e moram com a mãe. Relatam que a renda da empresa é usada para o sustento da família com alimentação (já que não conseguem retirar da terra o suficiente), roupas e outros gastos diários, sendo que a renda da agricultura é usada para pagar as contas deixadas pelo pai (que abandonou a família há algum tempo).

Assim sendo, viu-se, então, que a renda adquirida com o trabalho assalariado, que em um primeiro momento pôde parecer que seria apenas um complemento, é utilizada, na maioria dos casos, para o sustento da família. Isso comprova a versão desses colonos-operários quando dizem que optaram pelo trabalho na empresa porque “só da agricultura não dá mais pra viver, tá difícil”<sup>116</sup>. Essas afirmações são feitas cada vez que se conversa, com colonos, com relação ao assalariamento de pessoas que moram no interior, e são pertinentes em conversas entre eles em encontros informais.

Nessa questão da renda da família, há que se destacar o papel das mulheres que não trabalham na empresa, mas que ficam em casa cuidando dos afazeres domésticos e das atividades cotidianas da agricultura. Elas exercem um papel importante, pois, com o marido ou filhos trabalhando a maior parte do tempo na empresa ou na agricultura, passam a ser, como nos diz Clóvis Bergamaschi “o alicerce e a administradora do lar”. Alicerce pela força que têm de dar àqueles que estão na dupla jornada, e administradora pelo fato de terem que administrar não só os filhos ou os serviços domésticos, como também responder pelas

---

<sup>116</sup> A . R. Usaremos as iniciais por sugestão do entrevistado.

finanças da família, na falta de tempo dos demais membros. Assim como existem casos de outras mulheres, principalmente em Nova Sarandi, que se responsabilizam pelo cuidado com as vacas de leite, e mesmo aquelas que trabalham na atividade assalariada não estão isentas das atividades domésticas.

Não se pode esquecer, porém, que ao mesmo tempo em que esses colonos, com a dupla jornada de trabalho, apesar de aumentar a renda da família, aumentam também o tempo de trabalho, que pode chegar a até 15 horas diárias, e isso também tem conseqüências, talvez não tão graves em curto prazo, mas em longo prazo podem ser maiores.

#### 4.5 Trabalhar na empresa ou na "roça"

Cabe aqui explicar não só o porquê, mas de quem foi a decisão de procurar emprego em uma atividade assalariada e o porquê da escolha da empresa em questão. As razões gerais que fizeram essas pessoas a procurarem a atividade assalariada já foram enumeradas acima, mas as razões específicas é que têm de ser estudadas mais detalhadamente.

De modo geral, as pessoas procuram emprego a partir do momento em que detectam uma necessidade, na família, de uma fonte de renda que passe a representar o suprimento de uma falta mais urgente da família, ou para suprir uma vontade particular de ter a sua própria renda. No caso de uma pessoa jovem e solteira, aumentam as chances de a procura pelo emprego suprir uma necessidade pessoal de não mais depender dos pais ou irmãos; além do fato de o que vai fazer uma moça em uma propriedade mecanizada de produção de grãos, além de ter que cuidar dos afazeres domésticos?

Das nove pessoas entrevistadas na comunidade, apenas uma procurou o trabalho assalariado por iniciativa dos pais; o restante foi por iniciativa própria ou por uma decisão de toda a família, o que demonstra certa autonomia ou o reconhecimento da necessidade da família de uma nova fonte de renda ou de uma renda complementar.

Dentre as razões expostas pelos entrevistados, houve um número médio de adeptos a questão da pouca terra, mesmo aqueles cuja família possui mais de 50 hectares e a família geralmente não ultrapassa cinco integrantes. Pode-se afirmar que, diante dessa situação, geralmente não faltaria terra para cultivar e sustentar a família, porém o que há de se levar em conta também é a modernidade. Até a década de 1980, uma família que fosse proprietária de 50 hectares de terra podia ser considerada de posses e dificilmente passaria por dificuldades financeiras. A diferença é, porém, que, até essa época, a necessidade de mão-de-obra na agricultura também era maior do que nos dias atuais. A explicação de "pouca terra" pode ser

aplicada tanto a quem realmente tem pouca terra como àqueles que têm uma quantia considerável, pois, para os dois casos, a terra será pouca. Para quem tem pouca terra ou poucas alternativas para garantir o sustento da família, o trabalho na empresa seria um meio de garantir esse sustento básico, que não pode ser assegurado pela agricultura. Para aquele que tem uma propriedade de maiores proporções, a terra passa a ser pouca a partir do momento em que a tecnologia, aliada à monocultura, vai exigindo cada vez menos trabalho humano, liberando mão-de-obra para a atividade assalariada. Explica Sacco dos Anjos que “O grupo doméstico busca otimizar a ociosidade da mão-de-obra liberada pela mecanização da agricultura existente na propriedade e garantir uma fonte suplementar, mas não essencial, de recursos econômicos para a sua manutenção e reprodução”<sup>117</sup>.

As razões particulares dos indivíduos também mudam, pois, para aquele caso em que a família realmente dispõe de terra insuficiente, o salário vai ser utilizado para o sustento da família; já para o outro, pode ser utilizado para a aquisição de bens de consumo para si mesmo.

Porém, de um modo mais geral, a procura do emprego se fez, também, pela facilidade de acesso à empresa, já que a distância entre a casa (comunidade de Nova Sarandi) e a empresa é de, em média, apenas cinco quilômetros, e pela facilidade de transporte, pois a empresa dispõe de um ônibus que passa em frente à comunidade, em horários pré-determinados, levando-os até a empresa e trazendo-os de volta.

Mesmo nas outras comunidades e locais, onde não há transporte regular de trabalhadores, o número de colonos que optam também pela atividade assalariada tem aumentado significativamente nos últimos anos, assim como tem aumentado a aquisição de motocicletas no município, pois é deste meio de transporte que a maioria dos colonos-operários se valem para se deslocar até a empresa nos horários determinados. E se assim mesmo, com a necessidade de adquirir uma motocicleta ou carro para poder se deslocar ao serviço, esses colonos o fazem, é porque avaliam com antecedência a viabilidade de tal emprego.

É consistente também a idéia, já exposta acima, de que a flexibilidade dos horários determinou grande parte das escolhas, se observar pelo ângulo de que se essas pessoas, antes de optarem por trabalhar ou não na empresa, avaliassem o tempo que teriam para se dedicar às atividades na agricultura, para que a dupla jornada de trabalho fosse possível sem prejuízo de

---

<sup>117</sup>ANJOS, Flavio Sacco dos. *A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba – SC*. Pelotas: UFPEL, 1995, p. 135.

qualquer das partes.

Portanto, tem-se que levar em consideração o fato da existência de um mercado de trabalho, a facilidade de transportes, a proximidade; ou seja, para que haja a possibilidade de trabalho pluriativo, tem de haver a demanda necessária para tanto.

De uma forma mais geral, pode-se usar o que nos diz Tedesco, para tentar entender melhor essas escolhas. Para ele,

O uso dos meios mecânicos, o empirismo tradicional que sofre grande influência de um saber que se legitima pelo saber científico, os conhecimentos socializados, se não os conhecimentos, mas os produtos e os saberes da biologia que favorecem o uso de produtos químicos, os quais fazem com que boa parte dos agricultores os utilize para reduzir e/ou anular completamente as atividades tradicionais na terra, as novas culturas, as quais induzem uma nova geografia agrícola e mudanças nas relações de trabalho etc., tudo isso constitui uma estrutura agrupada internamente que é racionalizada no momento de tomada de decisões de vínculos de trabalho pela família ou saída ou não dos filhos da unidade familiar agrícola.<sup>118</sup>

Essas palavras de Tedesco resumem, com grande propriedade, o que foi dito anteriormente, pois as mudanças em curso no setor agrícola fazem com que não só os produtos e a produção mudem, mas também as relações na sociedade, na economia ou na família mudem, trazendo à tona uma nova realidade.

#### 4.6 O assalariamento e suas múltiplas correlações na vida do colono

Para quem sempre foi assalariado, a condição de trocar sua força de trabalho por um salário pode parecer normal, mas para quem nunca precisou passar por isso, muita coisa na vida muda com o assalariamento.

Ser colono, para muitos, significa a segurança no que tange à comodidade da casa dos pais e à garantia do local para morar ou da terra, mas pode gerar insegurança quando da necessidade de dinheiro urgente para tratar de algum problema de saúde ou quando a safra apresenta problemas como os relacionados ao clima e outras intempéries da natureza ou do mercado.

A partir do momento em que o colono se transforma em colono-operário, ele passa a

---

<sup>118</sup> TEDESCO, Op. cit. p. 32.

aliar as duas seguranças, ou seja, morando na colônia, tem a segurança da alimentação e da moradia, e trabalhando na empresa, tem a segurança de um salário ou, como disse um dos entrevistados, “a segurança do ordenado”. A palavra “ordenado” esclarece bem o que ele quer dizer, pois “ordenado” significa aquele que tem uma certa ordem, como nos diz um outro: “chegou no final do mês, você recebe; já na roça, tanto pode dar como não dar”. Mas se pode perguntar também quantos filhos ficam sabendo a quantidade de dinheiro que sobra na safra? Quando perguntados, na entrevista, sobre a vida de assalariado, a resposta de 70% foi a de que “é boa” ou “mais ou menos”; teve ainda quem dissesse que “na empresa é uma obrigação de fazer o serviço com responsabilidade e na terra se vai quando dá e se faz quando sobra folga”. Essas afirmações deixam claro que a animação para trabalhar na empresa, na maior parte das vezes, não é grande. Essa falta de ânimo pode ser explicada principalmente pela questão da obrigação, do ter horário marcado para tal, coisas que, quando se trabalhava somente na roça, não havia, já que se trabalhava apenas quando era necessário, em horários variados, escolhidos por eles mesmos ou pelos pais<sup>119</sup>.

Outra dificuldade que se notou foi com relação aos finais de semana e feriados. Um dos jovens externou essa preocupação, mas se pode dizer que é uma preocupação de quase todos os colonos-operários, principalmente os mais jovens, pois quando ainda não trabalhavam na empresa os dias eram livres em grande parte do tempo, havendo apenas as obrigações mais urgentes e que não podiam ser adiadas, como ordenhar as vacas ou tratar os animais. Agora, então, na condição de dupla jornada, esses dias passam a ser cada vez mais raros e a convivência social, aos poucos, é deixada de lado.

A vida de assalariado passa a representar muito mais uma segurança da manutenção da condição de colono, ou se pode dizer o “ethos camponês”, do que uma vocação ou um prazer, visto que tira boa parte da liberdade que se tinha quando se era apenas colono.

Apesar da segurança, a dupla jornada de trabalho entre o trabalho na empresa (tempo delimitado) e o da agricultura (tempo disponível) leva a uma série de transtornos. Se não há disponibilidade na família de um dos dois se dedicar à agricultura em tempo integral, já que, na maioria dos casos, são casais jovens, sendo os dois colonos-operários, pode prejudicar o trabalho e a renda da roça.

Essa situação dual entre ser proprietário e empregado ao mesmo tempo nem sempre é bem aceita por todos os colonos-operários deste estudo, sendo que alguns preferem se

---

<sup>119</sup> Um costume entre os colonos desta região e de várias outras regiões é de ir para a roça apenas quando o “sol esfria”, ou seja, não se trabalha com o sol quente. Assim, no verão se vai para a roça pela manhã, até as 10 horas, e à tarde, a partir das 16 horas. Porém, em época de colheita, se trabalha direto, “de sol a sol”, e quem tem máquina pode trabalhar até 15 horas por dia.



considerar mais como proprietários rurais e, por isso, não dão a mesma importância para o salário que, como eles mesmos dizem, serve apenas como complemento para adquirir o que falta para casa ou, como nos diz Abramoway,

Enquanto as necessidades básicas da família não forem atingidas, haverá disposição a um grande sacrifício em trabalho – embora com retorno econômico muito baixo. Uma vez alcançadas estas necessidades elementares, a estimativa feita em torno da utilidade de bens adicionais cai e aumenta a aversão à penosidade do trabalho<sup>120</sup>.

A citação de Abramoway facilita o entendimento quando se discute a preferência por um dos dois tipos de trabalho; aposta-se na preferência do colono-operário pelo trabalho na agricultura, em prejuízo ao na empresa. E isso pode ficar claro também quando do questionamento com relação aos planos para o futuro; e muitos dos entrevistados declaram que seus planos são de trabalhar como assalariados por mais algum tempo, estruturar-se, investir na modernização da propriedade, e depois, voltar a se dedicar à roça. Mas o que é oferecido a eles para que isso ocorra? Se não visualizar a possibilidade de ter o seu próprio negócio, pode ter que optar pela integração com alguma agroindústria. E daí, qual a diferença entre ser um assalariado e um integrado? Nos dois casos, ele vai depender de uma empresa, pois a integração nada mais é do que um serviço prestado à agroindústria. Se assim for, ele acaba perdendo, aos poucos, a sua condição de agricultor familiar.

#### 4.7 A empresa busca o colono e o colono busca a empresa

A industrialização da região Oeste de Santa Catarina é bastante recente e tem início após a Segunda Guerra Mundial. No início, era constituída basicamente de agroindústrias de transformação de produtos agrícolas.

No hoje município de Faxinal dos Guedes, a atividade industrial tomou força apenas a partir da década de 1960, e foi constituída, preferencialmente, por serrarias que aproveitavam as vastas matas de pinheirais e outras madeiras nobres que cobriam grande parte da região. Quando esses “faxinais” foram se extinguindo, a atividade mais importante passou a ser a agricultura.

<sup>120</sup> ABRAMOWAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: HUCITEC, ANPOCS, UNICAMP, 1992, p. 91.

A empresa estudada, a Avelino Bragagnolo S.A., que foi fundada no início da década de 1960, contava, até o final da década de 1990, com a maior parte de seus funcionários morando na própria vila da empresa, ou seja, não se sentia ainda a necessidade de expansão de seu quadro de funcionários. Foi a partir do início do novo século, depois de investir parte de seu capital no estado do Mato Grosso, com a atividade madeireira e não tendo alcançado sucesso, que a empresa entrou numa atividade modernizadora, passando a usar a reciclagem como maior fonte de matéria-prima, com o início da produção de caixas de papelão para as mais variadas atividades e com uma boa aceitação no mercado brasileiro. O crescimento é visível, pois se compara que a produção de papel, que no final da década de 1990 era de apenas 60 toneladas/dia, passou para 200 toneladas/dia em 2005, como foi visto anteriormente. E é aí que se quer chegar, pois, com todo esse crescimento da produção, de onde viriam os novos funcionários para dar conta desse aumento? As opções da empresa poderiam ser as mais variadas possíveis, porém não houve tempo de a empresa pensar em uma maneira de atrair mais funcionários, já que com o aumento da produção, a melhora das condições econômicas da empresa, o aumento da oferta de trabalho, o salário também teve um acréscimo, conciliando com a crise (mudança) agrícola que já vinha se arrastando há algum tempo, causada pelos mais diversos fatores já arrolados acima, e os colonos dos arredores da fábrica passaram a procurar emprego na mesma<sup>121</sup>.

O início de uma verdadeira corrida em direção ao trabalho assalariado, ocorre com mais frequência no início de 2000, quando se tem o ingresso de mais de 50% dos colonos-operários que hoje trabalham na empresa (em torno de 50 admissões desse tipo).

Uma questão interessante é que, com a crise da empresa, esta se modernizou, enquanto que grande parte dos colonos não se modernizou com a crise na agricultura e, por isso, muitos tiveram e estão tendo dificuldades para se manter na terra, assim como para continuar a se capitalizar.

A empresa também passa a procurar esse tipo de trabalhadores impulsionada, principalmente, pelos resultados demonstrados pelos primeiros a ingressar, e também pela necessidade de mais funcionários que tivessem facilidade de locomoção até a empresa, sendo que a comunidade de Nova Sarandi, privilegiada pela pequena distância da empresa, foi um dos alvos preferidos.

Um exemplo de como a empresa passa a procurar a colônia se evidencia pelo depoimento do pai de um dos entrevistados, quando diz que gerentes da mesma começam a

---

<sup>121</sup> É verdade que não era a primeira vez que colonos se empregavam na empresa, mas aumenta, e muito, a procura de novos colonos pelo trabalho assalariado.

visitar as famílias e a oferecer emprego.

O [...] (gerente da empresa) veio aqui várias vezes e disse que se o Alessandro quisesse trabalhá na empresa, era pra ele ir até lá e fazer a ficha, que vaga tinha; aí, na hora, eu não me interessei, depois fomos fazendo as contas e resolvemos que ele ia lá na firma abrir a ficha, e logo começou a trabalhar.

A facilidade de acesso e o grande número de jovens “desempregados”<sup>122</sup> que havia nas regiões próximas à fábrica facilitaram o aliciamento por parte desta, que, em pouco tempo, conseguiu suprir parte das suas necessidades em termos de funcionários somente com os colonos da região.

Outra questão a ser considerada é que não foi somente a empresa que procurou os colonos mas também, os próprios colonos procuraram a empresa. Isso se deu a partir do momento em que, influenciados por aqueles que já estavam empregados, pela própria necessidade ou por outras razões já citadas anteriormente, eles passam a procurar a empresa ou, necessariamente, o assalariamento.

A escolha da empresa também é interessante, pois além da produção de papel, há também outras empresas de grande porte no município, nas quais também poderiam procurar emprego<sup>123</sup>. Mas é nessa que isso ocorre com mais intensidade. As razões disso podem estar relacionadas, principalmente, pelo horário diferenciado de trabalho, pois nas outras grandes empresas que existem no município, o horário de trabalho é o normal, ou seja, geralmente o horário comercial (das 8 horas ao meio-dia e das 13:30 às 17:30), o que ocupa basicamente todo o dia do funcionário, sobrando pouco tempo para as atividades na agricultura. O que não ocorre na empresa em questão, conforme já foi discutido.

Tem-se aí uma situação em que as duas necessidades (da empresa e do colono) são supridas mutuamente, pois um procura mão-de-obra fácil e “qualificada”<sup>124</sup>, e o outro procura uma outra fonte de renda fora da agricultura e na qual possa conciliar as duas atividades, sendo que a encontrou nesta empresa. E o interesse da empresa por esse tipo de funcionário cresceu bastante, tanto que o gerente geral da empresa afirma que: “se nós pudéssemos contratar só filho de agricultor, seria diferente”.

Hoje, se pode notar que a empresa está procurando novos funcionários também nos

<sup>122</sup> Desempregado em termos, pois eles trabalhavam na agricultura; o que havia, porém, era uma falta de ocupação desses jovens na propriedade, por razões já enumeradas anteriormente.

<sup>123</sup> É claro que nessas empresas (uma madeireira e uma agroindústria, principalmente, que são as maiores) também existem colonos-operários trabalhando, mas em menor número e proporção que a empresa estudada.

<sup>124</sup> Qualificada não do ponto de vista da qualificação profissional, mas do ponto de vista da empresa, que procurava um funcionário com as características que ela imaginava serem as melhores e que só o colono tinha (trabalhador, interessado, responsável, fiel...).

bairros da cidade, pois, segundo o Sr. Amado Lamonato (pequeno comerciante de um bairro da cidade), “o seu Camilotti vem direto aqui e diz que se souber de alguém aqui do bairro que queira trabalhar na fábrica, manda lá”. Essa procura por funcionários, então, está ultrapassando os limites das comunidades rurais e penetrando nos bairros, especialmente naqueles formados por pessoas com “antecedente rural”.

#### 4.8 Aqueles que escolheram outra profissão

Tem-se, ainda, uma outra situação: aqueles que escolheram não ser nem colonos-operários, nem ao menos ficar na propriedade. São aqueles, geralmente jovens, que optaram ou por fazer um curso superior e se torna professor, como é o caso da família Sperotto, em que duas filhas optaram por esta profissão, ou profissional liberal, ou fazer cursos, como de mecânica, cabeleireiro<sup>125</sup>, entre outros.

O que instiga aqui são as razões que fizeram com que eles “fugissem à regra”, optando por uma terceira via, não as razões da saída do campo, mas a da escolha da profissão. O curioso é que os que escolheram a outra opção desfrutaram, em sua maioria, de certo sucesso em termos econômicos, e não abandonaram a vida social da comunidade, nem tampouco esqueceram as suas origens, falando de sua comunidade com certo orgulho.

Isso prova, então, que não existem apenas duas opções na comunidade, mas que a grande maioria optou ou pelo assalariamento na empresa supracitada, pelas razões já enumeradas, e que denota certo acomodamento pela facilidade de acesso e pela pouca exigência técnica e profissional, ou pela continuação na lavoura, escolha pela segurança da terra, do lar ou pelo apego a própria terra, pois a escolha por uma profissão diferente depende de tempo e muita força de vontade, além da condição econômica para tal; fator, muitas vezes, determinante.

#### 4.9 O antes e o depois

O antes e o depois podem ter várias interpretações. Renk<sup>126</sup> discute, em seu livro “A

---

<sup>125</sup> Tem-se na, comunidade estudada, um caso de que, basicamente, uma família inteira que se dedicou a várias profissões, A maioria optou por cursos ligados à estética e hoje mantém um conceituado salão de beleza na cidade. A outra parte da família ou se tornou mecânico ou pedreiro, e aos poucos, um a um foi abandonando a terra dos pais, sendo que, com o dinheiro da venda, montaram seus negócios.

<sup>126</sup> RENK, 1997.

Luta da erva”, o antes ou o “tempo d’antes”, como diziam os caboclos. Esse tempo anterior era visto pelos caboclos como o tempo antes da chegada dos colonizadores e o depois era visto como o tempo de agora, o tempo atual. A autora se utiliza dessa sistemática para explicar que, para os caboclos, o tempo d’antes era o tempo bom, e o tempo de agora é o tempo ruim. Aqui, é mais ou menos isso, pois o antes pode ser entendido como o tempo antes de algumas pessoas da comunidade começaram a se assalariar, e o depois, o tempo atual, com grande parte das pessoas trabalhando como operários, principalmente na empresa estudada em questão.

O que muda em uma comunidade na qual as pessoas foram acostumadas, desde o início, com os costumes trazidos dos pais e repassados de pais para filhos, quando parte dos membros desta comunidade deixam uma das principais características de um “colono de origem”<sup>127</sup> de lado (a agricultura) e passam a se ocupar de um ofício que geralmente é feito apenas por quem não detém a propriedade da terra (o assalariamento)? Como fica a organização dessa comunidade? Nesse campo de análise, colabora Radin<sup>128</sup>, ao dizer que

A organização comunitária, bem como todo modo de vida dos ítalo-brasileiros, não é resultado apenas da tradição italiana que imigrou para o Brasil, mas especialmente da experiência que os imigrantes desenvolveram na pátria adotiva, sendo bastante diversa da que se processou na pátria-mãe após sua saída.

A comunidade representava, então, para esses colonos, a união dos seus membros para rezar, fazer as festas, conversar após as missas, organizar a escola, discutir política, religião, o tempo, a produção; enfim, a organização em comunidade era, e em alguns casos continua sendo, importante para a manutenção dos laços tanto étnicos como de sociedade e de grupo, pois o isolamento das comunidades e a proximidade das famílias nas frentes de colonização era de suma importância para enfrentar as agruras típicas encontradas nos primeiros tempos. Foi nas comunidades que os italianos e seus descendentes socializaram suas conquistas e derrotas, alegrias e tristezas, e a família significava a pequena comunidade que abrangia também todos esses significados.

A transformação desses colonos, então, em colonos-operários vai mudar a vida tanto da família quanto da comunidade, e isso pode ser notado pela pouca participação das famílias ou dos seus em eventos da comunidade, sejam estes programados ou de fins de semana tradicional. O que se viu, em visitas nos finais de semana na comunidade, foi a pequena

<sup>127</sup> Por colono de origem, entende-se aqueles que têm em sua origem apenas o trabalho na agricultura, sem atividade assalariada.

<sup>128</sup> RADIN, J. C. *Ítalo-brasileiros...*, p. 89.

quantidade de pessoas que freqüentam a missa e os salões (bodega) e jogos (futebol, voleibol etc.), sendo que, em conversas informais, notamos as queixas das pessoas de mais idade, dizendo que agora, com esse trabalho na “firma”, não sobra mais tempo para nada e se tem dificuldade até mesmo para se formar times de futebol, pois enquanto uns estão de folga, outros tantos estão trabalhando.

#### 4.10 A família

A família foi a base da formação social do indivíduo nos primeiros tempos da colonização do Oeste de Santa Catarina, principalmente nas famílias de origem européia, pois tudo era feito por ela e para ela. E esse tempo “dantes” ainda hoje é cultuado como um tempo em que o respeito às instituições religiosas, políticas, familiares era levado a sério; tempo em que os pais se preocupavam em educar os filhos para o respeito às normas da sociedade e o desprendimento para o trabalho, ou, mais precisamente, educar o sujeito para o trabalho, obediência, religião, família, entre outros valores.

Entre as preocupações dos pais para com a manutenção da família era o casamento que mais preocupava. Nele, a exigência dos pais era que os filhos se casassem com membros da mesma etnia (nesse caso italianos ou descendentes); se, acaso, um dos filhos namorasse alguém fora dessa condição, logo era alertado pelo pai, como afirma Radin<sup>129</sup>, quando diz que “[...] a grande maioria dos casamentos eram endogâmicos” e conta que um dos seus entrevistados disse não ter lembrança de casamentos entre italianos e caboclos ou outras etnias. Com relação ao casamento com caboclos, assim disse o seu entrevistado: “Uma vez meu irmão começou a namorar uma cabocla e o pai chamou a atenção dele. ‘Não tem uma moça italiana em vez de namorar *quele negre lá?*’”

Essa situação exemplifica tanto o racismo como o medo da miscigenação e da perda da identidade étnica. A família pensada como a unidade produtora e mantenedora do capital familiar gerava toda essa preocupação, tanto com o casamento como pela vida do casal após o casamento. Depois de casado, o jovem alcançava, enfim, a sua autonomia financeira, já que, enquanto solteiro e na casa dos pais, todo o fruto de seu trabalho era para a família, sendo que o casamento significava o início de uma nova família e também a continuação da própria família paterna.

O casamento geralmente resultava em um grande número de filhos que, como

---

<sup>129</sup> RADIN, J. C. *Italo-brasileiros....*, p. 108.

sabemos, eram utilizados na estrutura produtiva da propriedade. Quanto maior a prole, mais braços para o trabalho na terra, mais produção e mais capital. Esse grande número de filhos não era resultado somente do objetivo de gerar braços para o trabalho, mas também da falta de preparação do casal para com a vida, pois geralmente se casavam ainda bem jovens e não conheciam métodos anticoncepcionais.

A relação dessas famílias com a igreja, principalmente a Católica, também era muito forte, e os princípios de moralidade, educação e costumes eram ditados pela mesma, fazendo com que esta ligação entre família e igreja parecesse indispensável para o bom funcionamento das famílias.

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, essas tradições familiares foram se transformando mais rapidamente, fazendo com que os jovens colonos que migrassem para as cidades perdessem parte desses costumes e adquirissem costumes diferentes daqueles; porém, parte das tradições familiares, vigentes na época colonial e mais arraigadas, se manteve, principalmente nas comunidades e famílias que tiveram pouca interferência externa de seus costumes.

Diante de tudo isso, muitas mudanças foram diagnosticadas nas famílias de colonos-operários com relação aos costumes mais arraigados, como a questão do trabalho e o respeito, a vida em comunidade e a relação com os pais e com a economia da família. Uma das transformações detectada nesses estudos e no trabalho de campo foi a questão da vida em comunidade. Como visto anteriormente, no tempo do “dantes”, a vida comunitária era primordial para os colonos em geral: aos domingos, as pessoas se reuniam depois das missas para conversar sobre diversos assuntos, jogar baralho, futebol, bocha e aproveitar para namorar; portanto, a vida comunitária se dava geralmente aos domingos.

O que se pode notar hoje, pelo menos na comunidade estudada, é que há uma transformação muito grande desses costumes, pois, com a grande maioria dos jovens trabalhando na empresa e com os horários diferenciados, ocorre não existir uma sincronia de horários para que eles se encontrem todos ao mesmo tempo na comunidade, fazendo com que a vida comunitária fique comprometida; e mesmo que se encontrem em grande quantidade, não serão sempre os mesmos.

Ocorre também que, com o trabalho assalariado, a grande maioria dos jovens adquiriu um carro próprio ou para a família e com a proximidade da cidade, preferem se deslocar para esta no final de semana livre e já se vestem como pessoas urbanas, gostam de boates, bares e lanchonetes, restando apenas na comunidade os moradores mais antigos.

Compreende-se que, em consequência dessa falta de participação na comunidade,

pelas razões já enumeradas, a participação religiosa também fica comprometida, e aí outro dos pilares da família tradicional cai por terra e a orientação religiosa passa a ter menos influência na vida dessas pessoas. Não se pode esquecer que, por enquanto, são os jovens, mas que, com o tempo, serão seus filhos e assim sucessivamente. As famílias numerosas também vão desaparecendo, mas não é somente por causa da influência do trabalho assalariado: mais por uma questão de informação e mudanças culturais já há algum tempo em andamento. Os casamentos endogâmicos, de certa forma, ainda predominam, talvez por uma questão cultural ou por falta de opção, pois os descendentes ainda são, na sua maioria, da mesma origem étnica, apesar de algumas mudanças já estarem em curso.

A economia familiar passa por modificações, pois “antes”, enquanto o filho permanecesse na família, o fruto do seu trabalho pertencia todo para o grupo familiar, e o que se vê agora é que, como o jovem tem seu próprio salário, pode adquirir seus próprios bens, que tanto podem ser para o uso de toda a família, como a melhora da moradia, dos bens da propriedade (chiqueiros e aviários) e até mesmo automóveis, como também pode adquirir bens para si próprio, acumulando seu próprio capital antes mesmo de se casar e sair da casa dos pais. Somente para usar como exemplo, em uma das famílias entrevistadas que é proprietária de duas colônias de terra e é formada por seis membros, sendo dois assalariados, inclusive um com cargo de chefia e, portanto, melhor remunerado, os dois assalariados adquiriram um automóvel em sociedade e estão com planos de construir um “chiqueirão” na propriedade da família. Quando perguntados sobre de quem era o automóvel e de quem seria o chiqueirão, responderam que deles e que já haviam ajudado o pai a reformar a casa e o outro chiqueiro. Pode-se tirar duas conclusões disso: uma delas é que está ocorrendo uma divisão de capital dentro da família, apesar de a terra oficialmente pertencer ao pai, e o que nela for construído pertence a quem construiu, mesmo que ainda morando na casa dos pais.

A outra conclusão é que, apesar de haver essa divisão do capital, a responsabilidade de sustentar a família continua sendo do pai da família, usando a renda do leite ou até da aposentadoria. Ainda, nota-se que, para os filhos que permanecem na casa dos pais trabalhando somente na agricultura, a chance de adquirir capital é mais remota, ficando apenas a esperança da herança, e isto pode os influenciar ao assalariamento. A integração com a agroindústria, como já exposto anteriormente, também pode tirar dessas pessoas a liberdade de plantar o que bem entender e de escolher seus horários de trabalho, assim como está sempre exigindo melhorias na propriedade e nas suas estruturas.



#### 4.11 Divisão do trabalho...e da terra

A responsabilidade pelos serviços da propriedade, segundo a tradicional família colonial, era feita de forma que os homens (pai da família e filhos mais velhos) ficavam com a produção, ou seja, com as tarefas agrícolas especializadas (plantio do milho, trigo) e cabia para as mulheres (mãe e filhas mais velhas) a tarefa de cuidar dos afazeres domésticos, da horta e dos animais domésticos (ordenhar as vacas, tratar as vacas e as galinhas).<sup>130</sup> Já as crianças começavam desde cedo a ajudar os pais nos afazeres da lavoura (se meninos) ou da casa (se meninas), portanto, aos dez anos já assumiam maiores responsabilidades.

Essa divisão do trabalho, de certa forma, persiste, em muitos dos casos, intocada até hoje em muitas das famílias que residem na área rural, talvez como uma das heranças dos costumes coloniais. No entanto, onde as mulheres trabalham em atividades assalariadas fora da propriedade, essa realidade vem se modificando, já que com os dois membros da família com responsabilidades além da propriedade, as tarefas tendem a ser melhor divididas, sendo cada um responsável por todas as tarefas no seu horário<sup>131</sup>. No caso dos colonos-operários em estudo, é comum o “casal” trabalhar na fábrica, como o próprio gerente da empresa afirma: “aqui, geralmente é o casal de colono que trabalha, principalmente quando é jovem, por que veja bem, se o casal trabalha, com a renda dos dois dá pra viver bem na roça”<sup>132</sup>. Certamente, essas famílias irão aumentar as suas rendas, como afirma o gerente, porém aumentarão também a jornada de trabalho, e essa dupla jornada vai sobrecarregar o colono, que passa a se preocupar somente com a produção para a venda do produto, deixando de lado a produção para o próprio consumo, tendo que usar o seu salário, muitas vezes, para comprar até mesmo o queijo que consome (produto típico da colônia).

A divisão tradicional da terra, como já foi estudado no primeiro capítulo, nos moldes tradicionais, dava-se pela partilha por herança e geralmente se aplicava à prática da partilha machista, onde os homens herdavam a terra paterna e às mulheres cabia apenas um dote, e se arriscava a sorte de se casar com um rapaz de posses. Havia também a prática da última genitura ou minorata, já citada acima, em que a herança, ou a maior parte dela, geralmente

---

<sup>130</sup> Ver RADIN, J. C. *Italo-brasileiros...*

<sup>131</sup> Neste estudo, não podemos esquecer que os horários de trabalho são diferenciados e nem sempre o casal trabalha no mesmo horário.

<sup>132</sup> Aniltom Camilotti, gerente da empresa, em entrevista ao pesquisador em janeiro de 2006.

fica com o filho mais jovem ou o último a se casar.

Hoje, no caso dos colonos-operários em questão, essa divisão da terra já sofreu algumas modificações, a partir do momento em que ela não precisa ser exatamente como antigamente, com partes iguais para todos. O que ocorre é que, com a ascensão de parte dos filhos à atividade assalariada, muitos deles podem não requisitar um pedaço de terra para cultivar ou para a pecuária extensiva, mas simplesmente para morar ou para a prática de criação de pequenos animais (aviário, chiqueiro). Como nos afirma um dos entrevistados que, quando questionado sobre os planos para o futuro, nos disse que “os planos são aumentar mais, ampliar o chiqueirão para suíno e aumentar o reflorestamento”<sup>133</sup>.

Entende-se que esses dois planos não consomem partes significativas de terra, pois, para um chiqueirão, não são necessários mais do que 4.000 metros quadrados de terra, e para o reflorestamento são utilizadas, geralmente, terras que não são usadas para a produção de grãos. Em um outro caso, utiliza-se o exemplo do que diz um outro entrevistado que, quando feita a mesma pergunta sobre os planos para o futuro, responde: “pretendo ficar na empresa e me especializar, mas não pretendo morar na cidade”<sup>134</sup>.

Essa opção de ficar na propriedade paterna, ao invés de ir morar na cidade, diz respeito, principalmente, à preocupação com o aluguel, necessidade de adquirir uma casa e, a segurança no caso de perder o emprego, prevendo a dificuldade em encontrar um outro, isso sem falar na proximidade com os pais, herança familiar etc.

A divisão da terra, portanto, passa a ter um outro viés de entendimento, pois não tem mais somente o objetivo de prover ao filho um meio de sobreviver como colono, mas também de possibilitar a todos os membros da família as condições mínimas de sobrevivência, seja da terra ou do salário. Diante dessa situação, discute-se a idéia, segundo a qual a escassez de terra dificultaria a reprodução do colono como proprietário que por esta razão, buscaria a fábrica, pois, em um primeiro momento, pode mesmo ocorrer a procura pela fábrica em virtude da escassez da terra, mas por outra, ocorre que o próprio assalariamento facilitaria a divisão da terra, principalmente a partir do momento em que nem todos os membros da família precisariam e exigiriam grandes extensões de terra para garantir a sua sobrevivência.

Portanto, em muitos casos não há a preocupação em se manter na colônia para a preservação do patrimônio familiar e a manutenção da condição de colono, sendo que alguns se mantêm e permanecerão na colônia apenas para garantir o local para morar e para usufruir de suas facilidades, não sendo mais necessária a sua mudança para a cidade para se tornar

---

<sup>133</sup> Cláudio Rech, em entrevista ao autor, em janeiro de 2006.

<sup>134</sup> Alessandro Sperotto, em entrevista ao autor, em janeiro de 2006.

assalariado, sendo que a empresa vai em busca do colono na própria comunidade, e a distância entre as empresas e as comunidades diminuíram. A isso se pode chamar de “industrialização difusa”, onde as grandes empresas (aqui não é o caso, mas poderia ser) procuram cidades menores para se instalar, à procura de mão-de-obra mais barata, matéria-prima, facilidades e incentivos fiscais<sup>135</sup>.

Não se pode esquecer dos membros da família que decidem por morar na cidade, mas que optam por passear na casa dos pais nos finais de semana. Os mesmos chegam no sábado ou no domingo, preparam juntos o almoço, conversam, divertem-se, e na hora de ir embora, levam consigo a mandioca, a batata-doce, o pão, o queijo, o salame, a carne e outros produtos coloniais, que foram produzidos ou pelos pais ou pelos irmãos que moram com os pais, sem qualquer custo.

O problema sobre essa situação está na questão de como ficam os irmãos que trabalharam duro, às vezes, para fazer aquilo, e chega o irmão, que abandonou a terra, e leva o fruto de seu trabalho. Qual a valorização dada ao trabalho dos que optaram por manter a propriedade e são “lesados” por aqueles que a abandonaram? Para os que levam o produto, pode parecer pouco, mas para aqueles que o produziram, significa horas, dias de trabalho. Que compensações ou contrapartidas existem ou serão barganhadas? Possivelmente nesse processo estará, em momentos posteriores, a questão da partilha da herança, com vantagens para os que permaneceram.

#### 4.12 Mudança de costumes

Seguindo essa linha do antes e do depois, pode-se iniciar citando um provérbio antigo dos imigrantes que dizia: *in colônia se laôra e se core, ma de fame no se more* - quer dizer que na roça se trabalha e se corre, mas de fome não se morre. Essa foi a visão dos primeiros colonos e ainda é usada por muitos.

A abundância de alimentos nas propriedades sempre foi exaltada como uma das principais virtudes do colono, que até há pouco tempo se caracterizava, na sua maioria, como policultor (alguns se mantêm até hoje), produzindo na sua própria terra a maior parte dos alimentos de que necessitava e vendendo o excedente da produção. É comum ouvir até hoje

---

<sup>135</sup> Ver SCHNEIDER, 1999.

dos colonos que eles iam até a cidade para “comprar apenas o sal, por-que o resto tinha tudo”.

Como diz Berri,

Entre os italianos e alemães (descendentes), o milho sempre teve destaque especial. Os italianos usavam o milho transformado em farinha para fazer sua polenta, enquanto os alemães empregavam farinha mais fina no fabrico do pão. O milho não consumido na colônia ou vendido aos comerciantes era utilizado como trato para porcos, cavalos e galinhas.<sup>136</sup>

Essa citação de Berri revela qual importância se dava a cada um dos produtos da agricultura colonial e à quantidade de derivados retirados de cada produto, no caso, o milho, que era o principal produto da família colonial.

A auto-suficiência da produção de alimentos nas propriedades coloniais vai se modificando com o passar dos anos e a partir da década de 1990, com a modernização da agricultura e o crescimento das agroindústrias, que passam a necessitar do aumento da matéria-prima para transformação (milho, soja, trigo e outros). A policultura passa a dar lugar para a monocultura ou, no máximo, o cultivo de dois ou três produtos para o comércio, como soja, milho e trigo, no caso do Sul do Brasil. Isso pode ser notado, no trabalho de campo, no momento em que perguntamos sobre os produtos cultivados na propriedade e, na maioria das vezes, a resposta era de que ali se produzia milho, soja e, em menor quantidade, trigo.

Com isso, apenas algumas pequenas propriedades ainda resistem na produção de alimentos para o consumo da família, sendo que algumas ainda exercem a policultura, porém somente para a venda a domicílio ou em pequenos mercados na cidade.

Essas transformações modificam também os hábitos alimentares dessas pessoas, que passam a adquirir seus alimentos em mercados na cidade, padronizando a dieta com relação à população urbana. Essa tendência à monocultura para o mercado fez desaparecer até mesmo as famosas hortas familiares, pois tanto a falta de tempo para o cuidado com a mesma como a facilidade de adquirir hortifrutigranjeiros no comércio local, desestimulam tal prática. Tudo bem que para algumas pessoas, principalmente os mais velhos, cuidar da horta pode ser uma atividade de lazer, para ocupar o tempo, e não um trabalho propriamente dito.

Mas o que isso tem a ver com os aqui estudados colonos-operários é que entre estes a tendência à padronização da dieta é mais acentuada e por diversos fatores, como a falta de tempo para o cultivo e para os devidos cuidados tanto da horta como da pequena roça, as refeições agora feitas na fábrica e, como foi dito anteriormente, o desestímulo causado pela facilidade de adquirir este alimento nos mercados. Outro fator a ser destacado é que agora,

---

<sup>136</sup> BERRI (2001) in: PIAZZA (Org.) op. cit.

com um salário fixo mensal, os produtos podem ser comprados sem ter o trabalho de plantar, cuidar e colher, ou seja, “é mais fácil comprar do que plantar”. Isso não quer dizer que o trabalho dos colonos-operários não gere comida: ele também gera, porém agora com dinheiro adquirido em trabalhos fora da agricultura.

Essa aproximação do campo com a cidade, como escreve Strapassolas, “propõe à população rural o acesso ao conjunto de serviços e bens disponíveis na sociedade, visando a uma maior integração dos processos sociais rurais à sociedade englobante, na medida em que passa a ocorrer uma maior interação entre os diferentes espaços sociais, com maior semelhança em termos de condutas e expectativas”. O autor propõe, então, a tese da existência de um “*continuum* urbano”, ou seja, que entre o rural e o urbano não haveria uma ruptura, mas sim uma continuidade. O autor completa a idéia dizendo que “[...] o caráter inovador da abordagem do continuum consiste no fato de que ela indica, claramente, o fim das formas tradicionais da dicotomia rural-urbano, as que são definidas pelo isolamento e pela oposição radical entre campo e cidade”<sup>137</sup>.

Com o passar do tempo, encurtam os espaços e as diferenciações entre o modo de vida das pessoas do meio rural e do urbano, e isso não se aplica somente na questão da alimentação, mas em todos os aspectos. Prova disso é o estudo em questão, que demonstra que as mudanças no campo são contínuas, rápidas e imprevisíveis.

Esse *continuum* urbano proposto anteriormente pode ser notado quando das visitas às casas dos entrevistados, onde se puderam observar vários costumes urbanos expressos no cotidiano dos colonos, como exemplo o uso das tecnologias no ramo das comunicações (celulares, parabólicas) e mesmo na alimentação diária, que pressupõe desde o tipo do alimento aos horários em que estes são feitos, as roupas, os veículos, entre outros. Isso pode levar o colono a perder as suas referências ou simplesmente a uma inserção social no mercado de trabalho e de consumo, até então impensadas.

#### 4.13 A educação

Outra questão importante a ser destacada é a questão da educação. Ainda nessa linha do antes e do depois, diz-se que a educação nos primeiros anos da colonização era basicamente calcada no aprender a ler, escrever e fazer contas, para “se virar” nas tarefas

---

<sup>137</sup> STRAPASOLAS, Valmir Luiz. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006, p. 67.

básicas do dia-a-dia e, assim mesmo, bastante voltada para a questão religiosa. Entretanto, nem todos os imigrantes davam o devido valor ao estudo; e como até pouco tempo se ouvia, era comum se dizer: “pra que serve o estudo morando na roça”, ou “pra que eu vou usar isso aqui (na roça)”. Mas como a maioria dos colonos não pensava assim, muitos jovens tiveram acesso ao ensino escolar que, no início das comunidades, era ministrado no mesmo prédio que era usado como igreja, geralmente o primeiro a ser erguido nas comunidades. Somente mais tarde foram sendo construídas as primeiras escolas, inicialmente pelos próprios colonos e mais tarde pelo poder público municipal ou estadual. As aulas eram ministradas, inicialmente, pelas pessoas julgadas mais competentes para o desempenho da tarefa do lugar, não raro por religiosos.

O período de estudos geralmente não ultrapassava os quatro primeiros anos, e quem quisesse prolongar seus estudos teria que transferir seus filhos para centros maiores. Isso teria um custo bem maior, sendo que somente as famílias com melhores condições econômicas conseguiam tal façanha.

Essa educação ministrada em escolas isoladas na sede da comunidade, e voltada para as questões técnicas mais básicas de moral e religião, prevaleceu até meados dos anos de 1990 na comunidade de Nova Sarandi, em Faxinal dos Guedes, quando as escolas isoladas municipais foram fechadas e os alunos começaram a ser transferidos para escolas da cidade.

Essa transferência teve conseqüências importantes para os costumes das famílias rurais dessa comunidade, como deve ter ocorrido em outras que tiveram o mesmo destino, pois as crianças (essas escolas isoladas que funcionavam nas comunidades tinham turmas de 1ª. a 4ª. séries do ensino fundamental), desde cedo, passaram a ter contato com a cidade e com os seus costumes. Essas transformações podem ter interferência direta ou indireta com a escolha da atividade econômica a ser exercida mais tarde por eles, porém ainda não se dispõe de estudos mais aprofundados sobre o assunto, que é um importante filão a ser explorado.

Notamos que uma grande quantidade de jovens dessa comunidade possui, pelo menos, o ensino médio completo (no caso dos entrevistados, todos têm), e isto evidencia uma das grandes características dos colonos-operários desta região, ou seja, a preocupação de antes terminar o segundo grau para depois ingressar na atividade assalariada e assim poder pleitear um cargo de maior importância. É claro que só os diplomas não são suficientes para poder fazer a escolha certa, pois lhes falta o conhecimento da realidade empresarial.

#### 4.14 O êxodo feminino e o papel da mulher

A falta de mulheres no campo, nos três estados sulinos, estaria contribuindo para a intensificação da migração masculina. A presença maciça de mulheres abandonando o campo, na região, é um dos pontos que mais chamam a atenção de estudiosos da área nos últimos anos.

O êxodo no meio rural, entre os 15 e 60 anos, é muito mais acentuado entre as mulheres e isto provoca profundas transformações no conceito de agricultura familiar. Entre as causas está o papel secundário que a mulher exerce na agricultura familiar, ficando, geralmente, com os trabalhos da horta, dos pequenos animais e os afazeres domésticos, participando raramente da partilha dos bens e não dominando a tecnologia da produção. Como resultado, as mulheres estão migrando para as cidades em busca de maiores e melhores perspectivas, restando, nas propriedades de agricultura familiar, apenas homens solteiros como chefes de família de uma só pessoa. Como consequência disso tudo, estariam os homens dispostos a migrar também, provocando um esvaziamento do campo. Em conversas informais com alguns agricultores nessa situação, os mesmos reclamam da falta de uma mulher para preparar a comida, o chimarrão e da casa vazia.

Mesmo não sendo (imaginamos, ainda) o caso da comunidade aqui estudada, isso resulta em uma preocupação pertinente, pois, como visto, uma das grandes causas é a discriminação e a pouca importância dada à mulher na propriedade, assim como o machismo, pois mesmo com a falta da mulher, ainda assim diz que a saudade dela é pela falta de alguém para os afazeres domésticos.

Na comunidade estudada, apesar de não se ter percebido tal fenômeno, observou-se que na maioria das famílias, principalmente quando se chegava pela parte da manhã para as entrevistas, a mulher-esposa ou filha do casal exercia trabalhos domésticos ou auxiliava nos trabalhos ao redor da casa. O que pode resultar, mais tarde, em algo parecido.

O papel da mulher, então, nas famílias da comunidade de Nova Sarandi, salvo dois casos em que houve assalariamento, é característico de outras tantas famílias de colonos, de hoje e de “ontem”, ou seja, cuidar dos afazeres domésticos e, no máximo, cuidar dos pequenos animais e da horta. A sua participação nos assuntos econômicos da família se restringe à compra dos alimentos e das roupas. Vimos que em apenas um caso a mulher participou ativamente da entrevista, sendo que nos outros casos em que houve participação de outro membro da família, em todos foi o pai. Esse papel secundário da mulher pode ter consequências a curto ou médio prazos, como, por exemplo, o maior interesse delas no

mercado de trabalho assalariado ou então a conseqüente migração, como descrito anteriormente.

Um dos papéis da mulher no campo, hoje e em evidência na comunidade estudada, passa a ser na cadeia produtiva do leite, pois é ela, em geral, que desenvolve a maioria das atividades relativas à produção do leite, desde o trato das vacas até a ordenha e o resfriamento, ficando de fora somente no momento do recebimento dos dividendos da atividade, que fica com o marido ou o pai da família.

#### 4.15 Os clubes "4 S"

Uma outra característica marcante da comunidade estudada é a grande participação social de seus moradores, principalmente os jovens que, durante muitos anos, estiveram organizados nos chamados "Clubes 4S"<sup>138</sup>. Nesses, os jovens se encontravam para discutir questões ligadas à agricultura em Nova Sarandi. Esse grupo existe até hoje e ganhou como doação um pedaço de terra (cerca de uma quarta) para ali praticar o que discutiam nas reuniões e para plantar alguns produtos que, depois de vendidos, os recursos seriam usados para alguma viagem do grupo ou para pagar palestras ou cursos. Mas, conforme disse a professora Juscimara Sperotto, antiga moradora da comunidade e que participava desse grupo, com o tempo, os objetivos e as discussões foram mudando, segundo ela por "pressão da igreja, que pregava que eles tinham que se adaptar aos outros grupos de jovens existentes e passar a discutir mais as questões religiosas e os problemas sociais".

Hoje, esses grupos ainda resistem com a denominação de "4 S", mas os objetivos são completamente diferentes, resumindo-se a organizar bailes e viagens. Além desse grupo, existem ainda na comunidade, hoje, um clube de mães e uma associação desportiva bastante atuante.

A organização social de uma comunidade reflete o grau de união da mesma em torno de algum objetivo, seja ele por questões econômicas (discutir questões ligadas à agricultura), por questões sociais ou por questões étnicas (organizar as pessoas da mesma descendência com o objetivo de manter as tradições). Porém, um dos grandes problemas hoje, e que tende a se agravar, é a manutenção desses grupos frente a essa nova realidade que é o trabalho assalariado, com horários diferenciados e que dificultam o encontro de todos, ou da maioria,

---

<sup>138</sup> "4 S" significa: Saber, sentir, servir, saúde. Política de modernização no meio rural, mediada pela Igreja Católica, teve grande papel entre os anos de 1960 a 1980. Hoje, em grande parte, substituída pela Emater.



nos mesmos horários, mesmo nos finais de semana, e até mesmo os objetivos que se elegem para as discussões nos grupos.

#### 4.16 As transformações econômicas

É visível, quando se passa pela comunidade em estudo, a grande transformação que ocorre já há alguns anos, principalmente nas moradias daqueles que têm, entre os membros da família, alguém que exerça funções remuneradas de assalariamento. Esse “progresso” econômico dessas famílias pode ser notado desde a reforma ou construção de novas moradas, até a aquisição de automóveis, tratores, aumento dos galpões e aquisição de novas terras, não é um fenômeno isolado. Schneider, em seus estudos sobre a agricultura familiar no Rio Grande do Sul, escreve que

Através da pluriatividade e dos empregos não-agrícolas nas indústrias, a população do meio rural vem elevando seu poder aquisitivo e passando a demandar uma variada gama de bens de consumo. Um dos sinais mais notáveis desse renascimento rural pode ser constatado no crescimento acelerado da construção de novas moradias no meio rural. Na década de 1980, aumentou significativamente o número de residências novas construídas em propriedades rurais.<sup>139</sup>

Em partes, essa realidade constatada nos estudos do autor pode também ser usada por nós, principalmente no que tange à construção de novas moradias no meio rural; porém, temos de discutir aqui se isso pode ser considerado um “renascimento rural”; quando é que morreu, e se morreu, e ainda se é um renascimento ou uma transformação em grande escala.

Outra questão diz respeito à época em que está ocorrendo o fato. Como foi visto, naquela região do Rio Grande do Sul (os estudos foram feitos em municípios da chamada Encosta da Serra: Gramado, Igrejinha, Ivoti...), o que ocorre lá na década de 1980, ocorre somente no final da década de 1990, em diante, na região aqui estudada. Ainda conforme Schneider, “em geral, essas casas são habitadas por famílias recém-constituídas por casamentos entre filhos de colonos que permanecem residindo na propriedade da família e trabalhando nas indústrias de calçados”<sup>140</sup>. Em nosso caso de estudo também existem diferenças, pois as casas que se constroem são geralmente para o pai da família, deixando para

<sup>139</sup> SCHNEIDER (1999), op., cit., p. 174.

<sup>140</sup> Id., p. 174.

os filhos que vão casando a casa antiga, como é o caso de uma família da comunidade de Nova Sarandi, onde um dos filhos mais jovens, que se casou e que trabalha com o pai na lavoura, foi morar na casa antiga do pai, sendo que o restante da família, e até mesmo os dois filhos que exercem funções assalariadas na empresa, habita a casa nova, construída há menos de cinco anos.

Esse progresso econômico visível na comunidade estudada foi o que mais chamou atenção e induziu à pesquisa sobre as condições que levavam a isso. E essa realidade não chama atenção somente de pesquisadores, mas também de outras pessoas que passam pelo local, pois as transformações foram tão rápidas e com tal intensidade que é inevitável se ouvir comentários sobre o assunto. A maioria das pessoas, no entanto, que comentam sobre o progresso da comunidade se reportam a isso como reflexo único e imediato do trabalho na empresa, esquecendo-se do trabalho e da renda da terra.

Das famílias visitadas, a grande maioria possuía veículo (usados, semi-novos e/ou popular novo), chegando, em alguns casos, a possuírem mais de um veículo, quase sempre postado na frente da casa, como se pretendessem demonstrar a grande conquista. As casas novas estavam presentes em 50% dos casos, mas a vontade de construir ou reformar a existente era unânime entre o restante das famílias. O que chama atenção, no caso das casas novas, é a grande opulência das construções, sempre com uma parabólica à frente da casa, de preferência que se possa ver da estrada. Casas consideradas de classe média para o porte do município e da região, e que contrastam com o tamanho da propriedade. O que pode ser interpretado, como dito acima, pela forma de demonstração do progresso da família. A transformação dentro de casa também é visível, desde a televisão colorida e moderna, à máquina de lavar roupas, o fogão a gás e até mesmo o ar-condicionado, em alguns casos.

Essas transformações sociais, econômicas e culturais no ambiente local, no espaço de uma pequena cidade, de uma linha ou de uma picada, também são perceptíveis nas alterações do domínio político do poder local. A transformação visualizada no Rio Grande do Sul por vários autores pode ser sentida também na realidade aqui estudada, sendo que, no modo de vida colonial ou, como visto anteriormente, “no tempo d’antes”, o poder político era exercido muito mais pelo status do que pelo poder econômico, e era o padre, o professor, o comerciante, que determinavam a vida política das comunidades. Hoje, geralmente são os empresários mais influentes e com maior poder econômico que tendem a exercer o poder político local. No caso específico em questão, não há dúvidas de que a empresa procura sempre influenciar, indicando ou elegendo alguém ligado a ela para cargos públicos, e, ao que nos foi informado, teve êxito na maior parte dos casos, chegando a eleger prefeito, vice e

vereadores em várias ocasiões, sendo que estes representantes legitimam as suas reivindicações políticas, e é quase unânime a tese de que “quem a empresa apóia, se elege”.

A saída para tentar resolver as dificuldades ou para suprir os anseios da população do campo, sem a necessidade de assalariamento, talvez seja, então, novas alternativas de renda, como o turismo rural, o artesanato, a prestação de serviços, e que não sejam especificamente agrícolas, ou então estarão fadadas ao fracasso total e se tornarão, definitivamente, “urbanos do meio urbano ou urbanos do meio rural”.

Sabedores de que a pluriatividade, seja por meio dos colonos-operários ou por qualquer outra forma, não é um fenômeno isolado da região Sul do Brasil, mas sim uma transformação que vem desde muito tempo e em várias regiões do mundo, é de se esperar também profundas alterações no meio camponês ou, se preferir, do colono; é algo não definitivo e, ao que parece, tende a crescer e redimensionar a vida no meio rural, transformando, além de uma série de fatores de ordem cultural, política e econômica, o rural, que passará a ganhar conotações, também, não-agrícolas. É por isso que, todos os estudos que foram feitos até aqui a respeito do assunto ainda não são suficientes e nem ao menos conclusivos, sendo necessários, ainda, grandes discussões daquilo que aconteceu, daquilo que está acontecendo e do que poderá ocorrer no futuro. Pensamos ter prestado uma singelíssima contribuição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos propósitos deste estudo é o de desvendar alguns aspectos relativos à questão da pluriatividade no Oeste de Santa Catarina, assunto pouco estudado e discutido até o momento no estado e na região, como um todo.

O Oeste catarinense, antes de sua colonização efetiva, ocorrida após a década de 1930, foi palco de grandes movimentos políticos e sociais, como a Revolução Federalista (1891-1894) e a Guerra do Contestado (1912-1916). Após esses movimentos e com o início da colonização por descendentes, principalmente de italianos e alemães vindos do Rio Grande do Sul e de algumas outras partes do Sul do Brasil, as relações no meio rural foram se transformando, com a progressiva exclusão do elemento caboclo e a divisão da terra em pequenas propriedades, ocupadas, a partir de então, pelos imigrantes.

Com base em estudos bibliográficos e depoimentos orais, foi se construindo, inicialmente, um resgate dessa história, iniciando-se pelo Oeste catarinense, passando pelo município de Faxinal dos Guedes, o distrito de Barra Grande e a comunidade de Nova Sarandi objeto de estudo desta pesquisa. Os estudos nos deram subsídios para reconstruir a história da ocupação e exploração da terra, bem como das relações sociais vividas no espaço rural.

Está presente, hoje, entre as famílias de colonos-operários, a prática da agricultura familiar em pequena escala, o que é uma das causas do assalariamento de parte destes colonos e que também evitou o possível arrendamento ou venda das terras da família, pois esta tem como base econômica o comércio de produtos da terra, o que representa a segurança e o seu futuro.

Pretendeu-se, portanto, com esta pesquisa, analisar as razões que levaram esses colonos do Oeste catarinense a apostar em um novo modelo econômico para suas famílias, onde não mais utilizariam apenas do trabalho na terra e seus riscos, mas teriam, segundo eles mesmos, a segurança de um salário todo final de mês. Pois, ao encontrarem colocação no mercado de trabalho próximo aos estabelecimentos rurais em que residiam, esses trabalhadores, na maioria jovens, não vêem necessidade de mudar-se do meio rural para a cidade.

A nova alternativa de trabalho e renda nos estabelecimentos agrícolas, que contam agora com o salário de alguns de seus membros empregados na indústria, passa a ser uma garantia de permanência de seus membros na propriedade, ao mesmo tempo em que, gerando mais excedentes de capital, estes podem ser usados para fazer melhorias na propriedade e/ou adquirir bens de consumo típicos de sociedade urbana.

De outro lado, a empresa, além de conseguir mão-de-obra que garante a demanda da produção, consegue também garantir, funcionários que se mantêm por mais tempo no emprego, gerando, assim, maior estabilidade no quadro, uma vez que a subsistência, em termos de moradia e alimento, é garantida pela família através da sua própria produção agrícola.

Promove-se o assalariamento de populações que, de um lado, se tornam operários de uma indústria, e de outro, permanecem colonos, residindo na colônia, cultivando a terra e fazendo daquele espaço seu ambiente de produção e reprodução.

A pluriatividade significa não a expulsão do homem do campo nem de suas atividades, mas sim a sua adaptação em termos de reprodução social. Trata-se de uma necessidade que acaba por transformar praticamente todas as relações sociais estabelecidas localmente. A alteração na esfera do trabalho altera um conjunto imenso de relações culturais, sociais, econômicas e antropológicas. Esse processo demonstra a centralidade do trabalho na vida das pessoas e dos colonos, em especial.

A força de trabalho conhece uma nova forma de relacionar-se com a produção. Durante um determinado período, então, os colonos trabalham na agricultura, produzindo geralmente o alimento para sua própria subsistência ou ainda algum excedente, e durante outra parte do tempo produtivo, utilizam sua força de trabalho em uma empresa.

Vimos que a pluriatividade dos colonos obedece a uma série de fatores de ordem interna na família, bem como das condições de produção e os limites econômicos e de perspectivas no meio rural, e em torno de fatores externos, como é o caso da implantação de uma indústria no meio rural. Com isso, pode-se concluir que é difícil dar uma resposta ou perceber uma causalidade no processo. São vários fatores envolvidos, demonstrando que a vida do colono é um conjunto interligado de fatores produtivos, ecológicos, sociais, demográficos, econômicos etc.

As empresas, hoje, com o processo de industrialização difusa, buscam espaços estratégicos e alternativos para otimizar seus fatores de produção, reduzindo custos pelo trabalho informal e baixo desembolso no campo ambiental, inserindo-se em espaços carentes de remuneração financeira e reconhecimento social, como é o caso do meio rural e, em

especial, do pequeno agricultor familiar. Desse modo, determinados espaços agrícolas são substituídos por trabalhos que estão na ótica da prestação de serviços de setores industriais, como é o caso de várias regiões do Rio Grande do Sul, em que grande parte da produção agrícola no rural foi substituída pela produção industrial do setor coureiro-calçadista, tão bem analisadas por Tedesco, Schneider e outros.

Essa não é bem a realidade que vimos. A agricultura passa a ser redefinida, porém não substituída. Os colonos não são apenas do papel, como nos disse um dos entrevistados: “não somos só no papel; continuamos sim, produzindo; o horário e as outras pessoas da família dão continuidade”. Mudam-se as relações, redefinem-se outras, extinguem-se algumas, mas se recriam outras em correspondência com a identidade de colono-camponês.

Vimos alguns papéis sendo redefinidos no interior da família, jovens migrando do meio rural e buscando novas alternativas no espaço urbano ou mesmo no rural; vimos um mercado matrimonial bastante reduzido, em razão de muitas moças migrarem para cidades de porte médio na região. O trabalho industrial reduz consideravelmente o papel do pai na família, como provedor, ou como promotor de ensinamentos agrícolas etc. Porém, independente do trabalho externo na indústria de papel, as técnicas modernas de produção agrícola já o tinham exercido. A remuneração da família, de uma forma mais elástica pelo trabalho em vários âmbitos internos e externos, tende a favorecer em termos de relações de gênero, poder e auto-estima da família do colono. É evidente que algumas relações mais tradicionais serão perdidas e/ou redefinidas, como é o caso dos vínculos comunitários, de lazer, de estudo, mas outros saberes serão incorporados, novas relações empreendidas, alterações no campo religioso e histórico, formador de um éthos de colono por mais de um século no horizonte desses camponeses.

O colono, de certa forma, historicamente, sempre foi pluriativo, sempre aliou atividades internas na unidade com outras de cunho não-agrícola (assalariamento externo na confecção de estradas, pontes, ferrovias, carreteiros, comerciantes de linha, artesanato em várias atividades etc). Porém, com os vínculos industriais, esse processo ganha novos contornos, adentra para horizontes capitalistas de relação capital e trabalho, obedece a regras do horizonte empresarial, com determinações externas. Esses elementos são incorporados no interior da unidade familiar; alguns são estendidos para o horizonte empresarial, como é o caso da dimensão do trabalho, do poder do homem em relação à mulher e, aqui, em especial, do marido, dentre outras, criando uma certa forma de comunidade de interesses envolvendo os dois horizontes.

Vimos que a empresa deu, e continua dando, certa prioridade de inserção no trabalho

de camponeses, por considerá-los mais envolvidos ao trabalho, aos ditames da mesma, ou seja, os têm como aliados especiais. Esse processo, além de ser discriminatório, contribui para horizontes de exploração e dependência, bem como para continuar com a concepção de que são italianos e/ou alemães, apenas, que possuem a vocação para o trabalho, e que a riqueza, tanto da indústria como do desenvolvimento local, depende unicamente deles.

É importante que se diga, também, que essa realidade da pluriatividade, além de estar em correspondência com o que se defende para o meio rural, ou seja, rendas e remunerações variadas, pode também contribuir para a permanência de famílias no meio rural, de jovens em especial, essa que está se tornando uma questão altamente preocupante; pode, também, permitir a migração de parte da população do meio urbano para o espaço rural, em busca de emprego nas matrizes industriais. As indústrias estão se descentralizando - essa é uma realidade já visível na Europa, analisada em especial por Tedesco, em torno da realidade francesa e italiana. No Brasil, é uma realidade bastante recente, mas com forte tendência de ampliação. O caso da Dal Ponte, da São Paulo Alpargatas, da Azaléia, da Grendene e de outras demonstra isso, ainda que, nos últimos anos, o setor calçadista esteja sofrendo o impacto de determinadas políticas de abertura de mercados e das flutuações no mercado de câmbio.

Enfim, buscamos, com nosso modesto trabalho, analisar alguns dos aspectos dessa realidade dinâmica no meio rural, numa comunidade, num distrito, num espaço de colonização razoavelmente recente. Procuramos demonstrar algumas dessas transformações que vêm ocorrendo no campo, nos últimos anos, e como as mesmas mudam decididamente a vida tanto desses colonos como de suas famílias e das pessoas que os rodeiam, e, em conseqüência, a vida rural e urbana também tende a mudar. Damos uma pequena contribuição.

O tempo e as atividades não nos permitiram ir muito além, nem avançar para um conjunto de horizontes analíticos e de relações mais amplas. Muito há por fazer. Aspectos que não foram vistos no presente trabalho já serão objeto de estudos próximos, como é o caso do campo organizativo dos trabalhadores. Também gostaríamos de detalhar as mudanças e como elas ocorrem no campo do trabalho na lavoura, um comparativo entre os colonos-operários e os ditos colonos-mesmo, em termos econômicos, de perspectivas futuras. Precisaríamos avançar num conjunto de relações que envolvem os jovens em termos de lazer, estudos, vínculos familiares etc. Um âmbito que avançamos pouco está nas relações de trabalho no interior da empresa, como se dão os processos de gestão, de convívio entre colonos e não-colonos. No universo da família, julgamos interessante analisar como se dão os convívios

entre colonos que se assalariam e outros que não; como se dá a organização do trabalho agrícola em razão dessa nova dinâmica de trabalho em seu interior. A empresa precisa ser vista também em seu horizonte de mercado, sua performance na atividade, suas perspectivas, isso auxiliaria na compreensão das perspectivas: de continuidade dos colonos no interior da mesma, e também poderia visualizar novas dinâmicas no interior da comunidade.

Enfim, muita coisa ainda poderá e deverá ser feita. Esperamos, com este trabalho, ter dado um pontapé inicial. Motivação para continuidade é o que não falta.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: HUCITEC, ANPOCS, UNICAMP, 1992.

ANJOS, Flávio Sacco dos. *A Agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC) Pelotas*. UFPEL - Editora Universitária, 1995.

ASSOCIAÇÃO dos Municípios do Alto Irani (AMAI). 2006.

BASQUERA, Claudemir. *Dicionário dos Municípios de Santa Catarina*. 2001. Monografia (Pós-Graduação em História e Geografia do Conesul). Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus de Joaçaba. 2001.

BASQUERA, Claudemir. *Faxinal dos Guedes: seu povo, sua história*. 1999. Monografia (Graduação História), Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus de Joaçaba. 1999.

BORDINHÃO, Osvaldo. *Nossa história, nossa gente*. Chapecó: Royal, 1996.

BREVES, Wenceslao de Souza. O Chapecó que eu conheci. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. N. 6 . Florianópolis, outubro, 1985.

CAMPOS, Indio. *Os colonos do Rio Uruguai*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1987.

CENSO municipal 1996. Fonte: Arquivos da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes – SC.

EMPRESA de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A (EPAGRI), Faxinal dos Guedes – SC, 2006.

GENRO FILHO, Adelmo. *Sobre o conceito de camponês na ciência social brasileira*. Florianópolis, UFSC, 1984.

HEINSFELD, Adelar. *A questão de Palmas ou Missiones entre o Brasil e Argentina*. Pontifícia Universidade Católica (PUC). Tese de Doutorado em História, Porto Alegre, 1998.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2000.

MAPAS. Disponível em: <[www.amaisc.org.br](http://www.amaisc.org.br)> Acesso em: 25 Ago. 2006.

OGLIARI, Celso Eli. *O passado presente: etnias e construção histórica em Ipuauçu*. Chapecó: News Print, [S.d.].

PIAZZA, Walter F. (org.) *Italianos em Santa Catarina*. Vol. II. Florianópolis: Lunardelli, 2001.

PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Passo Fundo*. v. 5 n. 1. p. 116 – 130, jul. 2004.

RADIN, José Carlos. *Aspectos da Presença italiana em Santa Catarina*. Revista: História, debates e tendências. *Passo Fundo*. v.5, n.1, p. 128. jul. 2004.

\_\_\_\_\_. *Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense*. Joaçaba: UNOESC, 1996.

RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997.

ROSSETO, Santo. *Síntese histórica da região Oeste*. Chapecó: FUNDESTE, 1989. (Cadernos do CEOM).

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova história de Santa Catarina*. 3. ed. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1995.

SCHENEIDER, Sérgio. *Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul*. Campinas. Dissertação (Mestrado em História). IFCH. Universidade de Campinas. 1994.

SEBRAE – SC. *Faxinal dos Guedes em números, uma coletânea dos principais indicadores nos últimos anos*. Janeiro de 2005.

SERRA, Geraldo. *Jornal A Tribuna de Joaçaba*, n. 109, ano II, 15 fev. 1942.

SEYFERTH, Giralda. *Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudanças*. São Paulo, Revista do Museu Nacional, Nova Série, vol. XXIX, 1983/1984.

SCHORNER apud ANJOS, Flavio Sacco dos. *A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba – SC*. Pelotas: UFPEL, 1995.

SCHORNER, Anselmo. *O Arco-Íris encoberto. Jaraguá do Sul, o trabalho e a história: operários, colonos, colonos-operários e faccionistas*. Joinville: Oficina Comunicações, 2000.

SUDESUL. *O fenômeno migratório na região Sul*. Porto Alegre: Sudesul, 1975.

TEDESCO, João Carlos (org). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

\_\_\_\_\_. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

THOMÉ, Nilson. *Trem de Ferro: a ferrovia do Contestado*. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

VELHO, Octávio Guilherme. *Sociedade e agricultura*. Anuário da AMPOSC. [S.l: s.n], [S.d.].

VICENZI, Renilda. *Terra nova, vida nova: A colonizadora Bertaso e a ocupação do Oeste catarinense. (1920-1950)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo (UPF). Passo Fundo, 2002.

WACHOVICZ, Ruy C. Conjuntura emigratória polonesa no século XIX. In: *Comunidade Brasileira Polonesa*. Curitiba: [S.n.], 1970.